

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO

**A prática de recenseamento portuguesa em Angola: utilidades, método,
estrutura e classificações (Angola, fins do século XVIII)**

Thamires Cristina Silva do Nascimento

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A PRÁTICA DE RECENSEAMENTO PORTUGUESA EM ANGOLA:
UTILIDADES, MÉTODO, ESTRUTURA E CLASSIFICAÇÕES
(ANGOLA, FINS DO SÉCULO XVIII)**

THAMIRES CRISTINA SILVA DO NASCIMENTO

Sob a Orientação do Professor
Roberto Guedes Ferreira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Mestrado em História, área de concentração Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

Seropédica, RJ

Março de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N244p

Nascimento, Thamires Cristina Silva do, 1990-
A prática de recenseamento portuguesa em Angola:
utilidades, método, estrutura e classificações
(Angola, fins do Século XVIII) / Thamires Cristina
Silva do Nascimento. - 2017.
138 f.

Orientador: Roberto Guedes Ferreira.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História
, 2017.

1. Angola. 2. Administração portuguesa. 3.
Recenseamento. 4. Discurso censitário. 5.
Classificações. I. Guedes Ferreira, Roberto. 1970-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-graduação em História III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO


"A prática de recenseamento portuguesa em Angola: utilidades, método, estrutura e classificações (Angola, fins do Século XVIII)"

THAMIRES CRISTINA SILVA DO NASCIMENTO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 23/08/2017

Banca Examinadora:



Professor Doutor ROBERTO GUEDES FERREIRA (UFRRJ)
Orientador e presidente



Professora Doutora MÔNICA DA SILVA RIBEIRO (UFRRJ)



Professora Doutora INGRID SILVA DE OLIVEIRA LEITE



Professora Doutora FLÁVIA MARIA DE CARVALHO (UFAL)

*Para a minha família, vocês são a definição
mais linda do que é amar.*

AGRADECIMENTOS

Concluir essa dissertação foi, sem dúvidas, um dos passos mais desafiadores que encontrei em minha caminhada acadêmica até o momento, se antes já tinha vivido experiências incríveis que a vivência em universidades, tanto no Brasil quanto no exterior, me proporcionaram, esta desafiou ainda mais os meus limites, limites esses que hoje ultrapasso e não sozinha, por isso agradeço.

Inicialmente eu gostaria de agradecer ao meu Senhor e Deus por todos os benefícios que me tem feito, por mais dura que fosse a minha jornada Ele nunca me deixou só, nos meus momentos de desespero e solidão, típicas dessa fase, Ele me dava a paz e calma que eu precisava para seguir em frente. Hoje eu posso dizer com certeza, foi o meu Senhor que me trouxe até aqui.

Ao professor e orientador Roberto Guedes, por toda a paciência, seriedade e carismas que só ele tem, obrigada por ser sempre tão solícito e generoso comigo, por me incentivar e me mostrar a realidade do que é ser um intelectual no Brasil, obrigada pelas conversas sempre tão esclarecedoras e divertidas, obrigada também pelos puxões de orelha que sempre me ajudaram a recuperar o foco. Sem você certamente eu não conseguiria.

A minha mãe Cristina, eu agradeço por enxugar minhas lágrimas, por perdoar meu mau humor e irritação quando não saía um parágrafo sequer, pelas muitas orações e pelo amor que sempre tem por mim, pela dedicação e incentivo, por torcer e vibrar comigo a cada conquista, a senhora é minha motivação para alcançar lugares mais altos.

A minha irmã Claudia, cunhado Ekton e sobrinhas Luiza e Giulia que sempre fizeram minha alegria, mesmo quando passavam as tarde na minha casa me impossibilitando de estudar, vocês são maravilhosos e foram meu alívio em meio ao caos.

A minha avó Aménalia, por todo amor e carinho, por está presente mesmo quando eu ficava até tarde estudando, sua presença tornava a escrita mais leve.

Ao amor da minha vida, ao homem que me arranca suspiros e sorrisos mesmo quando eu não quero. Marcos Henrique, agradeço por esse amor arrebatador que me resgatou no primeiro ano do mestrado e vem me mostrando o quanto Deus é bom conosco, obrigada pela paciência, carinho, dedicação e tanto amor que você tem por mim, com certeza eu não teria chegado até o fim sem você, sem todo o seu incentivo e amor por mim, agradeço pela família que estamos formando e por todo o caminho percorrido e o que virá.

Aos meus amigos e ao Coral Projeto Louva por me fazerem ainda mais feliz, por aliviar toda a tensão do mestrado com música, adoração e alegria.

RESUMO

NASCIMENTO, Thamires Cristina Silva do. **A prática de recenseamento portuguesa em Angola: utilidades, métodos, estrutura e classificações (Angola, fins do século XVIII)**, 2017. 140 p. Dissertação (Mestrado em História, Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2017.

Este trabalho analisa as formas, métodos e classificações utilizados pelos portugueses na elaboração dos recenseamentos feitos por Portugal em Angola no período que abarca fins do século XVIII. Este período foi marcado por grandes mudanças estruturais e administrativas no ultramar derivado das reformas empreendidas por Pombal. Essas reformas possibilitariam uma melhor organização e conhecimento regional e dos seus vassallos, uma das principais preocupações da Coroa portuguesa era a de obter informações sobre os seus domínios para melhor efetivar sua soberania e controle econômico. Entretanto, a realidade africana forçou o sistema administrativo português a se reinventar e se adaptar a culturas, políticas e tradições locais. Pode se afirmar que a administração portuguesa em Angola foi ganhando novos contornos e configurações de acordo com o contexto local, visto que, as formas de censo também sofrem as mesmas alterações desde a ordem para a sua elaboração até o produto de levantamento e pesquisa finais enviados a Portugal. O discurso censitário além de evidenciar essas adaptações ainda expressa muito do discurso social português existente na época.

Palavras-chave: Recenseamentos, Classificações, Discurso censitário.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Thamiros Cristina Silva do. **The practice of Portuguese census in Angola: utilities, methods, structure, and classifications (Angola, late Eighteenth century)**, 2017. 140 p. Dissertation (Masters in History, Power Relations, Labour and Cultural Practices). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2017.

This paper analyzes the ways, methods and classifications used by Portuguese in the preparation of census did for Portugal I Angola in the period covering the late of Eighteenth century. This period was marked by major structural and administrative changes overseas derived from the reforms taken by Pombal. These reforms made possible a better organization and regional knowledge of their vassals, one of the main concerns of the Portuguese Crown was to obtain information on its domains to better enforce its sovereignty and economic control. However, the African reality forced the Portuguese administrative system to change, to adapt local cultures, policies and traditions. We can tell that Portuguese administration in Angola was gained new contours and configurations according to the local context, since the forms of census also changed from its first order into final production. The census discourse besides evidencing these adaptations still expresses much of the social discourse of the period.

Keywords: Census, Classifications, Census discourse.

Lista de tabelas, quadros e figuras

QUADROS

Quadro 1 - Sobre os títulos que anunciam o conteúdo dos mapas populacionais.....	p.89
Quadro 2 - Seguimentos militares presentes em Luanda.....	p.92
Quadro 3 - Religiosos presentes em Luanda.....	p.93
Quadro 4 - Cargos administrativos e ofícios de Luanda.....	p.94
Quadro 5 - Nascimento, mortes, condição, qualidade, sexo das pessoas de Luanda.....	p.95
Quadro 6 - Pessoas vindas de outros lugares e ausentes para os mesmos lugares, casamentos e total de habitantes de Luanda.....	p.96
Quadro 7 - Sobre os tipos e estruturas de moradias em Luanda.....	p.97
Quadro 8 - Ofícios mecânicos classificado por qualidade.....	p.98
Quadro 9 - Mapa populacional de Icolo, 1797. 1º parte.....	p.99
Quadro 10 - Mapa populacional de Icolo, 1797. 2º parte.....	p.100
Quadro 11 - Mapa populacional de Icolo, 1797. 3º parte.....	p.101
Quadro 12 - Mapa populacional do Distrito de Encoge, 1798. 1º parte.....	p.102
Quadro 13 - Mapa populacional do Distrito de Encoge, 1798. 2º parte.....	p.103
Quadro 14 - Mapa populacional do Distrito de Encoge, 1798. 3º parte.....	p.104
Quadro 15 - Mapa populacional do Distrito de Muxima, 1798. 1º parte.....	p.105
Quadro 16 - Mapa populacional do Distrito de Muxima, 1798. 2º parte.....	p.106
Quadro 17 - Mapa populacional do Distrito de Muxima, 1798. 3º parte.....	p.107
Quadro 18 - Mapa populacional do Distrito de Caconda, 1798. 1º parte.....	p.108
Quadro 19 - Mapa populacional do Distrito de Caconda, 1798. 2º parte.....	p.109
Quadro 20 - Mapa populacional do Distrito de Caconda, 1798. 3º parte.....	p.110
Quadro 21 - Clero no mapa populacional do Distrito de Benguela, 1799.....	p.112
Quadro 22 - Mulheres e suas classificações no mapa populacional do Distrito de Novo Redondo, 1798.....	p.113
Quadro 23 - Homens paisanos no mapa populacional do Distrito de Dande, 1798.....	p.114
Quadro 24 - Ofícios Mecânicos no Mapa populacional do Distrito de Massangano, 1799.....	p.115
Quadro 25 - Corpo militar presente em Luanda.....	p.117
Quadro 26 - Classificação das mulheres no Mapa populacional de Pundo	

Andongo – 1798.....	p.120
Quadro 27 - Classificação das mulheres no Mapa populacional de Ambaca – 1799.....	p.121
Quadro 28 - Classificação das mulheres no mapa populacional de Caconda – 1799.....	p.122
Quadro 29 - Classificação de produção no Mapa populacional de Caconda - 1799.....	p.124
Quadro 30 - Classificação de produção no Mapa populacional de Encoge – 1799.....	p.124
Quadro 31 - Levantamento anual de despesas no Mapa populacional de Pundo Andongo – 1798.....	p.125

FIGURAS

Figura 1 - Mapa populacional do Distrito de Icolo e Bengo.....	p.87
--	------

Listas de abreviações

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

CCU – Coleção Conselho Ultramarino

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

PADAB – Projeto Acervo Digital Angola-Brasil

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	p.6
INTRODUÇÃO	p.15
Capítulo I - De Ndongo a Angola: o espaço africano e a intervenção portuguesa	p.21
1. A formação do Ndongo.....	p.22
2. Estrutura e organização política do Ndongo.....	p.25
2.1 Os Sobas e sua importância nas relações entre Angola e Portugal.....	p.28
3. As concepções de poder: o encontro de culturas e tradições, uma Interferência mútua.....	p.36
Capítulo II - Portugal em Angola: do projeto reformista à sua prática administrativa	p.44
1. Estrutura Geopolítica.....	p.49
2. Angola: o tesouro africano.....	p.51
3. O Projeto de Reforma: “Um Governo ‘polido’ para Angola”.....	p.54
4. Projeto, Território e Informação.....	p.58
5. Informação e população: era preciso conhecer seus domínios e vassalos.....	p.60
6. Racionalidade administrativa.....	p.63
7. Métodos e bases da coleta de informações para uma administração eficaz.....	p.65
7.1 As adaptações e percalços das documentações.....	p.69
Capítulo III - A classificação das classificações: métodos, estrutura e descrição, como se fazia o censo populacional em Angola, fins do século XVIII	p.71
1. As várias faces do governo em Angola - Governadores e Agentes reais.....	p.74
2. Os Mapas populacionais e censos no Governo de Dom Miguel Antônio de Melo (1797-1802).....	p.86
3. A importância das categorias classificatórias nos mapas populacionais	

dos censos para a Coroa Portuguesa	p.111
Considerações Finais	p.129
Fontes e Referências Bibliográficas	p.134

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa em sua trajetória passou por mudanças de foco até chegar ao resultado final. Quando iniciamos uma pesquisa muitos caminhos se abrem, mas os resultados dela sempre são imprevisíveis. A curiosidade pelo tema começou ainda na graduação, trabalhando para professores especializados, produzindo banco de dados de listas nominativas e transcrevendo cartas de autoridades.

Durante essa mesma época muitas questões surgiram, como, por exemplo: quem ordenava a elaboração de documentos censitários? Quem era responsável pela sua produção? Quem recebia seu produto final? Quais as finalidades desse tipo de documentação? A documentação censitária seguiria um padrão? Se sim, por quem era estabelecido? Que premissas de elaboração seguiam na coleta de informações? Quais seus métodos? Qual sua estrutura? Qual o sentido em suas classificações? Todas essas questões fizeram com que o foco deste trabalho se revertesse para o censo em si, seus métodos, estrutura, formas e classificações. São estas as questões perscrutadas nessa dissertação.

Nesse contexto de produção documental, iremos analisar uma Angola multifacetada, onde existia uma coexistência interna e externa de poderes, somada à presença e disputa portuguesa por sua soberania na África que afirmaria seu lugar mediante o cenário mundial. A África era vista como um tesouro para os portugueses, os quais tentam aplicar naquela estrutura colonial métodos de controle e administração adaptados, polidos, como defenderia Santos¹.

Entretanto, estabelecer um governo pensado para Angola, mas que seguisse uma rigidez metropolitana era praticamente impossível para Portugal. Um dos maiores percalços para o projeto português seria a falta de efetivo, como controlar e dominar um contingente tão grande em pessoas e terras sem um número eficaz de funcionários para implementar políticas. A informação foi a saída encontrada para efetivar uma política administrativa.

Partindo do pressuposto de que economia e política eram questões indissociáveis em sociedades do Antigo regime², e que a atuação em uma refletia em outra, é possível a compreensão da aplicabilidade de uma administração mais ativa de Portugal sobre “seus domínios”.

¹SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 - c.1800)*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa, 2005.

² POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Editora Campus, 2º ed. Rio de Janeiro, 2000.

A maior racionalização dessa política administrativa requeria um contingente de informações que passou a ser produzido com a finalidade de expor à coroa as suas posses efetivas, desde pessoas (vassalos e súditos do rei) até rendimentos, faturamentos, importações e exportações, produção local e etc.

Ao ter o controle da quantidade de pessoas, posses, terras, bens de pessoas, a possibilidade da aplicação de fiscalizações, impostos e controle da renda gerada pela localidade era bem maior, ou seja, era preciso conhecer seus vassalos para dominar sobre eles. A partir daí, entende-se a premissa de que ao se multiplicar pessoas se multiplicariam riquezas. Quanto mais pessoas, mais bens, mais impostos, mais geração de renda à coroa.

Esse fator era de grande interesse para o rei e para seu corpo administrativo que almejava galgar maior espaço e posição no cenário econômico internacional, além de possibilitar a aplicação de novas diretrizes sociais. Conhecendo a população local, era mais fácil a aplicação de determinadas normas políticas, econômicas e sociais.

Levando tais aspectos em consideração, esta pesquisa pretende entender a importância da coleta de informações para uma efetivação de domínio de Portugal sobre a colônia africana, aferindo a ideia de adaptação das práticas administrativas. Dessa forma, o discurso censitário poderia ser entendido como um discurso político e social. Esse discurso refletiu na elaboração de documentações e, na sua própria estrutura e classificações. Um discurso político e social hierarquizante levaria a um resultado de produção documental, levando em conta adaptações e agência do responsável por essa elaboração. O perfil de quem exige, elabora e recebe as documentações seriam fatores determinantes no seu resultado final, em termos de estrutura.

O período escolhido, fins do século XVIII e inícios do século XIX, se deve ao fato de ser um momento subsequente às políticas implementadas pelo Marquês de Pombal (1755-1777). De meados a fins do século XVIII a colônia africana ganhava novas significações e importância para a coroa, o que acontecia era um reposicionamento de Portugal e seus domínios no cenário mundial³.

Contrariando o pensamento de muitos quanto ao fim das práticas administrativas de Pombal, foi durante o período mariano (1777-1816) e joanino (1808-1821) que se presencia

³ FALCON, Francisco José Calazans. Antigos e Novos Estudos sobre a “Época Pombalina”. In: “*A Época Pombalina*” no mundo luso-brasileiro. Organizadores: Francisco Falcon, Claudia Rodrigues – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

um *boom* na produção de documentação, evidenciando que algumas das políticas administrativas do marquês foram postas em prática em períodos após o fim da sua gestão.

Fontes e Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizaremos de um *corpus* documental composto por dois tipos de fontes os mapas populacionais e as notícias de presídios. Que se referem aos presídios⁴ de Caconda, Novo Redondo, Massangano, Dande, Cambambe, Pundo Andongo, Ambaca, Icolo, Encoge e Muxima. Os documentos analisados aqui contemplam os anos de 1797, 1798 e 1799.

Os mapas populacionais nos fornecem informações sobre o número total de casas, moradores, qualidade desses moradores, número de mulheres, idade, estado civil, naturalidade, condição, ofícios civis e mecânicos, despesas, animais e produção local. Alguns mapas, como o de Luanda, também registram os militares locais, além de divisões de patentes e hierarquias dentro do corpo militar.

As notícias de presídios de que me utilizo são referentes aos distritos de Caconda e Encoge e ao presídio de Muxima. Essas fontes relatam data, nomes de moradores, qualidade de cor, idade, estado civil e atividade econômica desenvolvida, nome de sobas subordinados e pagadores, ou não, de tributos, o que também é de suma importância para nossa pesquisa.

A documentação utilizada faz parte do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), digitalizada na sessão Projeto Acervo Digital Angola-Brasil (PADAB). Utilizamos também documentações do Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Coleção Conselho Ultramarino (CCU), de Angola, como o códice 555, para aferir a importância da região para o sustento da empresa portuguesa.

Com base na documentação, realizamos uma análise comparativa das fontes, considerando ano de produção e localidade. A partir daí realizar uma análise comparativa do conteúdo, se há indícios de mudança na forma de classificação e no teor dos documentos entre os anos em que foram produzidos. Também serão comparadas as localidades, para atestarmos se as normas e parâmetros mudavam de uma localidade para a outra, afirmando as particularidades de cada lugar.

⁴ Os presídios podem ser definidos como unidades territoriais que incorporavam atividades e funções administrativas, militares e comerciais CURTO, José. *Álcool e escravos: o comércio luso-brasileiro de álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c.1480-1830) e seu impacto nas sociedades da África central ocidental*. Lisboa: Vulgata, 2000.

Lançaremos mão de abordagens quantitativa e qualitativa, para observar a classificação como uma forma de discurso, sendo o próprio recenseamento resultado desse discurso.

Estrutura da dissertação

Para melhor compreensão e análise do *corpus* documental, além de uma exposição e debate das questões historiográficas, dividimos a dissertação em três capítulos.

No primeiro, trataremos do contexto africano, no que diz respeito às formas e estruturas políticas, culturais e econômicas, evidenciando o quanto a intervenção portuguesa propiciou uma troca cultural e política, e como as diversas soberanias presentes na África, incluindo a portuguesa, coexistiam e ditavam o jogo de poderes. As participações de grandes personagens como os sobas, além de uma intervenção da escrita e no sistema jurídico, significaram uma reformulação das projeções pré-estabelecidas, demonstrando como as culturas portuguesas e africanas se influenciaram mutuamente.

No segundo capítulo, abordaremos o contexto do Império português com foco na política administrativa implementada em meados do século XVIII e seus reflexos na administração em Angola. Demonstraremos as dimensões e a localização imprecisas dessa região, a sua importância como um sustentáculo do império, além da formulação de um projeto polido para Angola que levaria a esta parte do império uma tentativa de controle maior por parte da metrópole. Para efetivar esse controle a coleta de informações era fundamental. Conhecer seus vassallos, súditos e os territórios disponíveis para a colonização era um fator vital para o bom funcionamento da administração portuguesa em Angola. Assim, métodos e parâmetros, adaptações e percalços são tratados nesse capítulo, bem como a forma de utilização de censos e listas de habitantes pela historiografia especializada.

No terceiro e último capítulo, trataremos da análise das fontes correspondentes ao período delimitado nessa pesquisa (fins do século XVIII). Abordaremos alguns governos que foram importantes para implementação das políticas pombalinas em Angola para compreendermos melhor o posicionamento de Portugal e como os agentes do império e o próprio império português concebiam seus súditos africanos. Daremos foco às documentações produzidas durante o governo de Dom Miguel Antonio de Melo (1797-1802), devido à alta produtividade de fontes no período e à implementação das normas pombalinas. O objetivo é aferir as classificações e hierarquizações feitas nos mapas populacionais e perceber como

esses documentos podem ser entendidos como um discurso censitário refletindo um discurso político e social.

CAPÍTULO I

De Ndongo a Angola: o espaço africano e a intervenção portuguesa

Diferentemente do reino do Congo, para a qual há uma profusão de estudos acerca de suas origens e organização, além de uma vasta documentação para análise, sobre o estado do Ndongo ainda há poucas informações. Beatrix Heintze atribui essa falta de registros durante o século XVI ao fato da região não ter sido considerada inicialmente um reino em que houvesse uma política de cooperação oficial e amigável, no qual os reis desse Estado tivessem uma relação estreita com os portugueses aceitando e instalando um centro de poder de atuação europeia nas diversas áreas da sociedade, inclusive nos níveis econômicos, religiosos, político-administrativos e culturais. O que se aponta para a época era uma grande desconfiança nutrida pelos africanos quanto às verdadeiras intenções dos portugueses em sua aproximação. Os objetivos de uma conquista militar, segundo a autora, tornaram-se grandes barreiras para o estudo dessa região⁵.

Outro grande problema que um estudioso se depara no momento em que decide investigar Angola é o ponto de vista do qual esse pesquisador vai partir. Na maioria das vezes, o ponto de referência são as relações traçadas por europeus, partindo do que já era por eles conhecido. Entretanto, isto anula em certa medida o poder do novo, além de delimitar definições mais aproximadas da realidade africana. Na verdade, o que se tem ao analisar a Angola/Ndongo antes do contato com os portugueses são uma série de testemunhos que embasam documentos com uma carga de “pré-conceitos”. Não que isso invalide esses tipos de fontes, que, aliás, são fundamentais para montar um mosaico de informações sobre a história de Angola.⁶

1. A formação do Ndongo

A região considerada como Ndongo pelos portugueses foi habitada pelo povo Mbundu, falantes da língua Kimbundo, hoje em dia ainda mais divididos em mbundu do norte, chamados ambundu, e mbundu do sul, chamados de ovimbundu. No século XVI essa

⁵ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Ed. Kilombelombe, 2007.

⁶ Utilizo-me da expressão “pré-conceitos” para designar um pensamento já construído sobre o que e como seria a África e os africanos que faziam parte do imaginário europeu. Um exemplo de fonte informativa que se tornou popular em Portugal durante o século XVIII e que seria formadora de conceitos sobre o além-mar, foi a narrativa do autor Elias Alexandre. Ver: SILVA, Elias Alexandre e. *Relação ou notícia particular da infeliz viagem da não de Sua Magestade Fidelissima, Nossa Senhora da Ajuda e São Pedro de Alcântara, do Rio de Janeiro para a Cidade de Lisboa neste presente anno*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1778; CORRÊA, Elias Alexandre. *História de Angola*. Lisboa: Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo. Império Africano. Série E, vol. 1, 1937.

denominação não existia, abrangia regiões pelas quais corriam os rios Kwanza, Lukala e Bengo⁷.

O Ndongo teria sido (até 1563) uma das “províncias” subordinadas ao poder do Congo, pelo menos ao poder político do Manicongo (rei do Congo), seria uma espécie de vassalo (subordinado a um poder político superior) do rei do Congo juntamente com outras províncias como Mpangu, Nsundi, Mbanda e Sonyo, formando uma rede de poder.⁸ Para Heintze, o Ndongo poderia gozar de autonomia em relação ao Congo e ao mesmo tempo se estender sobre eles uma dominação nominal, na qual não haveria um domínio efetivo, mas um reconhecimento de autoridade que se refletia no pagamento de tributos.

Para Joseph Miller, a formação do Ndongo se deu a partir de um processo longo em que mudanças ocorreram levando a uma institucionalização dos chefados já existentes e a uma adaptação que atendia às necessidades locais conduzindo esses chefados a se centralizarem politicamente. Um dos chefes, então, teria se sobreposto aos outros e se tornado o rei do Estado do Ndongo.⁹

Diferente de Miller, autores como Jan Vansina e David Birmingham defendem que o Ndongo se formou a partir de levadas migratórias de povos bantos para essa região, processo em que a sua formação teria partido do fortalecimento de grupos que dispunham de uma ancestralidade comum que os ajudava a forjar uma identidade. E que contribuía para o aumento de poder dessa linhagem. Assim ela a impôs sua autoridade sobre as demais, militarmente mais forte, obtinha a legitimação do seu poder.¹⁰

Nas várias interpretações sobre a origem do Ndongo todas abordam a atuação de um grupo ou de uma pessoa responsável pela imposição de sua autoridade frente aos outros grupos o que daria origem ao chefe do Estado, o Ngola.

A origem do Ngola (rei do Ndongo) apresenta uma vertente que provém das tradições orais narradas por Antonio de Gaeta e Giovanni Antonio Cavazzi, nas quais a origem do Ndongo e do título de Ngola se deram através da imposição da tecnologia do ferro dominada por um homem que teria se tornado o rei devido a seus conhecimentos como ferreiro, se impondo sobre os demais. A historiografia interpreta o ferreiro como uma figura simbólica de

⁷ Para mais informações sobre a origem e formação do Estado do Ndongo ver: HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007. CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 2013.

⁸ CARVALHO, Flávia. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p. 35-36.

⁹ MILLER, Joseph. 1976. Apud HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 176.

¹⁰ CARVALHO, Flávia. *Os homens do rei em Angola*, 2013.

poder, a figura de um herói fundador e herói cultural, podendo o mesmo aparecer na figura de um imigrante portador do conhecimento que compartilhava.¹¹

Para Miller, essa origem do Ngola pode ser interpretada de forma simbólica visto que, ele “não representa uma pessoa concreta, mas sim o princípio abstrato da organização política baseada no ngola e pode reportar-se ao período antes de o ngola ter se tornado um símbolo político importante entre os Mbundu.”¹² Entretanto, para Heintze, a simbologia do poder dada na figura de uma pessoa não impossibilita que essa pessoa tenha mesmo existido e deixado sua marca histórica através do cargo que ocupou em sua linhagem.

Em nossa pesquisa, concordamos com Miller, na medida em que atribui as tradições orais a uma vertente simbólica que se tornaria a base para a organização do Ndongo como um Estado, pois não há fontes seguras que confirmem a existência e um personagem físico. Todavia, não excluimos a possibilidade do rei ferreiro ter realmente existido e ter iniciado e disseminado os princípios dessa mesma organização política, como defende Heintze:

O Estado do Ndongo não deve a sua existência a nenhum imigrante ou conquistador estrangeiro, mas sim à conjunção de diferentes factores exógenos e endógenos, de natureza política, econômica e ideológica. Resultou de um lento processo de adaptação, mudança e institucionalização, que não esteve isento de pressões físicas, em termos internos e externos. A sua estrutura base foi constituída por linhagens hierárquicas (fundamentalmente matri-linhagens), associadas em chefados altamente autônomos. Com o tempo, o ngola, que na origem fora provavelmente apenas um chefe de linhagem ou um *soba*, foi conquistando a supremacia sobre esses chefados. A multiplicidade local foi conservada e as condições legais foram mantidas.¹³

Ratificamos que a interpretação de Miller não exclui a de Heintze, assim como não excluimos o fato de ter ocorrido uma imigração para a região, como defendem Vansina e Birmingham, sendo a partir deles ou do encontro de duas formas de transmissão de poder que se tenha dado a legitimação de uma linhagem que reclama e legitima seu poder sobre as outras.

Sobre a definição dada ao agrupamento desses povos, várias denominações são utilizadas pelos historiadores, alguns definem o Ndongo como reino, formado por unidades que deviam obediência (vassalos) ao chefe central que seria o rei desse reino. Outros historiadores como Vansina e Maria Emília Madeira dos Santos utilizam definições

¹¹ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 178.

¹² MILLER, 1995, p. 74. Apud HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007 p. 180.

¹³ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 230.

diferentes, o primeiro utiliza a expressão “Estado” para designar a organização política do Ndongo, mas ao longo das suas obras se utiliza de expressões como reino, principados e chefados, enquanto Santos prefere defini-los como “sítios de poder”.¹⁴

O que se pode afirmar é que o Ndongo era formado por unidades políticas bem divididas, como veremos adiante, e que estavam subordinadas a um chefe central. Contudo, sabemos que ao definir o Ndongo como reino ou estado estamos aplicando conceitos de organização política europeia a organizações que não se enquadram nessa realidade ou contexto. Optamos por definir as unidades políticas como chefados, já que eram controladas por chefes locais, todavia, mantemos a terminologia do ajuntamento dessas unidades como Estado, visto que, Vansina denomina Estado como “um território que engloba algumas aldeias que reconhecessem a autoridade política de um chefe”¹⁵. Ou seja, os chefados estavam subordinados politicamente ao chefe principal denominado Ngola e que faziam parte do conjunto que formava o estado do Ndongo, nos baseamos também em Heintze para definir o Ndongo como Estado e seus chefados, visto que, ao longo de sua obra a respeito da região ela faz uso por diversas vezes de ambos os termos¹⁶.

2. Estrutura e organização política do Ndongo

A maior autoridade no Ndongo era intitulada Ngola, ele concentrava em suas mãos poderes políticos intimamente ligados ao sobrenatural, a aristocracia do Ndongo estava diretamente ligada ao divino:

Entre os mbundus prevalecia a crença de que o poder desse soberano era legitimado pelos ancestrais, o que conferia a ele o poder de manter a comunicação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. A concepção de poder atribuída ao Ngola é um indício do processo de formação de uma aristocracia mbundu divinizada, compatível com elementos culturais e religiosos, onde eram conjugados poder terrestre e poder divino. Entre as funções do Ngola estavam o poder de promover a chuva e de controlar

¹⁴ CARVALHO, Flávia. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p.40. Para mais informações sobre as definições político-territoriais do Ndongo/Angola ver: VANSINA, Jan. *Paths in the Rainforests*. Madison. The University of Wisconsin Press. 1990. e SANTOS, Maria Emília Madeira. “Em busca dos sítios de poder na África centro Ocidental: homens e caminhos, exércitos e estradas (1483-1915)”. In: *Angola on the move*. Transporte routes, communication, and History: na International Symposium, Berlin. 2003.

¹⁵ VANSINA, 1990. Apud. CARVALHO, Flávia. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p. 39.

¹⁶ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007. A autora se refere varias vezes em seus subtítulos e ao longo de seu texto ao Ndongo como um estado, ela analisa sua formação, organização e estrutura durante o século XVI, por vezes também se refere a região como reino.

demais fenômenos da natureza, consideradas dádivas que deveriam ser recompensadas com o pagamento de tributos como basculamento e futas.¹⁷

O Ngola estava cercado por sua família, entretanto, o conceito de família nuclear que conhecemos atualmente (formado por pai, mãe e filhos - conceito europeu) não é o aplicado às culturas africanas. Nestas existe um conceito de família ampliada baseada na ligação ancestral que os indivíduos mantinham, por tal configuração a família do Ngola ocupava os cargos de governo mais elevados dentro da administração do Estado e áreas correlatas. A parcela apta formava uma ala especial no exército, enquanto outros eram dignatários e conselheiros, chefes, curandeiros e ferreiros¹⁸, gozando de um prestígio social maior que os outros estratos da sociedade.

O Ngola mantinha várias esposas, mas uma delas era escolhida como a principal, diferente de outras sociedades antigas, a esposa escolhida como a principal não seria necessariamente a esposa com quem o Ngola teria se casado primeiro, o filho escolhido para a sucessão deveria partir da mulher principal. A esposa do Ngola era denominada *Muala Inene*, este nome teria origem como uma homenagem a primeira esposa do primeiro Ngola ferreiro que assim se chamava.¹⁹

O cargo mais alto a suceder o Ngola nesta formação social era o de Soba, os sobas eram chefes de sobados (o chefe, como defende Elias Alexandre²⁰, seria equivalente ao cargo de governador em comparação aos moldes administrativos europeus), os sobados eram as divisões político-territoriais do Estado do Ndongo, esses sobas eram uma espécie de vassalos subordinados ao poder central do Ngola.

Os sobas são um grupo á parte o qual muitos pesquisadores se ocupam a entender atualmente, isso devido a grande autoridade que eles exerciam nas regiões que dominavam e nos caminhos que se envolvem dentro da história entre Angola e Portugal, “era muito grande a autoridade dos chefes das tribos (chamados sobas, ou sovas, em Angola) chegando a ser em certos casos, absoluta”²¹, absoluta na medida em que, os sobas dispunham na prática de grande autonomia. Essa autonomia se dava pelo distanciamento físico entre a região central e os sobados: “A própria geografia do ndongo favoreceu a essa independência política dos sobas, já que muitos sobados ficavam isolados, fazendo com que o vínculo ao Ngola fosse de

¹⁷ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p. 46.

¹⁸ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 232-233.

¹⁹ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 216.

²⁰ CORRÊA, Elias Alexandre. *História de Angola*. Lisboa: Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo. Império Africano. Série E, vol. 1, 1937, p.37.

²¹ BOXER, Charles Ralph. 1973 Apud. CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p.49.

fato muito mais simbólico e componente de um cenário ritualístico do que efetivamente político e pragmático.”²²

Sendo uma dominação e subordinação dadas no campo mais simbólico do que efetivo o soba gozava de grande independência política do Ngola, entretanto, essa autonomia não o excluía de manter seus deveres como vassalo, os sobas tinham papéis bem definidos.

Era de responsabilidade dos sobas dar apoio militar ao Ngola engrossando o efetivo militar central sempre que fosse solicitado, também era dever dos sobas pagar tributos ao Ngola, esses tributos eram o marco da sua subordinação e lealdade ao líder central, as contribuições eram anuais, formadas basicamente por produtos da terra e eram chamadas de “luanda”²³. Segundo Flávia Carvalho, “a função do pagamento de tributos era essencial para que a soberania do soba fosse mantida em seus domínios, assim como para que seu poder fosse legitimado”²⁴, sem exercer suas obrigações o soba poderia ser considerado um soba rebelde e ser executado.²⁵

Também era dever dos sobas recolher os tributos que seriam enviados ao chefe principal regularmente, isto porque não existiam coletores de tributos enviados pelo Ngola para fazer esse trabalho, a entrega desses tributos era feita pelo próprio soba ou por um representante de confiança do mesmo, mas na maioria dos casos os sobas menos prestigiados entregavam seus tributos recolhidos a um mais imponente (importante) para que esse fizesse a entrega diretamente ao Ngola. Esse chefe com mais prestígio frente ao líder central poderia ser membro da própria família do Ngola, visto que, o Ngola mantinha uma política familiar, nomeando como sobas seus filhos, ou casando suas filhas com sobas mais influentes, tudo visando uma forma de controle maior entre seus subordinados.²⁶ Era direito dos sobas sentenciar com pena de morte alguns tipos de crimes ou vender culpados como escravos.

Apesar de gozarem de grande autonomia, diferente do que se possa imaginar, os sobas não estavam livres de fiscalização, ou o que podemos chamar de um direcionamento, partindo de grupos que os aconselhava e de certa forma os controlava, em cada sobado. “Os *makotas* (o mais-velho de uma linhagem, homem velho e influente; ministro, conselheiro e funcionário) constituíam o conselho dos mais velhos que aconselhavam o ngola em todas as ocasiões importantes.”²⁷ Além do ngola, “os *sobas* eram, tal como o rei do Ndongo,

²² CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p. 47.

²³ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 207.

²⁴ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p. 49.

²⁵ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 207.

²⁶ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 216.

²⁷ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 205

aconselhados e activamente apoiados, mas também controlados até certo ponto, por diversos *macotas*.²⁸

Outros líderes e funcionários como os *ngolamboles* (chefes de exército), *mani-ndongo* (sacerdotes), os *macunzes* (embaixadores representantes do Ngola em contatos e negociações internas e externas), entre outros, faziam parte do corpo administrativo nas sociedades africanas. A aproximação e equivalência feita em comparação aos cargos desempenhados em Portugal quando nos deparamos com a hierarquização dos mesmos é natural ao método comparativo, e essa situação de associação de cargos e costumes se torna ainda mais nítida ao se tratar do ritual de vassalagem feito entre os sobas e o rei de Portugal, como veremos adiante.

O efetivo que desempenhava a administração dos assuntos do Ndongo (futura Angola) era extenso e após o contato com os portugueses tende a passar por uma ressignificação de funções e posições administrativas e na sociedade.

2.1 Os Sobas e sua importância nas relações entre Angola e Portugal

Os sobas foram personagens poderosos, grandes colaboradores, em alguns casos não (há uma série de casos reportados de rebeldia pelos funcionários reais, ver documento exposto na página 115), dos portugueses em suas estratégias para a conquista e colonização de Angola, inicialmente a relação entre os sobas e portugueses seguia uma linha de cooperação, visto que, os sobas enxergavam nos portugueses uma forma de fugir da dominação inicial do Congo e posteriormente do Ndongo.

Contudo, como se deu a aproximação desses sobas à coroa portuguesa e como passaram a colaborar com ela?

Entre finais do século XVI e inícios do XVII a aproximação desses chefes locais com a coroa lusa se deu através da penetração portuguesa aos sertões do Ndongo, o aumento do comércio de escravos impulsionava a penetração nos sertões para obtenção de mais cativos²⁹ a serem inseridos no mercado atlântico que estava em pleno crescimento.

A expansão ilegal do comércio de escravos para territórios situados a sul do Kongo estimulou a independência do Ndongo em relação ao Kongo, uma vez que oferecia ao Ndongo a possibilidade de adquirir directamente artigos europeus e asiáticos, sem passar pelo Kongo³⁰.

²⁸ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 206.

²⁹ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p.67.

³⁰ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 229.

A ampliação desses negócios abriu espaço para uma negociação direta entre os chefes locais do Ndongo com os portugueses, não sendo preciso uma intervenção do Congo “com o qual mantinha uma relação de dependência não vinculativa.”³¹

Vista as vantagens de expansão de seus recursos e soberania, os sobas da região do Ndongo enxergavam nos portugueses uma forma de se libertar da dominação do Congo. De acordo com John Thornton e Linda Heywood, a estratégia de aproximação dos portugueses seguiu pacificamente devido a falta de um efetivo militar que pudesse sujeitar o Ngola e seus aliados a coroa portuguesa, todavia, uma aproximação por meio de alianças viabilizava o acesso a produtos que poderiam potencializar sua economia.³² O avassalamento mostrou-se uma forma de trato eficiente para ambos, marcando a emancipação do Ndongo quanto ao Congo, e firmando as alianças político-econômicas de interesses mútuos.

O ritual de avassalamento era uma prática da Europa medieval que atribuía a ambas as partes deveres e direitos, além de uma submissão e lealdade que deveria estar sempre presente na relação entre os envolvidos. Contudo, o conceito de vassalagem europeu já havia passado por modificações de significado dentro da própria Europa:

As relações de vassalagem existiam em Portugal, a diversos níveis desde há muito, sobretudo como forma de ligação pessoal das elites aristocráticas ao rei. [...] Mas o conceito de vassalo não era apenas utilizado para designar esta relação pessoal muito específica. Ao que tudo indica, utilizava-se, desde há muito, numa acepção mais alargada, como sinónimo de súdito. O termo designava o laço que unia um súdito nascido num território do Estado, ao seu soberano e que lhe impunha o dever de lealdade e fidelidade.³³

No caso africano a prática do avassalamento se aproximava muito de um ritual já conhecido por eles, o *Undamento*, o que facilitou aos portugueses a formalização desse ato simbólico, mas que ultrapassava o significado de símbolo e refletia nas práticas, principalmente quando se tratava de expansão territorial e de mercado, o ritual tinha suas funções bem marcadas:

O avassalamento nesse período [fins do século XVI] representava fundamentalmente a abertura de caminhos nos sertões, que deveriam atender prioritariamente a meta metalista do mercantilismo português. Com o passar do tempo e a percepção da alta lucratividade do comércio de escravos, os

³¹ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 229.

³² HEYWOOD, Linda M, THORNTON, John K. *Central Africans, Atlantic Creoles, and the foundations of the Americans. 1585-1660*. Cambridge University Press, 2007.

³³ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 388-389.

avassalamentos foram adquirindo outras funções, como a de abrir rotas rumo às áreas de captação de escravos e caminhos até os pumbos.³⁴

A aproximação cultural e ritualística entre avassalamento e fundamento propiciou que a prática vigorasse por um longo período (séculos XVII e XVIII) na região, os portugueses se valeram de um costume local para introduzir a prática do avassalamento entre os africanos. A cerimônia de vassalagem era marco de uma política de cooperação entre ambos os envolvidos, e ao mesmo tempo servia como meio de controlar as transações comerciais de interesse mútuo, o avassalamento vinculou oficialmente o pagamento de tributos, o reconhecimento da autoridade africana, nesse caso os sobas, e a sua submissão a soberania da coroa portuguesa.³⁵

Na Europa ocidental as relações de vassalagem seguiam a premissas pré-estabelecidas que foram ganhando novos significados e se tornando mais popular com o passar dos anos, contudo, a essência da relação de vassalagem se mantinha: a dependência, lealdade e reciprocidade entre autoridades com níveis de poder desiguais.

A cerimônia de vassalagem ocidental seguia uma série de rituais para ser oficializada:

Esta relação de vassalagem era estabelecida num acto solene, um contrato de reciprocidade que determinava e selava, através de uma série de procedimentos, a homenagem ou menagem, consistia num gesto de mãos (em que o vassalo, ajoelhado frente ao seu senhor, colocava as suas mãos entre as do senhor) e numa declaração de vontade do vassalo. À homenagem seguia-se o juramento de fidelidade, com a colocação da mão sobre uma res sacra. Para reforçar o contrato e em sinal de amizade mútua, o senhor e o vassalo trocavam por vezes um beijo. Nas regiões em que a relação de vassalagem se encontrava ligada ao sistema feudal, o enfeudamento seguia-se à homenagem e ao juramento. Este era também selado por meio de um procedimento simbólico, a investidura (entrega por parte do senhor de uma bandeira, um bastão ou ceptro). Era na cerimônia de investidura que o vassalo tomava posse ou vestia seu feudo.³⁶

A prática do fundamento era a que mais se assemelhava com a vassalagem nas culturas africanas e como os portugueses ao chegarem no ultramar aplicaram a suas descrições, modo de interpretação, concepções e terminologias utilizadas por eles na época para classificar e determinar os parâmetros da sua relação com os africanos a terminologia “vassalo” passou a

³⁴ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p. 69.

³⁵ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p.73.

³⁶ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 387-388.

ser empregada por portugueses e africanos nas suas negociações diretas ou ainda em documentos oficiais.³⁷

Entretanto, ser vassalo do rei de Portugal em terras do ultramar seguia uma lógica mais elaborada e com mais pré-requisitos do que os vassalos da corte portuguesa, as semelhanças e as diferenças já começam a ser vistas na oficialização da pessoa como vassalo e na cerimônia.

As condições para se tornar vassalo do rei de Portugal seguiam os moldes da vassalagem feita na Europa medieval, a primeira condição era a de se tornar vassalo voluntariamente, ou seja, o proponente deveria alegar que a sua decisão foi espontânea e não forçada, até porque teoricamente a vassalagem feita por imposição era proibida (não que ela não acontecesse), essa decisão por livre vontade era registrada para garantia dos próprios portugueses:

O vassalo tinha de frisar – e isso ficava registrado – que a decisão de dar o dito passo tinha sido tomada ‘voluntariamente, e sem constrangimento algum’. Esta ficção da livre vontade não deve ser considerada exclusivamente como um vestígio de tempos passados. Ela constituía também uma garantia política e jurídica dos portugueses em Angola em relação às instâncias superiores, como o rei e seus conselhos de governo que frequentemente proibiam, pelo menos retoricamente, a vassalagem compulsiva. Além disso, os portugueses faziam por vezes uma distinção entre a vassalagem voluntária e a vassalagem obtida através da força das armas (vassalos voluntários e vassalos conquistados), avaliando-os de acordo com esta distinção, de forma mais positiva ou mais negativa.³⁸

A forma de classificar um vassalo poderia ser de grande valia posteriormente, pois o comportamento do vassalo conquistado por guerra poderia ser diferente e ainda hostil frente a um vassalo que teria se entregado a vassalagem espontaneamente, como veremos mais adiante.

Seguindo o ritual para vassalagem, o chefe africano se apresentava a uma autoridade portuguesa que redigia o contrato, apresentava as condições do mesmo na língua africana para melhor entendimento e seguia o procedimento restante:

A cerimônia de avassalamento era composta por duas etapas, a primeira era a encomendação, onde o soba deveria bater palmas, depois colocando as mãos na terra e peito enquanto juravam ser leais súditos do monarca português.³⁹

³⁷ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 390.

³⁸ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 399.

³⁹ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p.75.

A segunda parte da cerimônia era marcada pelo ritual da investidura, o qual foi adaptado às culturas africanas, designado como *undamento*. Segundo Heintze, a vassalagem e o *undamento* estavam intimamente ligados ⁴⁰, por se tratar de formas semelhantes de sujeição e contrato.

A investidura consistia essencialmente em dois actos. O primeiro e mais importante fora tirado do ritual de empossamento dos reis do Ndongo e chamava-se ‘ por o pezo de Muene Puto’ ou ‘del Rei de Portugal’. *Pezo/pheezo* era a designação usada pelos Yombe, na região de Zaire-Cassai e possivelmente também no Ndongo, para o caulino branco utilizado em cerimônias rituais [...] No *undamento* pelos portugueses, deitava-se farinha (ou barro branco) sobre os ombros do chefe africano que esfregava pelo peito e pelos braços. Com esse acto, ele era empossado, ou confirmado, pelos portugueses como soba legítimo dos seus territórios ancestrais. [...] A este primeiro acto seguia-se o segundo, o vestir do vassalo pelo representante do rei de Portugal, em que se tinha em conta o prestígio e poder do chefe.⁴¹

Durante o segundo ato da investidura cobria-se o vassalo com uma manta e lhe cingia a espada. ⁴² Uma das fases para a conclusão do ritual de vassalagem era o vassalo oferecer presentes ao seu senhor:

Por ocasião de conclusão de um contrato de vassalagem e de investidura esperava-se que o vassalo oferecesse uma série de presentes como produtos alimentares, animais domésticos e sobretudo escravos. Caso não fosse possível trazê-lo para o local da celebração do contrato, eram entregues símbolos correspondentes ao gênero e número dos presentes. (...) Em princípio, estes presentes eram voluntários. De facto, tentava-se sempre extorquir ao vassalo tanto quanto fosse possível, sobretudo escravos. O mero receio de ser visto como rebelde fazia com que ele se prontificasse a pagar o que fosse preciso, ainda mais se tivesse sido obrigado a tornar-se vassalo pela força das armas.⁴³

A última etapa do contrato estava vinculada ao discurso e prerrogativa da colonização, era o batismo, inicialmente não era obrigatório, mas como era um dos objetivos da expansão portuguesa levar a fé cristã, com o tempo se tornou um dever do vassalo:

O batismo não era uma condição *sine qua non* da vassalagem. No entanto, esperava-se de um modo geral – e isto tornou-se provavelmente uma imposição a partir de meados de século XVII – que o vassalo se convertesse

⁴⁰ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 403.

⁴¹ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 404.

⁴² HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 404.

⁴³ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 405.

à fé cristã, da mesma forma que o apoio às atividades missionárias nos seus domínios terá desde o início feito parte dos deveres impostos ao vassalo.[...] É compreensível que assim fosse, visto que, um dos objetivos oficiais fundamentais da coroa portuguesa em Angola consistia na conversão da população africana à fé católica.⁴⁴

Essas três fases marcavam a oficialização da vassalagem no ultramar e a descrição feita pelas autoras acima já demarca algumas das diferenças que podemos perceber na prática, durante o ritual de investidura, que foi designado pelos portugueses como undamento por ser um costume já realizado para a submissão a cargos locais africanos.

Como vimos, durante a cerimônia do peso, se esfregava sobre os ombros do soba um pó branco, a pamba, que seria um caulino branco utilizado nos rituais locais⁴⁵, todavia, na versão portuguesa do undamento o pó branco foi substituído pela farinha, não só pela sua aproximação com as características do caulino, mas pelo seu significado, segundo Flávia Carvalho o uso da farinha altera o significado do ato de vassalagem, isto porque o uso da farinha demarca o entrelaçamento dos rituais europeu e africano, além de fazer alusão ao alimento introduzido pelos portugueses na região, sendo também um alimento extremamente vinculado ao comércio de escravos e alimentação portuguesa em Angola.⁴⁶

A pamba então foi substituída por um dos marcos da presença portuguesa na África, passando a fazer parte do ritual que subordinava uma autoridade africana a autoridade portuguesa, mais do que simbólico o uso da farinha já servia como forma de demonstração de superioridade e poder português frente aos africanos, e ainda de adaptação, e costumes de ambas as partes.

Na conclusão do contrato de avassalamento se percebe a preocupação com a propagação da fé por parte dos portugueses e do vassalo de não ser considerado um rebelde, a diferença mais marcante na vassalagem do ultramar é o caráter não tão formal quanto o medieval que marcava uma relação de dependência pessoal, ao nosso entendimento a relação de vassalagem na África não era tão pessoal como se fazia na Europa, já que os envolvidos não tinham um contato direto com o senhor de quem seriam súditos, o contrato era firmado através de representantes do rei.

A vassalagem no ultramar ganhou novas significações, “o singular dessa relação vassálica era o caráter essencialmente mercantil que norteava e sustentava essa aproximação

⁴⁴ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 406.

⁴⁵ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. p. 404.

⁴⁶ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p. 76.

com os poderes locais.”⁴⁷ A partir da formação da União Ibérica (1580-1640) o caráter em prol da defesa dos interesses mercantis se tornou ainda mais evidente, e era dever dos sobas cooperar com os objetivos da coroa.

Vimos que a vassalagem compulsória era proibida em teoria⁴⁸, entretanto, a forma com que os sobas se tornavam vassalos do rei português influenciava muito no seu posicionamento e atitudes para com a coroa, a guerra foi um dos modos mais utilizados para conquista de novos sobas vassalos para o rei o que explicava muito da hostilidade presentes nessa relação.

A rebeldia dos sobas era considerada pelos portugueses uma das maiores ameaças em terras africanas, isto porque a cadeia administrativa que Portugal formava em território africano só se tornava possível com a colaboração dos sobas avassalados, na medida em que mais sobas eram incorporados a rede administrativa aumentava sua autoridade e territórios conquistados para a coroa.⁴⁹

A contestação de um vassalo significava a quebra dos seus deveres e direitos como súdito do rei português, uma das personagens mais emblemáticas quando se trata de contestação da soberania portuguesa foi a rainha Nzinga, a soberana da região de Matamba se voltou contra um dos vassalos do rei de Portugal o que foi considerado pelos portugueses como uma afronta à Coroa, a resistência de Nzinga foi severamente combatida incluindo o cumprimento do contrato de vassalagem traçado entre o rei de Portugal e o soba Cahenda, a proteção e auxílio militar acordados entre ambos no contrato se tornou real nessa situação de conflito.⁵⁰

Durante inícios do século XVIII se levantava outro foco de resistência a soberania portuguesa, os sobas da região de Quissama, entretanto, as circunstâncias em que se rebelaram contra a Coroa se deram de forma ímpar, os sobas dessa região estavam vivendo um conflito interno que acabou por dividi-los em sobas rebeldes e aliados a Coroa portuguesa⁵¹, o desfecho dessa rebeldia se deu a favor de Portugal:

Os próprios sobas aliados de Quissama lutavam contra os levantados: incendiaram as povoações e obrigaram os rebeldes a abandonar seus domínios. Os portugueses interferiram na guerra enviando para Quissama

⁴⁷ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p.74.

⁴⁸ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007.

⁴⁹ Cf. CARVALHO, Flávia Maria de. *Sobas e homens do rei: interiorização dos portugueses em Angola* (séculos XVII e XVIII). Edufal, Maceió, 2015, p. 172; HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007.

⁵⁰ CARVALHO, Flávia Maria de. *Sobas e homens do rei*, 2015, p. 173-174.

⁵¹ CARVALHO, Flávia Maria de. *Sobas e homens do rei*, 2015, p. 174.

tropas de Muxima, Massangano, soldados de Luanda, além do auxílio de tropas de Calumbo. (...) O racha entre os quissama favoreceu a interiorização e o processo de territorialização dos portugueses em direção a Benguela.⁵²

O estopim para os conflitos e rebeldias que aconteceram em Quissama foi a imposição do pagamento de impostos para a Coroa, visto que, na cultura e tradição mbundu os tributos estavam ligados ao reconhecimento de autoridade⁵³, se um soba pagasse imposto a Coroa portuguesa automaticamente ele estaria anulando sua autoridade local e reconhecendo que sobre ele havia uma maior.

Diferente dos portugueses, o território não era a questão essencial aos olhos africanos, mas a manutenção da soberania que esse soba tinha frente às pessoas era primordial as relações de poder em África⁵⁴, reconhecer uma autoridade estrangeira era abrir mão da sua soberania local, esse fator impelia os sobas a lutar contra o avanço português o que desencadeava guerras. Contudo, as guerras não eram demasiadamente prejudiciais aos objetivos e intentos portugueses, já que, a guerra era uma grande geradora de escravos que poderiam ser incorporados ao comércio⁵⁵.

A insubordinação de um soba era encarada pelos portugueses não só como uma rebeldia, mas como uma forma de incivilidade⁵⁶, ao qualificar os sobas muitos portugueses os desqualificavam afirmando seu comportamento e características hostis típicas de bárbaros, nessas classificações se percebe o discurso colonizador e de qualificação para com os poderes em África.

As formas de se interpretar o poder sobre a terra e os outros se davam de forma diferente na cultura tanto dos portugueses quanto dos africanos, e esse choque entre as representações de poder interferia muito nas relações tanto diplomáticas como comerciais.

⁵² CARVALHO, Flávia Maria de. *Sobas e homens do rei*, 2015. p. 175.

⁵³ CARVALHO, Flávia Maria de. *Sobas e homens do rei*, 2015, p. 177.

⁵⁴ THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.

⁵⁵ CRUZ, Ariane Carvalho da, *Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Instituto Multidisciplinar. Nova Iguaçu-Rio de Janeiro, 2014.

⁵⁶ CORRÊA, Elias Alexandre. 1937. Apud CARVALHO, Flávia Maria de. *Sobas e homens do rei*, 2015, p. 179.

3. As concepções de poder: o encontro de culturas e tradições, uma interferência mútua

A diferença das noções de poder norteia a maior parte das relações entre africanos e portugueses, desde os primeiros contatos.⁵⁷ A questão da soberania de um chefe local contestada pelo mesmo frente à imposição da vassalagem por Portugal está intimamente ligada a esse entendimento de mundo distinto aos dois lados.

Thornton ao se referir a esses dois sistemas de propriedade expõe a forma a qual se compreendia a ideia de pertencimento e poder sobre uma localidade ou pessoa na visão africana e na europeia.

Na Europa o poder se dava a partir da obtenção de território e principalmente do que se produzia nele (fatores visíveis na intenção de expansão dos portugueses):

A posse territorial é, em última instância, uma simples ficção legal. Ao final, essa propriedade não significa mais do que possuir a terra, e o que realmente importa é a posse do produto que ela produz. A condição de proprietário de terras na Europa na verdade estabelece o direito do proprietário de reivindicar seu produto ou a renda obtida com ele. Portanto era uma condição de posse de um dos fatores de produção, com o direito concomitante de pleitear seu produto.⁵⁸

Por sua vez, o europeu reivindica seu poder sobre a terra para afirmar sua soberania. Na África o sistema de posse estava firmado sobre as pessoas, ou seja, o mesmo direito que o dono de uma propriedade de terra tem de reivindicar o que lá se produz, em África o dono tem o direito de reivindicar o seu direito de posse sobre o trabalho da pessoa que é sua propriedade ou subordinado:

Por conseguinte, assim como a posse de terras como um fator de produção estabelece o direito ao produto desse fator, também a posse ou o controle do trabalho (pessoas ou escravos) pode prover o mesmo direito. As leis africanas definem mais pleitos sobre o produto através da taxaço e escravidão do que por meio da ficção da condição de proprietário de terras.⁵⁹

Como a soberania entre os africanos se firmava sobre o domínio de uma rede extensa de pessoas subordinadas pode se chegar à conclusão do porquê de tanta resistência por parte

⁵⁷ MILLER, Joseph C. *Way of death. Merchant capitalism and the angolan slave trade, 1730-1830*. Wisconsin, Wisconsin University Press, 1988.

⁵⁸ THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Elsevier, Rio de Janeiro, 2004. p. 126.

⁵⁹ THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico*, 2004, p. 127.

de alguns sobas a reconhecerem o rei de Portugal como seu senhor, pois se sujeitar a outra autoridade colocaria a sua própria em questão. O caso não era a expansão ser ameaçadora aos sobas, mas a sujeição ao rei de Portugal que ameaçava seu poder frente aos seus dependentes e dominados.

Os europeus não conseguiam compreender um sistema em que a terra era coletiva ⁶⁰ e o fato da propriedade ser as pessoas, tanto que sempre tentavam associar em seus relatos as terras pertencentes a um rei. Para o europeu, ter posse de terra era um pressuposto para a civilização da sociedade africana. As taxações, que eram de costume feitas na Europa, sobre as terras, na África eram feitas sobre as pessoas, sendo os indivíduos ou escravos a propriedade produtiva privada geradora de rendimentos e não a terra.

A propriedade tendo como peça chave a posse de pessoas explica boa parte da tese defendida por Thornton sobre a escravidão e o comércio de escravos. O autor defende que este não deve ser visto como um fator externo as populações africanas, como se o português tivesse inserido essa forma de exploração nas sociedades africanas (como é de “senso comum” assim julgar) a vitimização dos africanos quanto a escravização e a grande projeção que ela ganhou com o comércio atlântico prejudica uma análise que coloque o africano como agente das suas ações. Obviamente o sistema de escravização e o comércio de escravos foi potencializado com a participação portuguesa, entretanto, a escravização já era um fator presente nas sociedades africanas, e sendo um sistema bem organizado, como o era, deixa evidente a maneira racional com que os africanos lidavam e tinham controle sobre o comércio de escravos e sobre suas relações com os portugueses.⁶¹

O encontro de duas culturas e tradições diferentes leva a adaptações, era vantagem para os envolvidos traçar novos contatos para garantir seus novos interesses, a participação dos sobas na expansão dos portugueses comprova isso.

O que podemos alegar é que desde o século XVI até o século XIX o que existia era uma coexistência de soberanias e não o domínio de uma, como defende Carlos Couto:

Contudo, não nos iludamos: nesta enorme extensão territorial, a afirmação do poder político português foi, durante muito tempo, simplesmente nominal. A precariedade da nossa ocupação, até ao século XIX, permitiu, na realidade, a coexistência de vários poderes. Dai não se nos afigurar legítimo falar de soberania, mas de soberanias. Angola tinha efetivamente várias soberanias: a portuguesa confinada, geralmente, ao litoral e a alguns presídios do interior; a dos diversos potentados indígenas que, não sendo

⁶⁰ THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico*, 2004.

⁶¹ THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico*, 2004.

vassalos da Coroa portuguesa e achando-se fora da jurisdição dos presídios, viviam na independência do governo-geral que, amiudamente hostilizavam; e a de alguns sobas que embora não vassalos, reconheciam o governo da capital, mas não permitiam que a autoridade portuguesa se exercesse nos seus domínios.⁶²

Portanto, ao se pensar em África pós-contato com os portugueses deve se levar em conta a extensão territorial, a coexistência de poderes e os interesses que ambos tinham em estabelecer relações comerciais que atendessem as suas demandas.⁶³

É a partir do século XVIII que o processo de expansão e consolidação da ocupação portuguesa encontra um maior avanço, mas alguns problemas nas bases da expansão continuavam a preocupar. O efetivo de pessoas para comandar a empresa da colonização era pequeno, o que limitava os mandos e desmandos da Coroa, a solução encontrada estava na Guerra Preta⁶⁴, esses soldados ou escravos, disponibilizados pelos sobas aliados, aumentavam o efetivo português e permitia a expansão portuguesa.

A Guerra Preta é um dos exemplos das adaptações sofridas nos planos portugueses de conquista territorial em África. Durante o século XVIII, segundo Ariane Carvalho, os soldados eram por vezes o grosso da corporação enviada para as missões de expansão, a Guerra Preta era um espaço onde a classificação, hierarquização e reconhecimento da autoridade africana eram demarcados e evidenciados:

A Guerra Preta era composta de 4.805 (88,1%) homens, o que nos mostra o peso dela nas campanhas de conquista e reconquista em Angola. O próprio Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, em 30 de setembro de 1793, ao realizar o Diário do Exército da Conquista do Sertão de África e se queixar da falta da Guerra Preta, afirma “em que por total falta de Guerra Preta, tendo-lhe toda desertado, sendo sem ela impraticável qualquer ação nos sertões de África, nada pode adiantar a Campanha.” Como se vê, a organização militar e as tropas, pelo menos em tempo de guerra, necessariamente sofreram adaptações em Angola. O grosso da “força militar portuguesa” era formado pela guerra preta. Aliás, ela não era vista como algo homogêneo, antes hierarquizada entre lideranças e subalternos. Entre os primeiros, os oficiais, os dembos, os sobas e, entre os segundos, os carregadores e, provavelmente, os empacaceiros. Reconhecia-se, portanto, as autoridades militares africanas. Isto sugere que o comando das expedições guerreiras não ficava apenas a

⁶² COUTO, Carlos. Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII. Subsídio para o Estudo da sua Actuação. Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972, p. 102-103.

⁶³ HEYWOOD, Linda M. *Slavery and its transformation in the Kingdom of Kongo:1491-1800*. The Journal of African History, 50.

⁶⁴ A Guerra preta pode ser entendida como um contingente de soldados negros conhecedores da região, gente da terra, fornecidos pelos sobas, eles poderiam servir como auxílio para engrossar e guiar as tropas portuguesas em suas investidas militares, eram em sua maioria comandados pelos próprios africanos. Como define Heintze eram “o exército auxiliar africano ao serviço dos portugueses”. HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, 2007, p. 413.

cargo dos que desfrutavam de postos com patentes portuguesas. Em suma, sem a adaptação, sem o uso de técnicas e de alianças com militares africanos era impossível formar tropas e empreender guerra.⁶⁵

As tropas formadas pela Guerra Preta eram de vital importância para o empreendimento da empresa da colonização, sem esse efetivo a expansão portuguesa seria impossível, a participação dos africanos fazia com que se aliassem técnicas portuguesas a técnicas e conhecimento locais, havendo uma troca cultural entre esses povos.⁶⁶

A efetividade da soberania portuguesa no reino de Angola dependia de sua ocupação e colonização por pessoas consideradas pelos portugueses civilizadas (ou seja, europeus), a falta de gente sempre foi o maior percalço para os planos portugueses em todas as áreas que envolviam a colônia, principalmente a administrativa.

Diversas áreas foram marcadas pelo encontro das culturas e tradições de ambas as partes e levaram a novas configurações. Um soba ao se tornar vassalo de um estrangeiro já demarcava uma mudança na estrutura interna, visto que, anteriormente devia obediência a outro líder africano, e a mudança iria além do avassalamento, no ato de se tornar súdito de uma sociedade com outros costumes o vassalo abre espaço para uma penetração de elementos e símbolos característicos dessa outra sociedade, como a alimentação e a escrita.

A cachaça, um dos produtos mais importados pelos africanos, pode ser entendido como um exemplo de apropriação cultural, sendo utilizada em rituais religiosos para a intensificação da comunicação com os espíritos, essa bebida alcoólica foi um dos elementos que abriu espaço para negociações luso-brasileiras entre os anos de 1648 e 1703 e estava intimamente ligada a obtenção de escravos em Luanda.⁶⁷

As revoluções sofridas na agricultura local durante o século XVII são exemplos de como a interferência do outro poderia trazer soluções para problemas internos, a introdução da mandioca e do milho na dieta dos habitantes transforma as formas de sobrevivência da população em meio às secas características de algumas regiões e a fome decorrente da improdutividade da terra nos períodos de estiagem. A inserção desses alimentos adiciona novas calorias necessárias para a subsistência dos moradores, equilibrando a balança nutricional, reduzindo a mortalidade e permitindo a ocupação de lugares antes inabitáveis. Segundo Miller, o uso desses alimentos possibilitou uma estabilização geral das populações mesmo em áreas que perdiam seus habitantes para o tráfico de escravos.⁶⁸

⁶⁵ CRUZ, Ariane Carvalho da. *Militares e militarização no Reino de Angola*, 2014, p. 101.

⁶⁶ CRUZ, Ariane Carvalho da. *Militares e militarização no Reino de Angola*, 2014.

⁶⁷ CURTO, José. *Álcool e escravos: o comércio luso-brasileiro de álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c.1480-1830) e seu impacto nas sociedades da África central ocidental*. Lisboa: Vulgata, 2000.

⁶⁸ MILLER, Joseph, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison, University of Wisconsin Press, 1988, p. 19-21.

As sociedades africanas eram consideradas “sociedades da oralidade”⁶⁹, ou seja, não tinham uma tradição em utilização da escrita como as sociedades europeias, o primeiro contato que tiveram com a escrita foi através do contrato de vassalagem:

Os chefes africanos, que se tornavam vassalos do rei de Portugal, submetiam-se a um acto solene e público que tinha a sua expressão mais formal na produção de um documento escrito. A fixação deste acto legal era indispensável. A conclusão de um tratado de vassalagem assumia uma dupla forma: um acto oral e um acto escrito. O acordo celebrava-se na presença de duas pessoas com poderes de soberania próprios ou delegados: o rei de Portugal, representado pelo seu governador em Angola ou outra autoridade portuguesa com poderes competentes (caso dos capitães mores dos presídios, ou os chefes dos concelhos ou distritos, divisões administrativas de carácter mais amplo), e o rei ou chefe africano. No momento das negociações e fixação das condições do tratado, a autoridade africana podia ser representada por uma embaixada, mas o tratado em si mesmo só ganhava força legal com a assinatura aposta pelo próprio rei africano e a execução por este dos actos simbólicos inerentes.⁷⁰

O ato de vassalagem tinha significação tanto para a cultura portuguesa quanto para a africana, incorporando elementos simbólicos de ambos os envolvidos. Como a cerimônia e ritual de vassalagem englobavam simbologias típicas de poder, logo a elite africana passou a reconhecer a escrita como um símbolo de poder, mas do poder do outro, nesse caso os portugueses. Com o passar do tempo a escrita marcou a forma de comunicação entre as autoridades envolvidas:

A escrita começou, portanto, por ser o meio utilizado pela Coroa portuguesa para os contactos oficiais com os chefes africanos. Os sobas ou ndembu avassalados encontravam no registo escrito a legitimação do seu poder pelas autoridades coloniais e ganhavam consciência da necessidade de guardar essa documentação como símbolo da relação estabelecida. O registo em papel salvaguardava assim para o exterior aquilo que era válido oralmente nas relações puramente africanas. Desta forma, os africanos, mesmo antes de saberem ler e escrever e de reconhecerem à escrita a função de instrumento de comunicação, foram compelidos a considerar o carácter vinculativo, fixo e perene do que é gravado sobre o papel. Antes de ser instrumento de comunicação, a escrita foi utilizada e apreendida como um símbolo do poder político europeu.⁷¹

Durante a segunda metade do século XVIII os africanos passaram a utilizar a escrita não só como elemento vindo de uma cultura externa incorporada a sua, mas passaram a se apropriar da escrita como própria da cultura africana.

⁶⁹ SANTOS, Catarina Madeira. *Escrever o poder: os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu*. Revista de História 155 - 2ªed. - 2006.

⁷⁰ SANTOS, Catarina Madeira. *Escrever o poder*, 2006, p. 87.

⁷¹ SANTOS, Catarina Madeira. *Escrever o poder*, 2006, p. 88.

A apropriação da escrita por parte dos africanos ultrapassa a comunicação e reconhecimento de poder quanto aos portugueses e passa a ser aplicada a assuntos internos, políticos e burocráticos das sociedades africanas.⁷²

Um dos exemplos de instituição que foi modificada em sua estrutura pelo contato com a cultura e tradições portuguesas foi a reformulação do Sistema Legal ou Judicial de Angola, o Tribunal dos Mucanos, exposta na obra de Roquinaldo Ferreira. A definição mais precisa para designar o que era e qual função teria o Tribunal dos Mucanos seria,

The *tribunal de mucanos* was an African institution incorporated into the Portuguese legal system by the middle of seventeenth century that epitomized the interwoven nature customs, power and law in the Portuguese Angola. In the Quimbundo language, mucano means litigation. In addition to the legal proceedings that pertained to the status of enslaved Africans, the tribunal de mucanos also judged “every civil and criminal lawsuit,” including “diverse cases such as a fire ruining house and loss or destruction of houses.”⁷³

O termo era designado para definir alguns tipos de litígios cometidos pelos africanos ou em pequena instância com pequenos crimes como dívidas, casos de feitiçaria, como para casos maiores de assassinatos e ainda processos de apelo à liberdade feito por escravos ao júri, geralmente todos os casos na instância criminal ou cível eram julgados nesse tribunal.

O tribunal era também conhecido como tribunal da liberdade, devido aos vários casos em que dava a liberdade a cativos que apelavam para essa instância, incluindo vassallos da coroa que eram capturados nos sertões e levados para Luanda, podendo antes de deixar o país para servir como escravo em outros lugares apelar pela liberdade. Talvez a concessão da liberdade fosse mais comum aos casos desse tribunal pelo tipo de investigação que empreendiam para comprovar ou não o direito a liberdade do declarante, a relação de parentesco era o principal meio de defesa utilizado como recurso contra a escravidão nessa corte.

A adaptação da instituição nessa situação levou a ressignificações de papéis na estrutura do sistema em Angola, os casos que antes eram julgados por chefes africanos, os

⁷² O que existe nesse momento é uma intensa troca cultural que é refletida nos mais diversos níveis possíveis de demonstração de poder, como as adequações de táticas militares, na apropriação dos modos de guerrear, na apropriação da própria escrita, na adaptação do sistema jurídico, entre outros. Cf. SANTOS, Catarina Madeira. *Escrever o poder*, 2006. CRUZ, Ariane Carvalho da. *Militares e militarização no Reino de Angola*, 2014. THORNTON, John K. *The Art of War in Angola, 1575-1680*. Comparative Studies in Society and History, Vol. 30, n° 2, Apr, 1988, p. 360-378.

⁷³ FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge University Press, 2012, p. 99.

sobas, passam a ser julgados, nas áreas de influência portuguesa como Luanda, pelos capitães mores, a participação dos capitães mores no tribunal de mucanos está vinculada ao poder da administração central em Luanda, era uma forma de controle do que acontecia na colônia, entretanto, a atuação dos agentes de Portugal nesse tribunal abria espaços para abusos de poder o que impulsionou a Coroa a ordenar um guia de regras a serem seguidas no tribunal dos mucanos, os casos que eram anteriormente resolvidos oralmente passaram a ser formalizados em ofícios, se regulamenta a função de juiz de mucanos, unificando as regras da corte o sistema de mucanos ganhava mais estrutura, no final do século XVIII a autoridade judicial para julgar os mucanos foi transferida para o ouvidor geral de Angola, esta mudança causou uma grande transformação na estrutura dessa instituição, que tinha origem africana, mas em determinado momento passou a fazer parte do sistema legal português em Angola.⁷⁴

Consideramos que essa incorporação de costumes simbolizava não só o entrelaçamento de costumes locais com os externos, mas simbolizava o entrelace de poderes, como acontece no contato entre diversas instituições e costumes (as estratégias militares e a apropriação da escrita são exemplos supracitados dessa troca cultural) tanto africanos como portugueses.

Para Roquinaldo Ferreira, o contato com o português e principalmente o tráfico de escravos muda todos os aspectos nas sociedades africanas, no caso do tribunal de mucanos, a intromissão dos portugueses modifica o caráter local desse sistema judiciário o transformando em um meio de obtenção de mão escrava, o tribunal passa de uma instituição transitória para uma instituição permanente onde a autoridade máxima não é mais representada por um africano, mas por um representante do poder português.⁷⁵

Contudo, o que percebemos na adequação desta instituição a presença portuguesa é que ela serve como um marco da coexistência de poderes na região e de como a presença portuguesa não anulava totalmente as estruturas locais de poder. Ao contrário, o que havia entre eles era uma articulação, essa é a palavra chave quando se fala em Angola durante os séculos que se seguiu a colonização. O tribunal de mucanos tinha uma característica ambivalente, ou seja, ao mesmo tempo em que dava a liberdade também poderia tirá-la, escravizando, isso exclui a premissa de que tal instituição foi utilizada desordenadamente como fonte de escravos para o tráfico. O que se compreende até aqui é que o sistema jurídico pode ser entendido como uma forma de expressar a sua maneira de ordenar o mundo e se esse

⁷⁴ FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World*, 2012, p.106 e 110.

⁷⁵ FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World*, 2012, p. 101-105.

mundo passa por transformações, inevitavelmente a maneira com que se ordena também mudará.

O encontro cultural que vemos nos exemplos dados até aqui, fazem produzir algo novo e são o reflexo dessa nova visão de mundo, não sendo este fato necessariamente uma imposição a cultura e a tradição do outro. As transformações são mútuas devido ao nível de influência partir de ambos os lados, tanto português quanto africanos.

Em suma, o que há na experiência portuguesa em Angola por um longo período de tempo é uma confusão dos limites de poder e incoerência administrativa devido a soberania que foi por muito tempo exercida somente de forma nominal, na verdade o que existia na região era uma coexistência de poderes, que provinha do fato da imensa extensão da região e da falta de efetivo para empreender a empresa colonial, enquanto os portugueses estavam confinados ao litoral e alguns potentados no sertão, os chefes africanos mantinham suas autoridade fora do alcance português, a soma desses fatos demonstra quão precário e frágil era o domínio português naquela região.

Visto tal fragilidade, em meados do século XVIII as intenções de Portugal eram de implementar um projeto de administração para o território de Angola, impulsionados por ideias ilustradas e da modernidade tentaram criar novas formas e reconfigurar estruturas. Todavia, de acordo com Catarina Madeira Santos, Angola naquela época era:

Um espaço extremamente dinâmico, em construção e de fronteiras flexíveis, determinadas por razões militares, comerciais ou simplesmente culturais. A fronteira está em constante construção, obedece a avanços e recuos, causados por interesses convergentes entre a colônia e os poderes africanos, ou pelas guerras entre si.⁷⁶

Em um espaço em constante transformação aplicar projetos transformadores a locais que já tinham uma tradição de organização política e territorial pré-estabelecidas se torna um desafio nem sempre alcançado, para que tal empreendimento fosse possível a Coroa recorre a meios de se estabelecer na região para colocar em prática uma unificação do seu espaço de dominação, é nesse período que tenta investir na infraestrutura local, comunicação entre os agentes reais, além da produção de conhecimento territorial e de seus súditos através de censos e levantamentos, a informação era a máxima para a expansão e colonização africana.

⁷⁶ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p.16.

CAPÍTULO II

Portugal em Angola: do projeto reformista à sua prática administrativa

“Administrar exige método e o método supõe o projeto e o projeto a disponibilidade de informações sobre o território que se quer administrar”⁷⁷

Durante a segunda metade do século XVIII, Portugal passou por reformas na sua estrutura político administrativa, foi durante esse período que um personagem ganhou notoriedade na história lusa, Sebastião José Carvalho e Melo, mais conhecido pela historiografia como Marquês de Pombal foi o precursor de grandes mudanças na forma de condução do governo em Portugal e nas suas possessões além mar.

Entretanto, quando estudamos esse período de transformações no país um equívoco sempre acontece, por ser um personagem de destaque no governo, Pombal é tomado como um marco nessas transformações, muitos historiadores atribuem ao mesmo todo o prestígio pelas mudanças ocorridas nesse período, como se a “época pombalina”⁷⁸ fosse por um todo guiado pelo pensamento de um só homem, iluminado, com projeções jamais vistas.

Segundo José Francisco Calazans Falcon, essa “noção não passa de uma construção historiográfica ao mesmo tempo útil e enganosa.”⁷⁹, útil na medida em que concentra as mudanças e o foco de estudo em um único ponto e enganosa na mesma medida em que limita o entendimento de uma época de transformações constantes e que abrangem várias áreas independentemente da ação de um homem, não descartando, é claro, sua importância em todo esse processo.

Portugal vinha passando por uma transformação em seus setores administrativo, econômico e militar, para não perder o controle da situação era preciso mudar sua maneira de administrar o Império, mudanças graduais foram acontecendo do governo de D. João V em diante, portanto esse período não se colocaria na historiografia como uma ruptura, mas uma continuidade das mudanças do governo anterior, que foram efetivamente postas em prática na gestão de Pombal.⁸⁰

⁷⁷ Início com esta citação por ser uma forma de expressar como se poderia pensar em uma forma específica de governar, mesmo em um território tão extenso, método pressupõe projeto que requer informações para ser elaborado. A produção de informação é fundamental para a efetivação do domínio, sem a informação as políticas administrativas, econômicas e militares não poderiam, ao menos, ter a tentativa de serem postas em prática, informação é crucial para o conhecimento em qualquer período histórico. Cf. SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p.42.

⁷⁸ O próprio nome dado ao período na História remete aos feitos do Marquês de Pombal, na maioria das situações estudadas ele é destacado, muitas vezes em detrimento do próprio rei da época o D. José I.

⁷⁹ FALCON, Francisco José Calazans. Antigos e Novos Estudos sobre a “Época Pombalina”. In: *“A Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Organizadores: Francisco Falcon, Claudia Rodrigues – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

⁸⁰ A necessidade de se modificar a administração portuguesa já era expressa em outros governos, o que marca uma continuidade de política e não uma ruptura. Cf. FALCON, Francisco José Calazans. Antigos e Novos Estudos sobre a “Época Pombalina”. In: *“A Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Organizadores:

Alguns autores consideram a política de Pombal reativa, de acordo com Antônio Carlos Juca Sampaio, as medidas não eram somente em parte reações a conjuntura específica de crise, mas também “fruto de reflexões não só do próprio Pombal como de um conjunto mais ou menos numeroso de membros da elite reinol, preocupados com o atraso português em face das potências europeias e em definir medidas que o superassem.”⁸¹

Um fator crucial que convocava as transformações político administrativas em Portugal nessa época foi o Iluminismo, era um momento de grandes transformações científicas, artísticas, na maneira em que se via o homem, seus feitos e conseqüentemente a forma em que se via seu comportamento em sociedade e a maneira de governabilidade do mesmo.

O advento da segunda metade do século XVIII coincidiu com a realização de um enorme esforço de renovação do conhecimento que envolveu indivíduos e instituições e que foi, em grande medida, promovido, financiado e suportado pelo Estado.⁸²

Sabemos que o Iluminismo traz novas ideias, métodos e experimentações, todavia, as bases em que se construía o pensamento europeu vinham de uma carga altamente hierarquizante e dividida em estamentos. A sociedade do antigo regime veio de uma tradição grega e judaico cristã em que cada pessoa tinha o seu papel definido no mundo, a hierarquia na terra refletia a do céu, a sociedade era como um corpo que se dividia em órgãos com graus de importância diferentes, essa noção passa a era moderna.⁸³

Como afirma Hespanha, existia uma ordem central na imaginação política e jurídica moderna na sociedade cristã, em que o relato da criação tinha papel estruturante. A narrativa da criação inspirou o pensamento social medieval e moderno e foi usada como fundamento das hierarquias sociais. Assim como Deus tinha classificado os elementos, animais,

Francisco Falcon, Claudia Rodrigues – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. MONTEIRO, Nuno G. D. *José: na sombra de Pombal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

⁸¹ SAMPAIO, Antonio Carlos Juca. A economia do império português no período pombalino. In: FALCON, Francisco José Calazans. RODRIGUES, Claudia. Orgs. *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.38.

⁸² DOMINGUES, Angêla. *Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais dos Setecentos*. História, Ciências, Saúde . Manguinhos, vol. VIII (suplemento), p. 823-838, 2001. p. 824 .

⁸³ HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas: As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. UFMG, Fafich, 2008.

vegetação, terra e etc. de forma a serem diferentes e hierarquizados a sociedade deveria seguir a mesma estrutura, dessa forma se justificaria o predomínio da não igualdade.⁸⁴

Segundo Hespanha: “Esta pré-compreensão da sociedade como um todo ordenada de partes autônomas e desiguais constitui a moldura explicativa do modo de ser das estruturas institucionais modernas, tanto metropolitanas como coloniais.”⁸⁵ Essas concepções podem em grande escala explicar a estrutura hierarquizante presente nos documentos que serão analisados no próximo capítulo.

A nobreza, que por pressuposto regia os costumes e tradições político administrativas em Portugal, vinha tomando novos contornos, essa elite não era mais homogênea e passava a se dividir em dois segmentos: o primeiro solidificado nas antigas tradições que defendiam a linhagem das antigas formas de governo, a transferência por sangue de títulos, pois era uma elite de perfil mais agrário; e o segundo segmento da nobreza que estava ligado a ideias mais modernas, aceitava títulos de nobreza doados a burocratas e estava ligado ao comércio e a seu lucro.⁸⁶

A mudança de perfil da nobreza portuguesa foi acelerada pelas circunstâncias em que vivia Portugal e em certa medida afirmada nas práticas de Pombal, isso explica o motivo do marquês ser tão questionado durante sua estadia no governo, as opções feitas nesse período muito têm a ver com o meio em que vivia, a não homogeneidade da elite portuguesa já demonstrava que centralização absoluta é um conceito dubitável.⁸⁷

Novos estudos apontam que essa centralização é cada vez mais questionável, isto porque, ao analisar casos mais específicos podemos perceber que a mesma não era tão efetiva, que o governo não estava voltado apenas a satisfazer a vontade de seus pares, bem como era preciso, para o bom funcionamento da sociedade, um equilíbrio de poder.⁸⁸

⁸⁴ HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. 2008.

⁸⁵ HESPANHA, António Manoel. *Imbecillitas: As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Minas Gerais: Annablume, 2010, p.2.

⁸⁶ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal*, 1996. p.79.

⁸⁷ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal*, 1996.

⁸⁸ Alguns autores defendem a coexistência de poderes e demonstram casos específicos que retiram Portugal de uma posição de superioridade, dando a outros povos a agência nos acontecimentos, os colocando como sujeitos e não como meros instrumentos portugueses. Cf. ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. SILVA, Gian Carlo de Melo. RIBEIRO, Marília de Azambuja. Orgs. *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. Cf. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Cultura política, governo e jurisdição no Antigo Regime e na América portuguesa: uma releitura do ofício de vice-rei do Estado do Brasil” in: AZEVEDO, Cecília. [et al] Orgs. *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro, editora FGV, 2009. Cf. COUTO, Carlos. *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*. Subsídio para o Estudo da sua Actuação. Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972. Cf. FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. S. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI a XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Cf. FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG,

A ideia de centralização faz do império uma figura mais imponente, enquanto reconhecer um grau de autonomia das relações entre metrópole e colônia seria admitir a força de uma região periférica em relação ao centro. Isto evidenciaria certo descontrole por parte de Portugal, o brilho da empresa colonizadora seria menos latente: “Do ponto de vista do colonizador, a imagem de um Império centralizado era a única que fazia suficientemente jus ao gênio colonizador da metrópole. Em contrapartida, admitir um papel constitutivo das forças periféricas reduziria o brilho da empresa imperial”⁸⁹

Consideramos aqui que enxergar essa relação entre centro e periferia é ressignificar a própria relação administrativa, política e econômica em suas dimensões internas, tanto na metrópole quanto na colônia. Colocar Portugal como centro único de ação do governo sem pretensões de sustentabilidade, ou ação a partir da colônia é romantizar o seu papel.

Um dos casos que foram analisados quanto ao equilíbrio de poder na monarquia europeia, foi demonstrado por Hespanha em seu livro “*As Vésperas do Leviathan*”. O autor aferiu como as instituições se aproveitavam da fraqueza monárquica para se estabelecer e criar um espaço de efetiva autonomia, outros tantos autores da atualidade nos mostram a cada dia mais a margem de atuação e autonomia das instituições frente ao governo.

Desses novos estudos uma concepção defendida pelo autor supracitado se enquadra perfeitamente nesse modelo de governo, em que o poder não se concentra em uma única mão (ou mãos), é o conceito de “monarquia corporativa”, esta tem características diferentes das engessadas e desenhadas pela historiografia tradicional:

O poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia; O direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica (*ius commune*) e pelos usos e práticas jurídicos locais; Os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes; Os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real.⁹⁰

2001. Cf. RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT e CHAUDHURI, *História da expansão portuguesa*, v. 3, Lisboa, Círculo dos Leitores, p. 169-192. Cf. SANTOS, Catarina Madeira Santos. *Um governo "polido" para Angola*, 2005. Cf. SANTOS, Catarina Madeira. *Escrever o poder*, 2006. Cf. WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba, 2009.

⁸⁹ HESPANHA, António Manuel. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes” In *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI – XVIII)*, 2001, p.167.

⁹⁰ HESPANHA, António Manuel. *A constituição do império português*, 2001, p.166.

Seguindo esse conceito de “monarquia corporativa” podemos entender muito do posicionamento reformista de Portugal em Angola, do processo de racionalização e da sua efetivação ou não. Como se constata, um governo não geri sozinho sua metrópole e muito menos seus domínios além mar, adaptação era a palavra chave para uma administração de sucesso.

Entretanto, saber que uma centralização se torna quase impossível na vastidão do território dominado por Portugal, não exclui de maneira nenhuma, tentativas de polimento do governo e de projetos com as mesmas finalidades para suas conquistas, como aconteceu com Angola.

1. Estrutura Geopolítica

Pensar em Angola como um espaço físico naquela época é uma tarefa muito complicada, pois Angola era um espaço que não se constituía como um lugar politicamente e economicamente delimitado, sendo um local dinâmico e de fronteiras instáveis e flexíveis.⁹¹ As definições territoriais de Angola são dadas por viajantes e memorialistas:

Conforme o memorialista Joaquim Antônio de Carvalho e Menezes, natural de Angola, que escreveu e publicou em 1834 a *Memoria geografica, e politica das possessões portuguezas n'Affrica Occidental, que diz respeito aos Reinos de Angola, Benguela, e suas dependências*, o Reino de Angola e Benguela apresentava a sua fronteira ao Norte, no rio Dande, e estendia-se até o Cabo Negro. Ao norte confinava-se com as terras do Marquês de Mossul. O Cabo Negro lhe servia de limite marítimo, sendo o Oeste banhado pelo Oceano Atlântico. Os rios mais notáveis são o Cuanza, que corta o Reino de Leste a Oeste, Dande e Bengo, que estão ao Norte. Longa é o rio que fica ao Norte de Benguela e perto de sua foz fica Benguela, a velha. Ao sul, encontra-se o rio Cuvo, e, mais ao sul, aquém da cidade de São Felipe de Benguela, o rio Catumbela. Mariana Candido afirma que a povoação de Benguela estava situada entre os rios Catumbela e Kaporolo. A princípio, a presença de súditos portugueses se limitou à costa, mas, posteriormente, algumas fortalezas foram erigidas no interior, a exemplo da Caconda. Luanda se encontrava em uma planície costeira e possuía o maior porto da costa ocidental africana, onde com maior frequência se estabeleciam as relações de forças entre súditos portugueses e africanos. Alguns historiadores defendem que no século XVIII a estrutura populacional e a disposição do espaço em Luanda obedeciam a critérios políticos influenciados por Lisboa. A costa de Luanda estava resguardada por uma linha de fortalezas militares, e a fronteira da cidade com o interior não constituía preocupação para o domínio português. Apesar de, na maioria das vezes, Luanda ser descrita como cidade portuguesa colonial, pelo cotidiano desse espaço urbano a princípio ser delimitado por traçados europeus, as

⁹¹ CRUZ, Ariane Carvalho da, *Militares e militarização no Reino de Angola*, 2014, p. 24 -25.

relações tecidas entre súditos portugueses e africanos possibilitou a formação de uma rede urbana com raízes próprias.”⁹²

Percebemos nessa descrição territorial que Angola poderia ser uma forte fonte de riquezas para a coroa, visto que, seu potencial comercial e sua localização eram favoráveis. A descrição do local se caracteriza a partir dos presídios que compunham a região de Angola:

O primeiro a ser fundado foi o de Massangano, em 1583, seguindo-o o de Muxima, em 1599, o de Cambambe, em 1604, o de Ambaca, em 1614, e o das Pedras de Pungo Andongo, em 1671. Ao sul do Cuanza, no século XVII, fundaram-se os presídios de Benguela, em 1617, e o de Caconda, em 1682. No século XVIII, mais dois presídios foram levantados, o de São José do Encoge, em 1759, e o de Novo Redondo, em 1769. Todos os presídios eram guarnecidos por forças militares e governados por capitães-mores, à exceção de Novo Redondo, que era comandado por um regente.

Além dos presídios, Angola possuía oito distritos, denominados Icolo e Bengo, Dande, Golungo, província dos Dembos de Luanda, Barra do Bengo, Barra do Dande e Barra de Calumbo, e em Benguela havia os distritos de Bailundo, de Galangue, do Zenza, de Quilengues, do Huambo, dos Sambos, do Bié e o do Dombe Grande.⁹³

A administração portuguesa tentava impor um padrão de territorialização, dividia os espaços em presídios e distritos. De acordo com Santos, embora as diferenças entre ambos não fossem bem demarcadas, a autora encontra um diferencial entre os dois: “Os presídios organizavam-se a volta de uma fortaleza e dispunham de uma guarnição, os distritos abrangiam áreas mais alargadas de circulação, onde se encontravam moradores, obedecendo a um padrão de povoamento disperso”⁹⁴. Segundo José Curto, presídio poderia ser definido como “uma unidade territorial colonial conjugando a atividade administrativa e as funções militares, sem excluir as comerciais”⁹⁵. Esses dois espaços eram chefiados por um regente ou capitão-mor ao qual a população estava subordinada.

Diferente de Santos, Ariane Cruz afirma que o que havia naquele território era uma falta de demarcação precisa em suas fronteiras que seriam flexíveis e influenciáveis, visto que, ali existia um misto de culturas e identidades que faziam daquela estrutura única. Em todo tempo essas sociedades e culturas se intercruzavam e deixavam a sua marca uma nas outras. As fronteiras eram definidas internamente por políticas internas, o trânsito de pessoas

⁹² CRUZ, Ariane Carvalho da, *Militares e militarização no Reino de Angola*, 2014, p.22-23.

⁹³ CRUZ, Ariane Carvalho da, *Militares e militarização no Reino de Angola*, 2014, p. 24 -25.

⁹⁴ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p.112.

⁹⁵ CURTO, José. *Álcool e escravos*, 2000, p. 332.

pela localidade influenciava na sua demarcação política, questões como o tráfico de escravos e o comércio igualmente ajudavam a reorganizar essa fronteira inconstante e flutuante.⁹⁶

Por certo que a presença portuguesa na administração da conquista tentava por limite a essa fronteira, porém as questões que envolviam as fronteiras de Angola iam além das administrativas entravam em questões econômicas e políticas e por isso concordamos em entendê-las como inconstantes e flutuantes, pois sabemos que questões econômicas e políticas passam a integrar mais pessoas e interesses em jogo.

Lembrando ainda que a administração portuguesa não era conduzida somente por portugueses, africanos estavam envolvidos nessa administração⁹⁷, portanto, as confluências de interesses locais e da metrópole também entravam em voga. Nem Portugal governava Angola sozinho, nem os africanos, daí mais uma vez a aplicação do conceito de adaptação do governo as práticas locais.

2. Angola: o tesouro africano

Eram inúmeras as possibilidades comerciais que se abriam no território de Angola, e as chances de uma expansão mercantil lucrativa estavam sempre abertas. Conforme a documentação presente na *Coleção das Providências, Leis e Ordens que restauraram a Navegação, o Comércio, a Polícia, e a Disciplina Militar dos Reinos d'Angola, Congo, Benguela, Loango, e Presídios daquela utilíssima parte da África, dos grandes estragos em que S Magestade a achou quando sucedeu na Coroa destes Reinos, e motivos, que constituíram o espírito de cada uma das ditas Leis, Ordens e Providência*, a importância que Angola teria para a coroa seria compreendida no momento em que fossem analisados os rendimentos que a colônia daria:

Para se compreenderem os interesses que a Monarquia de Portugal na conservação dos Domínios de África: basta fazer uma pequena reflexão na física impossibilidade que haveria de se conservar o Brasil, logo que uma vez viessem a faltar os referidos domínios: Vendo-se que com eles faltariam ao mesmo tempo os Negros, sem cujo sucessivo transporte cessariam os trabalhos das Minas dos Diamantes e do Ouro: Negros cujo numero he tal, e

⁹⁶ CRUZ, Ariane Carvalho da, *Militares e militarização no Reino de Angola*, 2014, p. 26.

⁹⁷ Refiro-me a participação dos homens da terra, ou seja, de origens locais em funções como juizes, vereadores: “O ingresso de “não-portugueses” nos cargos da municipalidade era cercado por imprecisões e, em algumas vezes, existiram dissonâncias entre o expresso desejo da Coroa e as práticas locais, moldadas pelas circunstâncias de cada conquista.” WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português*, 2009, p. 28.

tão crescido, que anualmente se costumam não menos de doze mil de Angola, oito mil da Costa da Mina, e dois mil para três mil de [espaço em branco no original] e suas vizinhanças: cessaria toda a Agricultura: cessariam todas as Fábricas de Engenhos de Açúcar: cessariam os enrolamentos de Tabacos: cessariam as matanças de Gados silvestres, e os curtumes de couros: cessariam as Serrarias das preciosas madeiras do Brasil: e cessariam com estas todas as outras produções, que a Divina Providencia destinou naquele opulentíssimo continente, para que pelo meio de uma fértil navegação fizessem a mesma Monarquia rica e respeitada.

Concluindo esta compendiosa noção, que para se freqüentarem a Navegação, e o comercio daqueles Domínios de África; e para se haverem posto na manutenção e segurança deles, todas as providências, e todos os esforços, que a possibilidade pudesse permitir, bastaria valerem elas tanto quanto vale o Estado, ou antes Império do Brasil, ainda acresciam ao referido interesse respectivo, outros interesses que por si somente seriam bastantes, se nada mais houvesse, para se não o abandonassem os mesmos importantíssimos domínios.⁹⁸

A maior das importâncias dadas a Angola pelos próprios administradores e governantes era em relação à possibilidade de sustentação do Brasil quanto à mão de obra escrava africana, “com o crescimento do tráfico, a colonização no Brasil era viabilizada e o equilíbrio do Império, mantido”⁹⁹, Angola era o sustentáculo da colônia mais lucrativa de Portugal, como afirma Catarina Madeira Santos:

Sem Angola não há Brasil, e sem Brasil não há Império, porque são os escravos angolanos que garantem a sustentação da economia imperial, maioritariamente assente nas produções brasileiras (agricultura, fábricas, engenhos de açúcar, enrolamentos de tabacos, matanças de gados silvestres, serrarias de madeiras preciosas). Angola vale portanto o mesmo que o Brasil, e é ela que permite que o Brasil conte e seja incorporado na economia internacional. E por isso vale o mesmo que o império. O uso desse tópico reproduziu-se por todo o século.¹⁰⁰

Angola também era valiosa aos portugueses por sua posição geográfica favorável e seus recursos internos que eram lucrativos a coroa. “Angola encontrava-se a meio caminho entre a Ásia e o Brasil, e foi aí que o Pombalismo parece ter proposto um novo lugar para ela.”¹⁰¹

⁹⁸ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Coleção Conselho Ultramarino (CCU), Angola, códice 555, fl.1 – fl.1v.

⁹⁹ CRUZ, Ariane Carvalho da, *Militares e militarização no Reino de Angola*, 2014, p. 35.

¹⁰⁰ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p.45

¹⁰¹ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p.45.

Portugal, mais precisamente Pombal, reconhecia o território de Angola como fundamental para a manutenção do Império, logo um novo lugar é proposto pelo próprio Pombal em um parecer sobre a mesma. “Sendo notório que o Reino de Angola, não só pode ser Reino, mas Império, pela necessidade e importância do seu Comércio e pela vastidão dos seus Domínios.”¹⁰².

Angola não se encaixaria mais na noção de Reino, ela seria Império, ou melhor, integraria o Império devido a sua importância econômica em geral, ao reconhecer sua importância Portugal está abrindo caminho para uma efetivação da posse de sua conquista, e para isso o governo português elabora um projeto de reforma administrativa em Angola, em 1758 se lançam os fundamentos para a restauração e o plano de reforma de Angola.

Fundamentos esses que tinham uma grande carga das experiências vividas no Brasil, os portugueses queriam projetar em Angola o que tinham feito na sua outra colônia, Angola era então o Brasil africano. Partir do Brasil como modelo dava a eles bases argumentativas para a aplicação das mudanças administrativas.

Nesse novo lugar atribuído a Angola muitas noções tiveram que ser alteradas, Joseph Miller¹⁰³ explica como a noção de bens e valores africanos são em certa forma afetadas pelas noções econômicas e mercantilistas europeias.

A economia atlântica despertou a sede por produtos importados por parte dos africanos, isto porque existia um desejo de satisfazer a ambição por investimentos que poderiam alterar a política econômica local, dando aos grupos africanos envolvidos mais poder e prestígio ao se integrar a uma economia mais ampla.¹⁰⁴

Os produtos importados eram uma ferramenta importante na luta por uma posição na hierarquia local, visto que, eles tinham uma vantagem sobre os produtos locais. As roupas, por exemplo, tinham um grande peso como indicadores de riqueza e status social, a partir do momento em que o acesso a têxteis importados é facilitado pelos portugueses há grande chance de movimentação social e desorganização demográfica, pois muitos iriam buscar mais pessoas a serem escravizadas e vendidas em troca de têxteis que gerariam a ele e a sua família status.¹⁰⁵

¹⁰² “Parecer que o Conde de Oeiras...”, Ajuda 20 de Novembro de 1760, AHU, Cod. 555, fls. 59-59v. in SANTOS, Catarina Madeira Santos. *Um governo "polido" para Angola*, 2005.

¹⁰³ MILLER, Joseph, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison, University of Wisconsin Press, 1988.

¹⁰⁴ MILLER, Joseph, *Way of Death*, 1988.

¹⁰⁵ MILLER, Joseph, *Way of Death*, 1988.

Em suma, a introdução de produtos importados alterou as noções de bens e valores africanos, introduzindo novos meios de se alcançar maior status social e ampliou a captura de pessoas para serem integradas ao tráfico de escravos. Ao mesmo tempo a obtenção desses produtos aumentava o dinamismo da economia africana, o que deixava ainda mais exposto o potencial comercial a ser descoberto em África, incluindo Angola.

3. O Projeto de Reforma para Angola

Angola se firmava como um território importantíssimo para Portugal devido a sua extensão, produção comercial interna e possibilidade de sustentação de outra colônia que gerava grandes lucros a coroa.

Todavia, alguns fatores também impulsionavam o desenvolvimento de um projeto para Angola, a ameaça de invasão do território por outras nações, o tráfico de escravos tão importante para a manutenção do Brasil, a tendência no controle efetivo sobre o território para controlar também suas riquezas levaram o governo a tentar reorganizar suas posses de maneira que o que lá ocorresse fosse de conhecimento da coroa.

O projeto em desenvolvimento teria então três fases:

A primeira fase situa-se no ano de 1758, com a edição de duas leis (11 e 25 de Janeiro) sobre o tráfico de escravos e a instituição do Contrato das arrematações de 26 de Janeiro; a segunda finaliza com o fecho do governo do Conde da Cunha, cujas informações e experiências haviam permitido a elaboração do parecer do Marques de Pombal; e, por fim, a terceira fase teria atingido um cume, em 1769, 'quando se podia considerar, que com as muitas e eficazes Providencias, que Sua Majestade tinha dado em todos os anos precedentes e com a boa execução que elas tinham achado no vigilante, zeloso e prudente Governador D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho se achava Angola estabelecida, e os seus Habitantes e Interessados na maior felicidade'.¹⁰⁶

Pombal elaborou um projeto para Angola desde o início da década de 50, e a inovação desse projeto estava na carga de racionalidade aplicada na política administrativa, em muito explicada pelas aspirações ideológicas que estavam em vigência na Europa. Essas aspirações reformistas não só norteavam o projeto bem como os que o executariam, um sentido em

¹⁰⁶ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 40.

comum se encontra entre os envolvidos o intuito de civilizar o território através de um governo polido.¹⁰⁷

Em um parecer que fez sobre Angola em 1760, Pombal demonstra o grau de racionalidade e doutrinas que apoiam a elaboração de seu projeto administrativo. Ao se referir a tal projeto, Santos observa:

Não é apenas o discurso político que se organiza segundo um novo paradigma; também a retórica que o veicula da notícia de uma outra racionalidade. Não mais a mera acomodação as circunstâncias dispersas e tradicionais da vida nos trópicos, já de si avessa a racionalização; mas a extensão até essas zonas, selvagens mas também susceptíveis de polícia, de um projecto que, como a razão, não conhecia limites nem fronteiras. Um projecto que, por isso, considerava possível estender até lá as gramáticas políticas e civilizacionais da Europa.¹⁰⁸

Pombal escreve juntamente com outras autoridades um projeto metódico que faz uso de conceitos novos como polícia, aritmética política, legalismo e racionalismo da administração, também se utiliza de um conhecimento prévio da localidade tanto ideológico como de experiência.

O intuito era englobar Angola em um modelo universal de governo que também seria aplicado aos outros espaços ultramarinos, claro que respeitando suas especificidades locais. O projeto visava encaixar o governo nos moldes civilizados europeus, porém o mesmo não alterava a centralidade que o tráfico de escravos ganhava nessa administração, o tráfico continuava a ter uma ambivalência, no sentido em que não se encaixava nas reformulações políticas iluminadas e civilizadas e ao mesmo tempo supria as demandas de mão de obra tão necessárias para Portugal:

No caso angolano, independentemente de todas as doutrinas, fundadoras de reformulações políticas, o tráfico de escravos manteve, reforçando até, a sua centralidade, nos objectivos propostos. Esse aspecto esteve omnipresente, em todas as reflexões, nunca chegando a ser posto em causa. O primeiro e grande desiderato da colonização de Angola consistia em fazer crescer o trafico, de forma a viabilizar a colonização do Brasil. O interesse do tráfico de escravos no desenho das linhas de governo para Angola criou, necessariamente, constrangimentos, silêncios, ambiguidades e paradoxos na legislação. Porém, um dos aspectos mais inovadores do programa pombalino consiste no desenvolvimento de uma política para transformar Angola numa colônia de povoamento e de produção, através de manufacturas, trabalho da

¹⁰⁷ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005.

¹⁰⁸ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 42.

terra, ou mera extracção de produtos naturais, com boa aceitação nos mercados europeus.¹⁰⁹

Transformar Angola em uma colônia de povoamento demandava primeiro uma “*fundação da sociedade*”, julgava que até aquele momento ninguém tinha conseguido fazer de Angola um espaço que poderia ser denominado sociedade, era preciso estabelecer um governo que tomasse as rédeas da situação e instaurasse ali uma sociedade organizada com normas e regras, ou seja, civilizada de acordo com os moldes europeus.¹¹⁰

Para que essa civilidade fosse, em algum grau, atingida o povoamento teria que acontecer, mas não era uma política de povoamento partindo dos próprios africanos com uma política de incentivo a reprodução natural ou algo parecido, a sociedade africana já tinha seu povo e a suas formas de organização social, mas essas não serviriam as ambições de Portugal.
111

O povoamento pensado pelo projeto era um povoamento a partir de colonos brancos.¹¹² Visto que, a população é parte essencial na colonização e na obtenção de lucros retornando a coroa, a colônia, em sua estrutura e composição deveria ser uma réplica da metrópole.

Pretende-se fazer da colônia de Angola uma colônia de povoamento, no sentido em que deveria ser constituída por uma rede de cidades, no essencial, idênticas aquelas que estavam presentes na metrópole. Aliás, um dos argumentos emblemáticos propostos por Pombal era justamente aquele que dava a Angola o estatuto de Reino e a negava como mera feitoria, abastecedora de escravos.¹¹³

Como reino que era (de acordo com a afirmação de Pombal) Angola deveria estar nos moldes civilizados e isso só seria possível com a presença do homem branco, que já era quase inexistente, somente este seria “capaz de promover os modelos de civilização”¹¹⁴ precisos para o empreendimento do projeto.

O único entreposto a essa política de povoamento branca era exatamente a origem das pessoas que iriam povoar, a base para a colonização da colônia partiu dos degredados que

¹⁰⁹ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 62.

¹¹⁰ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 63.

¹¹¹ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p.63-64.

¹¹² SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p.64.

¹¹³ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 64-65.

¹¹⁴ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 64-65.

eram punidos com a extradição para terras distantes das do seu nascimento, a maioria deles eram considerados iletrados e não faziam parte de alta estirpe,¹¹⁵ mesmo assim viviam normalmente na colônia, ocupavam grandes cargos e participavam desse projeto civilizatório, mesmo não estando eles necessariamente enquadrados em termos de civilidade.

O que também incentivava essa política de povoamento era a má distribuição da população em território africano, haviam lugares muito povoados, enquanto outros não. Como afirma Santos, o número de negros prevalecia sobre o número de brancos devido as doenças que os atingiam e os levavam a morte ou ainda suas evacuação para os sertões.¹¹⁶

Segundo Ariane Cruz,

Um fator que incentivava ou dificultava a política de povoamento branco eram os obstáculos que as sociedades africanas impunham à difusão de padrões europeus e ao programa de civilização. Por isso encorajava-se o casamento entre pessoas brancas, pois o africano era associado à vagabundagem e à falta de civilidade.¹¹⁷

Assim,

mais facilmente se africaniza o branco, do que se ocidentaliza o africano, pelo que estabelecer e conservar um povoamento de brancos dentro dos moldes sociais europeus, exigia o recurso a estratégias novas que permitissem inverter a tendência até aí verificada.¹¹⁸

A dificuldade em aplicar aos africanos os padrões europeus de civilização fazia com que se recorresse a novas estratégias para povoação.

De acordo com Santos, o projeto administrativo do período Pombalino para Angola associava as políticas de povoamento branco, territorialização e agricultura que juntas formavam a política de civilização para essa região. Acrescenta-se a essa ideia de desenvolvimento da sociedade: uma educação voltada a formar reformadores; a atenção ao que poderíamos chamar atualmente de saúde pública; industrialização; desenvolvimento de um sistema jurídico, judicial e de controle financeiro; reorganização das forças militares; padronização de medidas e moedas, etc.¹¹⁹

¹¹⁵ COUTO, Carlos. *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*, 1972, p. 76-77.

¹¹⁶ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 69-70.

¹¹⁷ CRUZ, Ariane Carvalho da. *Militares e militarização no Reino de Angola*, 2014, p.53.

¹¹⁸ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 183.

¹¹⁹ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005.

O plano de reforma de Angola foi feito em 1760 e a conjuntura anterior foi fundamental para entender as fraquezas do governo e do Estado em gerir Angola, o diagnóstico das debilidades observadas desde 1750 fizeram jus as aspirações reformistas de 1760.

4. Projeto, Território e Informação

Antes mesmo do projeto se estabelecer em 1760 as informações coletadas nos governos anteriores foram essenciais. O governo de D. Antônio Alvares da Cunha (1753 – 1758) além de ter sido crucial para o diagnóstico de instabilidade do controle do Estado sobre a colônia, foi uma fonte rica de informações coletadas para a coroa de forma sistematizada. Santos afirma que, o governador mais parecia um acadêmico em busca de fontes, pois se utilizava de suas redes interpessoais para buscar informações:

O governo de Alvares da Cunha foi marcado pela inventariação dos recursos materiais — naturais, humanos, administrativos — e até morais da colônia de Angola. Quando assume o governo, a sua grande preocupação e a de sistematizar informação. Pode-se dizer, comporta-se como um verdadeiro acadêmico, célere em estabelecer redes de contactos, envolvendo os informantes africanos, capitães-mores dos presídios, ou instâncias governativas sediadas em Luanda, para captar todo o tipo de informação disponível, ou a descobrir, sobre a colônia. Já anteriormente assinalo que as redes interpessoais jogam, para este período, um papel fundamental na circulação de informação, não só no campo intelectual, mas também no campo político. O Conde da Cunha estribou a sua acção governativa, em grande parte, nesse instrumento, associando-lhe uma outra noção que é emergente e se consolida neste período — o Arquivo. Rede e Arquivo são, então, as palavras-chave deste governo.¹²⁰

Se nessa medida a rede ajudava a construir os arquivos que o governador buscava para elaborar uma gama de informações para a coroa, se pressupõem que o mesmo acontecia com oficiais que estavam incumbidos de também levantar informações, entretanto, havia uma debilidade quanto à produção de documentações.

A coleta de informações poderia ser prejudicada pela limitação dos próprios homens responsáveis por esse levantamento, eles não eram intelectuais ou especializados em coletas de dados, eram militares, homens de guerra que se viam na missão de obter informações, por vezes sua falta de experiência poderia ocasionar problemas na coleta das mesmas.¹²¹

¹²⁰ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p.72.

¹²¹ Cf. OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *Textos militares e mercês numa Angola que se pretendia "reformada"*: um estudo de caso dos autores Elias Alexandre da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda. Tese

A produção de conhecimento sobre a colônia sofreu um grande aumento em meados do século XVIII¹²², a busca pelo controle efetivo das colônias impulsionava a produção de documentações sobre os domínios do além-mar:

Portugal investe no levantamento de fontes documentais com vista a construção de uma memória histórica sobre os seus domínios ultramarinos, também como instrumento de resposta a intensificação da concorrência das diferentes potências europeias nos espaços coloniais. O controle de informação sobre os territórios e as populações traz consigo a hipótese de reforço do controle político sobre esses territórios. Pelo decreto de fundação daquela instituição, D. João V estabelecia a prioridade na escrita de tudo o que pertencia a História dos Reinos e suas Conquistas, reclamando a todos os arquivos e cartórios, provinciais, mas também coloniais, a recolha e envio até a corte de material documental. Esta atitude mostra como nos círculos intelectuais, mas também políticos, se tinha vindo a inscrever a ideia de que a organização dos arquivos resultava indispensável a construção da memória administrativa e esta, por sua vez, indispensável a construção do Estado em moldes modernos, funcionando como instrumento de governo eficaz e também necessário. Portanto, o interesse do Conde da Cunha na organização dos arquivos existentes na colônia de Angola deve ser ligado por um lado a um movimento acadêmico que o antecede e onde ele e o próprio Pombal mergulham a sua formação, por outro a emergência de uma distinção entre público e privado, constitutiva do Estado moderno.¹²³

Portanto, ser detentor da informação era obter o controle político sobre o território, porém possuir o controle administrativo e político da região não incidia em anular as formas de governo locais. A adaptação da administração as práticas administrativas e políticas locais por parte do aparelho administrativo português é uma constatação, o processo vivido de forma experimental, a pluralidade das instituições a heterogeneidade eram características dos governos de Portugal nas suas colônias¹²⁴, projetos poderiam ser pensados, mas deveriam ter uma margem de autonomia aplicada as especificações locais de cada lugar, e isso não é diferente em Angola.

A informação era um instrumento imprescindível para o conhecimento de práticas administrativas locais e a possível adaptação mútua das duas formas de governo para

doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. Rio de Janeiro, 2015. SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005. Ver também COUTO, Carlos. *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*, 1972.

¹²² WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba, 2009, p.286-287.

¹²³ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 53-54.

¹²⁴ WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português*, 2009.

desenvolvimento eficaz da política civilizatória e da aplicação (até o nível máximo possível) dos moldes europeus de governo.

5. Informação e população: conhecendo domínios e vassallos

A partir dos Setecentos se tornou imprescindível para a coroa conhecer o tamanho da população dos seus domínios, entretanto, a ideia de população estava sendo forjada na época, em muitos dos documentos analisados não se encontra a nomenclatura, ou o termo “população”, era mais comum virem registrado como moradores de um determinado lugar, habitantes, ou seja, nomenclaturas que interligavam os indivíduos dando ideia de grupos ligados a uma localidade, mas ainda assim é notório o que ocorre um processo de mudança para uma unificação como massa populacional classificável por status social, idade, sexo, ocupação, entre outros, portanto passíveis de serem contabilizados sistematicamente¹²⁵.

De acordo com Ana Paula Wagner, a ideia mais inovadora quanto à população estava em se referir a ela como um *objeto mensurável*.¹²⁶ Essa ideia, ganha duas dimensões de acordo com a política administrativa empregada pelos portugueses nas colônias na época:

Vislumbrar a população como um objeto *mensurável* propõe entendê-la em uma dupla acepção: uma que se refere à relação direta com cálculos numéricos, a partir da anotação de registros sistemáticos do número de pessoas, nascimentos e mortes; outra que corresponde a um significado figurado, no qual se constrói uma analogia entre população e riqueza, e que torna possível avaliar o que se ganha e o que se perde conforme o *stock* de pessoas disponíveis para a realização de determinadas atividades, notadamente aquelas consideradas geradoras de riquezas, seja individualmente, seja ao Estado.¹²⁷

Eis a máxima da importância dada às pessoas que povoavam as colônias, o valor dos indivíduos era grande, pois provinha deles inúmeras possibilidades de arrecadação de riquezas e impostos para a coroa, mas a contabilização dessa população permitia aferir muito mais do que gerir rendas a coroa.

A documentação produzida para conhecimento da população poderia ter diversas finalidades dentre elas estava o interesse em saber o efetivo de homens em idade capaz de aumentar as fileiras do serviço militar,

¹²⁵ WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português*, 2009.

¹²⁶ WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português*, 2009, p. 284.

¹²⁷ WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português*, 2009, p. 285.

Angola, assim como outras partes do Império Português, necessitavam [sic necessitava] de homens aptos para o exercício de atividades militares e, em 1772, Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, pediu que o governador enviasse uma série de informações sobre a população e o estado geral das guarnições dos presídios, fortes e fortalezas da região. O objetivo era encontrar meios de ‘aumentar as forças da dita Conquista’ e, para isso, considerava a possibilidade de que fosse a própria colônia a principal fornecedora de gente, sendo, deste modo, a responsável pela sua ‘conservação e defesa’. O secretário de Estado, a esse respeito, salientava que, na América Portuguesa, eram utilizados recursos locais para a defesa e que esse procedimento deveria ser imitado em Angola.¹²⁸

Além de engrossar o serviço armado, as pessoas ainda serviam para suprir a mão de obra para atividades agrárias e de ocupação e ainda para serviços fiscais.

A contagem sistemática da população ainda poderia ser uma fonte reveladora de status hierárquicos de determinada sociedade ao especificar sua cor e condição, também apontavam o grau de subsistência da região, se os produtos ali produzidos geravam renda suficiente para seus produtores que possibilitavam a manutenção dos impostos em dia, era possível saber a que atividade essas pessoas se dedicavam, se era agrária, manufatureira, se tinham ou não gados e terras (arrimos) , quantos trabalhavam para terceiros ou eram autossuficientes, quantos eram dependentes como velhos, crianças, órfãos e viúvas, quantos possuíam ou não escravos e quantos eram.¹²⁹

Dessa maneira a coroa poderia se usar das informações coletadas para projetar melhor a administração, visando sanar as necessidades recorrentes de cada lugar e gerar o bem estar social. A questão era manter um equilíbrio entre pessoas e produção a fim de que ambas pudessem sobreviver, não era interessante ter um número elevado de habitantes, assim como também não era interessante ter um número abaixo do esperado, o equilíbrio era fundamental.

130

Os homens eram tidos como riqueza para a coroa por vir das mãos deles, e do seu trabalho o sustento da colônia e conseqüentemente do Império, por isso era vantajoso os manter sobre uma política de bem estar, pois se estivessem a salvo de um estado de miséria eram passíveis de formar núcleos familiares, se estabelecerem na localidade e aumentarem sua rede familiar e de influência, além de engordar os rendimentos locais. A coroa tendo

¹²⁸ WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português*, 2009, p. 261.

¹²⁹ Refiro-me as análises de documentações censitárias, suas subdivisões nos levam a categorização dos indivíduos e sua importância. Cf. WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português*, 2009.

¹³⁰ WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português*, 2009.

controle sobre os homens consequentemente tinha controle sobre suas atividades e poderia as manipular em favor da sua política econômica.¹³¹

As informações provindas dos levantamentos de pessoas e bens também poderiam servir como base para atestar a posse sobre um território e ao mesmo tempo garantir a soma de mais vassallos ao rei¹³². Wagner nos aponta um bom exemplo dessa função da população:

No caso da América Portuguesa, na década de 1750, uma legislação que conferiu a liberdade aos índios possibilitou uma ampliação do número de vassallos do rei, em meio a um projeto de ‘civilização’ dos naturais da terra. Esse projeto buscava alcançar a ‘conversão aos valores e comportamentos dos colonizadores portugueses’, como assinala Rita Heloísa de Almeida, num estudo realizado sobre o Diretório dos Índios, lei que vigorou entre 1757 e 1798. Essa legislação criou ‘espaços planejados’ nos quais os índios eram ‘instruídos na religião cristã, aprendiam ofícios, integravam atividades econômicas e estabeleciam formas de convívio por meio do comércio, do trabalho e do casamento com os brancos’. De um modo geral, proposições dessa natureza implicaram no enquadramento dos naturais da terra e, segundo Antonio Cesar de Almeida Santos, no uso ‘eminentemente político’ da sua presença para avaliar a posse de territórios na América frente à Espanha e outras nações europeias.¹³³

Afirmando sua população no território poderia se confirmar sua posse sobre o mesmo território.

A descrição por números da população tinha fundamentos na *Aritmética política*¹³⁴ que era um dos instrumentos utilizados pelo Estado moderno em seus princípios iluministas, as pessoas poderiam ser contabilizadas e agrupadas independentemente de suas categorias sociais, uma classificação mais minuciosa não era descartada, pois servia em grande medida a administração. A racionalidade administrativa abria caminho para a atribuição de números a indivíduos, isso era característico da época, pois vinha acontecendo um efervescer da ciência, da matemática e logo dos modos de contabilização e métodos. Método é o que define a produção de informações na segunda metade do século XVIII, os levantamentos deveriam seguir uma determinada padronização dada por ordens vindas do reino.

Contudo, mais do que só números as pessoas eram vistas por Portugal como instrumentos para a riqueza do Estado, sem população não havia Estado, devido a sua importância torna-se imprescindível a análise dos documentos a ela relacionados, como aqui

¹³¹ A coroa poderia ter controle das atividades exercidas pelos homens e do seu grau de subsistência e manutenção de si próprios e de suas famílias. Cf. WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português*, 2009, p.267.

¹³² WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português*, 2009, p. 288.

¹³³ WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português*, 2009, p. 278.

¹³⁴ A aritmética política levaria em conta os homens como a riqueza mais importante em um Estado. Cf. WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português*, 2009, p. 285-286.

se fará. Determinar suas classificações em um plano mais geral, tentando desvendar em que nível estavam passivas ou não de serem classificadas, quem determinava a entrada de determinadas pessoas na contagem, ou ainda as particularidades de cada lugar de produção são umas das propostas desse trabalho.

6. Racionalidade Administrativa

Um dos maiores problemas enfrentados por Portugal em sua administração foi a coexistência de dois pensamentos políticos que refletiam incidentalmente sobre as práticas administrativas, era o pensamento feudal e o pensamento moderno que estavam, podemos dizer, em debate na época.¹³⁵

Aliado a isto ainda existia uma ideia confusa sobre público e privado, e também sobre o papel do Estado em administrar a empresa colonial, até onde ele poderia ir, qual seria os limites da sua atuação, ou se não existia limites para por em funcionamento a ideia do bem comum.¹³⁶

Nessa desordem entre o que era de ordem pública ou ordem privada a confusão entre o que era ter um cargo, desempenhar a sua função e o ser independente do cargo eram frequentes entre os homens da coroa em Angola, na colônia essa característica típica da época ganhava mais contornos porque se encaixava sobre um contexto diferenciado, por vezes os oficiais que desempenhavam funções administrativas estavam envolvidos em práticas ilegais ou ainda com o tráfico de escravos, o que os fazia agir de acordo com os seus interesses, misturando mais uma vez a sua vida privada com seus interesses pessoais a vida pública, usando do seu cargo a seu favor, limitando a administração a seus mandos.¹³⁷

Outro fator que limitava as práticas administrativas era a falta de oficiais na região, não existia um corpo administrativo fechado para a localidade e ainda tinham que se deparar com a dita corrupção dos cargos.¹³⁸ Era preciso montar um corpo administrativo sólido em Angola com pessoas especializadas e preparadas.

¹³⁵ Considero como coexistência de pensamentos do antigo regime com os pensamentos modernos o fato de na prática ainda serem contraídos contratos como os de vassalagem junto aos sobas, um marco da época feudal, e ao mesmo tempo a tentativa de implementação de aspectos modernos da sociedade europeia as sociedades africanas e de conceitos iluministas no decorrer do século XVIII. Santos debate essa questão de permanências feudais nas novas práticas do governo português. Cf. SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005.

¹³⁶ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p.299-301.

¹³⁷ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005.

¹³⁸ Por vezes os agentes reais se davam a corrupção e desconheciam sua própria jurisdição, não seguiam instruções ou regulamentos que determinassem suas funções. Os capitães-mores foram exemplos de funcionários

Porém, para se criar um corpo administrativo sólido era indispensável para a coroa saber os limites (me refiro a ideia de fronteira e de vassalagem) da sua soberania, e como isso acontecia? Mais uma vez se recorre a produção de documentação sobre a região, a ideia de arquivo, de produção de documentação para conhecimento do local e análises posteriores para aplicações de políticas administrativas, econômicas entre outras estava latente na ideia de uma eficiente administração ao longo do século XVIII, um Estado com uma face burocrática pressupõe a ideia de arquivo como instrumento de governo. A partir de 1750 a produção de arquivos é intensificada na colônia e ganha moldes mais modernos com uma melhor conservação, o que havia era uma grande preocupação com a memória colônia e da própria administração. Era necessário criar estruturas para a conservação dos documentos que havia na “Torre do Tombo”, esta era a casa de armazenamento de arquivos do Estado, uma inspiração, visto que, muitas das documentações de domínio público eram guardadas nas casas de escrivães durante o Antigo Regime¹³⁹, necessitava-se mudar esse costume para um controle melhor sobre a documentação produzida, o acesso também seria facilitado.

Contudo,

A remodelação dos arquivos em Luanda não podia deixar de colidir com a impreparação do oficialato, incapaz de dispor e manter, duradouramente, informação documental sistematizada, e de entender a função política da documentação guardada. A destruição ou desaparecimento de documentação, com ou sem a conivência dos oficiais, representavam, também, uma forma de paralisação e obstrução da burocracia. Sem documentos e fontes legais em que apoiar a acção administrativa, ela passava a legitimar-se a si mesma através do arbítrio dos seus agentes. A desorganização da secretária do governo de Angola, pelo que significava de desadequação dos oficiais as funções dos cargos, continua a marcar os anos que se seguem. A diferença residia no facto de passarem a está presentes em Luanda homens que já haviam incorporado as noções modernas de administração e que, por isso mesmo, evidenciavam os inconvenientes políticos dessa impreparação.”¹⁴⁰

De fato o que mudava a situação de desorganização das documentações era a presença de novas pessoas no corpo administrativo, era exatamente o que se planejava fazer desde o início do projeto para Angola, colocar em cargos públicos indivíduos com a mente reformista, com noções de modernidade e inspirações iluministas, se renovava os sujeitos para se renovar a forma de conduzir os cargos e a administração.

por vezes considerados imprudentes. Cf. COUTO, Carlos. *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*, 1972, p. 117-118.

¹³⁹ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005.

¹⁴⁰ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 306.

Quanto à organização de espaços para armazenamento e conservação da documentação foram criados, no governo de Sousa Coutinho (1764-1772), a Casa da Fazenda e da Justiça além de outros cofres públicos.¹⁴¹

A tendência de enquadrar tudo por parâmetros científicos e aritméticos chegava às documentações produzidas, desde as correspondências entre autoridades até os recenseamentos feitos, todos seguiam uma padronização, um método de escrita, dessa forma se polia o modo com que se organizavam os assuntos administrativos do governo.

O que se pode enxergar na racionalização da administração portuguesa em Angola é que: “Há uma tensão latente entre a administração reformadora e as práticas e lógicas administrativas precedentes”¹⁴², por tempos houve resistência a essa mudança administrativa até ser renovado o corpo administrativo, com novas noções de Estado.

7. Métodos e bases da coleta de informações para uma administração eficaz

A informação era a máxima que possibilitava o domínio português nos diversos territórios do além-mar, a busca intensa por informações começou por volta de 1750 atendendo a novas aspirações do Estado e ao contexto de mudanças o qual Portugal enfrentava, esse levantamento metódico de informações aconteceu em todo o território do ultramar incluindo Brasil, África e Ásia.¹⁴³

As informações colhidas perpassavam os diversos campos de conhecimento, tinham interesses quantitativos, qualitativos, descritivos e cartográficos. Saber sobre essas informações era fundamental para a aplicabilidade de futuras políticas administrativas, intervenções militares, emprego de políticas econômicas e etc.

E se engana quem pensa que as documentações eram feitas a qualquer maneira e sem seguir métodos ou critérios, durante anos não se utilizou de nenhuma metodologia para se fazer o levantamento de bens e pessoas presentes nas colônias, o grau de experimentação era alto, entretanto, no século XVIII a preocupação com uma sistematização da documentação passa a nortear as produções feitas a partir de então.¹⁴⁴

A reorganização dos critérios da forma de se redigir os documentos começaram pela mudança das próprias correspondências entre as autoridades locais e do reino, ou seja, a

¹⁴¹ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p.307.

¹⁴² SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 310.

¹⁴³ Cf. WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português*, 2009. Ver também: SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005.

¹⁴⁴ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005.

escrita administrativo deveria seguir um modelo para que pudesse ser enviada e lida pelas autoridades cabíveis.¹⁴⁵

Para que se ficassem claros os assuntos referendados nas cartas era preciso reorganizá-las de acordo com um parâmetro, esse parâmetro foi ditado em 1766 em uma ordem levada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em que,

Para maior clareza e separação dos assuntos, as cartas passavam a estar divididas em três partes: i) cartas sobre o estado político e negócios a ele pertencentes; ii) cartas sobre o estado militar; iii) cartas sobre o estado das finanças ou rendas reais e tudo o que a elas pertencesse. A cada uma das cartas acrescentava-se um resumo e um mapa.¹⁴⁶

As correspondências então passaram a ter uma divisão por temas que eram interessantes ao governo. Essa divisão dada por áreas ajudava na organização dos assuntos administrativos, e se tornava muito mais fácil a resolução de problemas específicos de cada área, visto que ao serem identificadas com o tema do assunto proposto poderiam chegar mais rápido as mãos do responsável por resolver aquela situação.

Os inventários, censos que eram feitos também seguiam uma reorganização por parte da administração para serem aplicadas por seus realizadores, documentos que registravam casamentos, batismos e óbitos “deviam constar informações pré-estabelecidas e organizadas por colunas”¹⁴⁷. Também foram enviadas instruções quanto à elaboração de mapas referentes a presídios e distritos.

Os mapas populacionais e recenseamento igualmente deveriam seguir a um critério e modelo, de acordo com Roberto Guedes:

Foram as Instruções de D. Rodrigo de Souza Coutinho, de 1792, que orientaram a moldura dos mapas; instruções “sobre os mapas que acompanham esta carta a fim de que se principie um trabalho por meio do qual se possa chegar a um conhecimento das colônias”. Como destacou Cândido, previamente estabelecidos no Reino, os mapas deveriam informar: 1) número de habitantes; 2) ocupações; 3) nascimentos, casamentos e óbitos; 4) volume de importações; 5) volume de exportações; 6) produção, consumo e exportação; 7) preços; 8) entrada e saída de navios.¹⁴⁸

¹⁴⁵ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005.

¹⁴⁶ Carta de Ajuda, 22 de Julho de 1766, AL, papéis vários sobre Angola, fl. 65 v. Apud SANTOS, Catarina Madeira Santos. *Um governo "polido" para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 - c.1800)*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa, 2005, p. 309.

¹⁴⁷ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 311.

¹⁴⁸ GUEDES, Roberto Ferreira. *Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no reino de Angola na segunda metade do século XVII*. (p. 369-397) in ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de.

Como podemos perceber esses mapas abarcavam assuntos de amplos interesses a coroa, iam desde o número de pessoas que era fundamental numa conquista, além de poder classifica-las qualitativamente; saber que atividades desempenhavam, saber da sua ocupação e ofício era uma informação relevante para a coroa, pois sabendo das atividades de seus subordinados poderiam usar da mão de obra dos mesmos para o serviço público, ou ainda saber a atividade mais lucrativa da região para que pudesse investir; ter o controle de natalidade e mortalidade era fundamental para a aplicação de suas políticas e controle; o número de casamentos possuía importância na medida em que a sociedade se formava de famílias que ampliavam de alguma forma o poderio econômico e territorial do Estado; o volume de importações e exportações, a produção, consumo e exportação, preços, entrada e saída de navios eram mais uma forma de controlar a vida econômica da colônia e saber o alcance de sua produtividade.

Mas quem eram os responsáveis por produzir tais documentações? E como colhiam tais informações quando se sistematizou a coleta?

Como afirma Marcílio,

O quadro hierárquico da Igreja e das Companhias de Milícias oferecia pessoal mais habilitado no conhecimento de terra e dos homens, a infraestrutura necessária para se chegar a todos os moradores. Curas de freguesias e capitães-mores de vilas e distritos foram, então, convocados pela coroa para procederem a tarefa de relacionar nominalmente os agrupamentos domésticos e seus membros de todas as paróquias e de todos os municípios do Brasil colonial, desde 1765.¹⁴⁹

Assim como acontecia no Brasil também eram utilizados militares no levantamento de informações em Angola.

As ordens emanadas do rei e dirigidas as autoridades maiores das capitâncias desciam aos capitães-mores e aos párocos das vilas para execução. Não obstante, os verdadeiros agentes recenseadores da época, os que montavam e redigiam as listas nominativas de cada moradia e de cada morador dos distritos, paróquias e vilas, eram ou os sargentos de milícias, ou mais comumente, os cabos de esquerda, das Ordenanças da terra.¹⁵⁰

SILVA, Gian Carlo de Melo. RIBEIRO, Marília de Azambuja. Orgs. *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p.381.

¹⁴⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista:1700-1836*. São Paulo, Edusp, 2000, p. 33.

¹⁵⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*, 2000, p. 35.

As ordens eram passadas de instâncias maiores até chegarem as autoridades responsáveis por levantar as informações, por certo que nessa trajetória muitas adaptações eram feitas nas documentações, mesmo com modelos pré-definidos. Os agentes colhiam as informações de casa em casa, sítio em sítio, roça em roça, também poderiam marcar um dia e local para todos os chefes de casas comparecerem e darem as informações necessárias, tomando por unidade de medida do censo o indivíduo.

Embora não tenhamos registros concretos sobre os agentes recenseadores em Angola, partindo de como se davam a elaboração desses documentos censitários em outras regiões da América Portuguesa, a exemplo do Brasil dado por Marcílio e de Moçambique e Rios de Sena dados por Wagner. Constatamos os capitães mores e regentes de presídios (que em Angola encabeçavam a administração em nível dos presídios e distritos) seriam em primeira instância os responsáveis pela coleta de informações que eram a eles reportadas por seus subordinados (podendo ser esses sargentos e cabos das localidades, como afirma Marcílio) incumbidos da confecção das listas nominativas dos habitantes (com fins militares ou fiscais), sendo somadas a essas, informações como batismo, natalidade, mortalidade e outras informações registradas nas notícias de presídio feitas pelos escrivães locais.¹⁵¹

Diferente das outras regiões de domínio português onde há um predomínio na elaboração das documentações censitárias por párocos e religiosos, devido a sua intelectualidade em destaque frente aos outros funcionários reais nas colônias, o que se observa em Angola, em meados e fins do século XVIII é uma laicização da informação e a distribuição de modelos pré-estabelecidos, que deveriam ser preenchidos rigorosamente por esses mesmos capitães mores e regentes de presídios.¹⁵²

Os recenseamentos seguiam então duas fases, a primeira era a elaboração das listas nominativas dos moradores que viviam na localidade, já a segunda se constituía a partir das primeiras listas, formando os mapas populacionais, relações resumidas das informações obtidas da população em geral classificadas por sexo e por faixa etária, condição, estado entre outras categorias de classificação.

¹⁵¹ Cf. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e Brasil no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999. Apud WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português*, 2009, p. 179. Ver também MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*, 2000.

¹⁵² SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 311.

7.1 As adaptações e percalços das documentações

Atestamos que orientações com o formato em que deveriam ser produzidas as informações eram dadas, entretanto, a produção dessas informações poderiam ser adaptadas e alteradas. Segundo Guedes, por exemplo:

Critérios de classificação oriundos dos poderes centrais da monarquia nem sempre confluíam com os locais, ou seja, as cores indicadas nos modelos de mapas de população vindos do reino eram suscetíveis a apropriações e influências de hierarquias locais.¹⁵³

As formas de classificação desses documentos estavam não só sujeitos a alterações por parte dos próprios agentes reais, bem como estavam suscetíveis a critérios locais, ou seja, as qualidades preenchidas em certas documentações que estavam sendo feitas ultrapassavam as características dadas para classificação pela coroa, novos elementos tinham que ser incorporados as classificações, como novas sortes de cores e condição “tendencialmente, os mapas elaborados pelo governador, ou regentes de presídio, seguiam a norma sumária das três qualidades, ao passo que as listas de habitantes, provavelmente feitas também pelos regentes de presídio, tinham mais cores.”¹⁵⁴

As adaptações também poderiam servir a interesses locais: “provavelmente foi a hierarquia e a classificação social local o que mais contribuiu para as diferentes maneiras de registrar qualidades de cor.”¹⁵⁵

Como explica Roberto Guedes, a dissimulação da cor e qualidade poderia ser crucial para o andamento das relações político-mercantil ou comercial. O autor constata em carta uma proibição da presença de brancos, pretos e mulatos calçados no interior, mas quem garante que essa proibição era seguida? Registrar a pessoa com essas características com outra cor na classificação poderia fazer parte de uma rede de manipulação que visava favorecer o comércio de gente e suas relações na localidade.¹⁵⁶

¹⁵³ GUEDES, Roberto Ferreira. Exóticas denominações in ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. SILVA, Gian Carlo de Melo. RIBEIRO, Marília de Azambuja. *Culturas e sociabilidades no mundo Atlântico*, 2012, p. 371.

¹⁵⁴ GUEDES, Roberto Ferreira. Exóticas denominações in ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. SILVA, Gian Carlo de Melo. RIBEIRO, Marília de Azambuja. *Culturas e sociabilidades no mundo Atlântico*, 2012, p. 387.

¹⁵⁵ GUEDES, Roberto Ferreira. Exóticas denominações in ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. SILVA, Gian Carlo de Melo. RIBEIRO, Marília de Azambuja. *Culturas e sociabilidades no mundo Atlântico*, 2012, p. p. 391.

¹⁵⁶ GUEDES, Roberto Ferreira. Exóticas denominações in ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. SILVA, Gian Carlo de Melo. RIBEIRO, Marília de Azambuja. *Culturas e sociabilidades no mundo Atlântico*, 2012.

A hipótese que se tem formulado aqui é que assim como os documentos em sua classificação estavam sujeitos a reformulações e dissimulações, a produção dos mapas demográficos também poderiam sofrer alterações de acordo com a localidade e autoridades responsáveis, as regras e normas enviadas da coroa seguiam um padrão, mas este não era engessado, nem inalterado, ao contrário era flexível, adaptável e suscetíveis a mudanças ao longo da trajetória de sua elaboração.

Adaptações também partiam dos governadores, acreditavam que “a grelha comum para a recolha de informação no império estava desadequada as especificidades de Angola, além de desencadear episódios de difícil gestão burocrática, graças à concorrência de diversos critérios, propostos e defendidos por instâncias distintas.”¹⁵⁷ Mas as adaptações não eram más vistas pela coroa o detalhamento e a efetivação da produção das documentações eram o que lhes importava.

Os que não viam com bons olhos o levantamento de informações e as contagens populacionais eram os chefes africanos que tinham uma certa desconfiança, talvez por estarem invadindo o espaço que estava sob sua jurisdição, ou ainda por desconfiar de uma contagem destinada ao tráfico de escravos, por vezes os sobas e chefes africanos passavam informações erradas para se resguardar.¹⁵⁸

¹⁵⁷ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 311.

¹⁵⁸ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 234.

CAPÍTULO III

A classificação das classificações: métodos, estrutura e descrição, como se fazia o censo populacional em Angola, fins do século XVIII

Maria Luiza Marcílio levanta questões importantes sobre a prática de recenseamento portuguesa nas colônias, embora seu trabalho tenha enfoque no crescimento demográfico brasileiro, as informações por ela destacadas são observadas em nossa análise das documentações para Angola.

A autora divide em três fases a produção estatística demográfica no Brasil, tais fases são destacadas pela autora como: 1º Fase pré-estatística; 2º Fase proto-estatística (sendo esta subdivida em três momentos de produção: 1765 á 1797, 1797 á 1830, e de 1830 a 1872) e a 3º fase a Era estatística.

A primeira fase se dá do início da colonização até a primeira metade do século XVIII, onde havia uma inexistência quase absoluta dos levantamentos e registros sobre a população, a segunda fase destacada pela autora começa com a segunda metade do século XVIII e termina em 1872 no Brasil com o primeiro recenseamento nacional, a terceira e última fase tem início em 1872 “quando os levantamentos censitários de toda a população nacional passam a ter objetivos exclusivamente demográficos e a serem realizados, periodicamente e sistematicamente, por serviços especializados do governo para esse fim”.¹⁵⁹

A fase que nos interessa e em qual se enquadra nossa pesquisa, segundo a divisão feita por Marcílio, seria a fase proto- estatística, nessa fase que tem início em meados do século XVIII, os responsáveis por fazer os levantamentos de habitantes nas colônias do ultramar eram a Igreja e o corpo militar, o modelo de organização por unidades administrativas - religiosas (divisão por paróquias) favorecia a contagem desses habitantes.

Os objetivos desses levantamentos eram explicitamente militares e econômicos, posteriormente de política populacional (com as reformas no processo de recenseamento). Militar, visto que se precisava de braços para suprir as camadas das milícias que enfrentavam conflitos ocorridos por questões políticas de ocupação de terra e povoamento. Econômico, pois possibilitava saber quais eram as áreas mais densas de povoamento e quais não eram além da previsão de serem utilizadas para atividades ou até para povoação, também por fazer saber a quantidade de grupos domésticos existentes na região podendo gerar lucros a coroa.

Assim como constatamos a alta produtiva de documentações no período mariano em África, Marcílio destaca que em 1797 D. Maria I introduziu algumas mudanças no processo de recensear as populações nas terras do ultramar, seguindo o plano de racionalidade do governo anterior, D. Maria I impõem novas orientações:

¹⁵⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*, 2000, p. 32.

Norteava essas novas orientações uma política mercantilista mais ativa e preocupada: em racionalizar a máquina administrativa colonial, em aumentar a população e em desenvolver por todos os meios a agricultura e o comércio coloniais. As mudanças sugeridas atingiram o processo de levantamento nominativo dos habitantes, que foi enriquecido com novos requisitos, estabelecendo-se nova sistemática na elaboração e na tabulação dos dados censitários dessas listas de habitantes. Além disso, elaboram-se modelos de tabelas econômicas contendo dados sobre o consumo, importação, exportação, preços e movimento de navios, que deveriam complementar os mapas demográficos.¹⁶⁰

É sobre a ótica dessas mudanças introduzidas por D. Maria I, e tendo por inspiração os trabalhos já realizados utilizando documentações censitárias, que este trabalho se concentrará no governo de D. Miguel Antonio de Melo (1797-1802). Governo este marcado por um contexto diferenciado, visto que não se enxergava a mesma potência produtiva e de rentabilidade da colônia angolana. Entretanto, contrariando as expectativas de desinteresse quanto à produção documental derivado desse contexto, foi durante esse período que houve um *boom* na produção das documentações censitárias a pedido da coroa.

A maioria dos trabalhos feitos no Brasil, que tomam por base os recenseamentos, analisam seu conteúdo, suas implicações, mas não levam em conta o próprio discurso censitário. O discurso censitário aqui é fundamental para se captar o próprio discurso social classificatório vigente na época, o ato de expor em enunciados classificações prévias já demonstrava que a administração queria exercer um controle sobre quem ou o que deveria ou não entrar nas listas e mapas da documentação, portanto o método aqui utilizado se coloca como inovador, pois pretende analisar a própria documentação como discurso, seja ele pensado sobre uma ótica mais geral e central (em relação a Portugal) nos enunciados gerais, ou ainda numa ótica mais periférica nas classificações dentro da documentação (produzida na localidade em Angola).

Sabemos que os governadores eram figura chave na aplicabilidade das políticas administrativas portuguesas em solo africano. A sustentação dos domínios de Portugal dependia do trabalho desses governadores e agentes régios.

Como supracitado a partir de 1750 a prática administrativa portuguesa passa por mudanças tanto no reino quanto nas suas posses no ultramar, e os governadores designados a estes lugares são os responsáveis por representar a coroa, como tais deveriam transmitir os projetos idealizados no reino, entretanto o bom andamento de um governo dependia de todo um contexto que se desenvolvia ao mesmo tempo na Europa e na África.

¹⁶⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*, 2000, p. 38.

Dois anos antes da posse de Souza Coutinho, Portugal se viu em meio à chamada Guerra dos Sete anos, que se caracterizava como um conflito entre dois blocos representados por grandes potências europeias, de um lado França, Rússia, Áustria e Suécia e de outro lado Inglaterra e Prússia, essa guerra desequilibrou as relações entre os países e colocava em risco as relações no ultramar.¹⁶¹

Nessa altura em África havia ocorrido a expulsão dos Jesuítas dos domínios portugueses (1760), e também se restabelecido relações com alguns povos africanos e novas povoações vinham sendo efetivadas, engenheiros estavam suprindo as demandas de demarcações territoriais da colônia, a reorganização e reforma do exército seguia seu planejamento, é criada a Junta da Fazenda (1761) que segundo Santos, “centralizava as contas relativas as rendas da Coroa remetendo-as posteriormente para aprovação em Lisboa.”¹⁶² No contexto africano os planos de desenvolvimento de uma política administrativa racional pareciam fluir.

1. As várias faces do governo em Angola - Governadores e Agentes reais

O governo de D. Francisco de Sousa Coutinho reflete com clareza os pensamentos iluministas em voga na época. Nobre e ilustrado:

D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho foi nomeado governador e capitão general de Angola em 17 de agosto de 1763, com patente passada em 6 de setembro de 1763. Em 9 de setembro do mesmo ano, 1763 recebeu o título de “Membro do conselho de Sua Majestade”. Chegou em Luanda no dia 31 de maio de 1764, tomou posse no dia 6 de junho do mesmo ano. Governou por oito anos, tendo permanecido no cargo até 1772. Depois de seus feitos em Angola foi nomeado embaixador português em Madrid, onde faleceu em 1791.¹⁶³

O caráter de governo de Sousa Coutinho estava tão ligado ao novo posicionamento do Estado português, em sua face racional e iluminado, que o governador ficou conhecido por parte da historiografia como o “Marquês de Pombal da Angola”.¹⁶⁴

¹⁶¹ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 77.

¹⁶² SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 78.

¹⁶³ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p. 180.

¹⁶⁴ Essa característica do governo de Souza Coutinho é ressaltada por Catarina Madeira Santos se tratando de uma historiografia mais atualizada, demonstrando que a figura do governador ainda é fortemente associada as reformas e a política pombalina, entretanto, Flávia Carvalho questiona essa importância maximizada que se atribui ao governador. Cf. SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005. CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013.

Na prática o governo de Sousa Coutinho se estabeleceu como marco e exemplo aos governos futuros porque atendia aos maiores anseios que a coroa desejava desde o século anterior, que eram a política de desbravar e avançar sobre os sertões, a obtenção de novos vassallos, através do avassalamento de sobas, e a busca por riquezas como metais preciosos¹⁶⁵. Todas essas tarefas seguindo as bases de uma administração reformada e um projeto civilizador.

Um dos focos dados por Sousa Coutinho em seu governo foi o incentivo a agricultura na colônia, isto se explica pela recorrente divulgação feita pelo seu antecessor Antônio de Vasconcelos sobre a possibilidade de infertilidade das terras angolanas. O cultivo de terra era importante em Angola, pois a partir dessa atividade que se abastecia a região, além de empregar mão de obra, seja ela livre ou escrava.¹⁶⁶ Segundo Flávia Carvalho “o abastecimento de água e de alimentos eram problemas crônicos para o governo e os moradores”¹⁶⁷, por isso gerar recursos para a agricultura era essencial.

Outro feito do governador foi a construção do Terreiro Público, obra que visava sanar o problema do abastecimento de alimentos em Luanda, e que tinha também como proposta concentrar em um só lugar os gêneros agrícolas, evitando o abuso dos preços [...] O Terreiro, visto como inovador no setor de abastecimento atendia aos moradores da cidade mas deveria também armazenar comida para os escravos a serem embarcados em Luanda.¹⁶⁸

Carvalho salienta que, Sousa Coutinho teve como diferencial o modo de enxergar e mostrar Angola, não somente como uma grande fornecedora de mão de obra escrava, mas como uma fonte agrícola de rendimentos.

Para Santos o discurso do governador,

Revela uma visão global da África portuguesa colonial, que o conduziu a emitir opiniões e desenhar projectos que visavam o governo de Moçambique. Imaginou a construção de um grande bloco de colonização portuguesa, assente num corredor potencialmente expansivo. [...] O governo de Sousa Coutinho procura por em prática o programa de colonização pombalino, decalcado do modelo europeu - fomento da agricultura, exploração mineira, estabelecimento de manufacturas, fundação de povoações civis e promoção do povoamento branco - para catapultar a colônia de Angola a um estatuto equiparável ao do Brasil. As ambições de

¹⁶⁵ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p. 180

¹⁶⁶ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p. 180.

¹⁶⁷ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p. 166.

¹⁶⁸ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p. 187.

territorialização do Estado colonial assumem várias dimensões durante este governo.¹⁶⁹

O governador também seguia outra orientação política administrativa dada pela coroa, a de ter um controle sobre a circulação de mercadorias, dessa forma tinha que cuidar de como seriam apreendidos, transportados e vendidos os escravos para exportação, entrada e saída de mercadorias alimentícias entre outras. Um marco desse governo era deixar o tráfico de escravos, o maior rendimento da coroa, como um rendimento de segundo plano, a administração de Sousa Coutinho dava preferência a outras atividades (como a da agricultura, já citada), mas ainda assim foi no seu governo que se deu a organização e regulamentação do comércio de escravos¹⁷⁰.

Inspirado pelas Luzes e percebendo brechas para a inserção de novas atividades econômicas, o governador conduziu projetos ambiciosos e empreendedores. Pretendeu reformar o clero de Angola, ratificando a legislação que ditava que todas as ordens religiosas deveriam pagar dízimos, além de defender a moralização de setores avaliados negativamente em seus relatórios. Gastão Sousa Dias em sua análise sobre o governo de dom Francisco comenta a participação irregular do clero nos negócios do tráfico, explicitando a intenção do governador em minimizar a interferência do clero na condução da administração dos negócios portugueses na região. Gastão Dias exalta os feitos de dom Francisco descrevendo-o como um 'memorável' governador, responsável pelo incentivo do povoamento da região com casais brancos, pela redefinição das funções dos funcionários régios, pelas tentativas de controlar o contrabando, pelo estímulo a extração e aos estudos no campo da mineralogia, e pela preocupação em redigir e reorganizar memórias e instruções para seus subordinados e sucessores, informando e aconselhando sobre os melhores métodos para se governar as colônias africanas.¹⁷¹

O governo de Sousa Coutinho foi responsável por realizar muitos dos projetos da coroa que haviam sido pensados anteriormente e por solucionar questões próprias de sua gestão. Sua preocupação com a coleta de informações acerca da colônia está presente na organização dos arquivos de Luanda, empreendida durante seu governo, que foi fundamental para a produção e alojamento das variadas documentações ali produzida.

Diferente do governo de Souza Coutinho que é visto como um avanço na aplicabilidade das políticas reformistas na administração, o governo de D. Antônio de

¹⁶⁹ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 79.

¹⁷⁰ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p. 186.

¹⁷¹ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola*, 2013, p. 189.

Lencastre é marcado como um retrocesso as reformas executadas por Portugal, devido ao caráter conservador colonialista do governador.¹⁷²

Entretanto, como afirma Santos, essa leitura de retrocesso por parte da historiografia deve ser relativizada, não poderia ter existido tal regressão ao nível de impedir o cumprimento do projeto pombalino, isto porque havia um projeto oficial, é possível falar em um plano de governo a ser executado, por certo que existia um grau de autonomia entre as ordens dadas pelo reino e a aplicação na colônia, mas ainda assim os governadores não poderiam deixar de cumprir tais ordens estipuladas.

As directivas coloniais, a partir da metrópole, veiculadas por Martinho de Melo e Castro e pelo gabinete pombalino, confirmam, claramente, a política anterior e, por mais autonomia que os governadores ultramarinos possuísem, havia uma norma de referência a atender. Mesmo considerando que durante este governo teve lugar o último ano do Pombalismo, em 1776, com a subida ao trono de D. Maria e a substituição do Marques de Pombal pelo Visconde de Vila Nova da Cerveira (Tomas Xavier de Lima Nogueira Teles da Silva) — dificilmente se pode identificar nesta transição uma alteração de programa. A historiografia mais recente demonstrou haver alguma dificuldade em achar um sentido para a chamada “viradeira” (termo que tem sido usado para significar um movimento de retorno no período mariano). Os secretários de Estado mantiveram-se, o que denotara um cuidado posto na transição ‘entre o reinado de D. Jose e de D. Maria, bem como a manutenção da linha reformista josefina-pombalina’. Mais, a formação de novos gabinetes inclui sempre elementos que garantiam a ligação com os anteriores. ‘Estamos, portanto, indiscutivelmente, perante gabinetes que asseguram linhas de continuidade governativa...’.¹⁷³

Mesmo a mudança do trono e de parte do seu corpo administrativo não impede que políticas administrativas tenham uma continuação, até porque o período mariano, neste sentido, não se afirma como uma ruptura ao pombalismo, pelo contrário, parte do corpo administrativo e da política de reforma, como evidenciou a citação acima, são mantidos.

A continuidade governativa ocorre na manutenção da política de povoamento branco, com a preocupação em se conhecer a região e seus moradores, o primeiro recenseamento da população foi feito no seu governo, a luta contra a presença estrangeira na costa, e o envolvimento na guerra do Bailundo (1774-1776).¹⁷⁴

O governo do Barão de Moçâmedes (1784-1790) começa com reflexos de desequilíbrio provindos do fim da guerra de Cabinda¹⁷⁵, apesar dos abalos administrativos o

¹⁷² SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 83-84.

¹⁷³ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 84.

¹⁷⁴ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 85.

¹⁷⁵ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005.

governo continua seguindo as mesmas características reformistas de governos anteriores, entretanto, as questões que se levantavam na colônia faziam com que o posicionamento do governo fosse guiado pelas circunstâncias locais.

A tensão política, no Norte, em parte causada pela pressão francesa a partir dos portos de Luango, Cabinda e Molembo, com consequências no tráfico de escravos, desencadeou, em 1790, a “Guerra do Norte” contra Ambuila, Quinguengo e Namboangongo, tendo os Dembos garantido posições e capacidade de negociação. Com o Barão de Moçâmedes chega a Luanda o Bispo de Malaca, D. Frei Alexandre da Sagrada Família. A ele se devem diligências na corte do Conde de Sonho, no sentido de ai retomar acções de catequização e, atrás dessas, acções diplomáticas e políticas.¹⁷⁶

Segundo Santos, esse governo é marcado pela ideia de prudência na condução das guerras, ainda se enfrentava o mesmo problema com a presença estrangeira na costa, ele conta com o poder de negociação de africanos em meio à situação de guerra e recorre à credibilidade de um religioso para garantir suas ações políticas.

As directivas metropolitanas embebem nas correntes naturalistas e um dos elementos mais valorizados passa a ser a colheita e remessa das produções naturais de Angola, com instruções precisas sobre métodos de recolha e acomodação, para posterior envio ao reino, a que se acrescentavam primeiras formas de uma etnografia.¹⁷⁷

Outra ideia marcante no governo do Barão de Moçâmedes (1784-1790) é a de naturalismo, era preciso conhecer mais sobre a região e de uma maneira mais organizada e sistemática.

Após uma política tida como continuidade e ao mesmo tempo inovação quanto ao conceito de metrópole e colônia (o Império seria indissolúvel) e retomada das políticas, empreendidas por Sousa Coutinho (1764-1772) e defendidas no governo de seu filho D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1790-1797), tem início o governo de D. Miguel Antônio de Melo (1797-1802), que ficou conhecido por demonstrar as dificuldades para se colonizar Angola e por não aplicar muitas das políticas administrativas dadas pela coroa por ver na região essa impossibilidade.¹⁷⁸

Diferente dos outros governadores, D. Miguel Antônio de Melo foi o que mais expressou sua opinião sobre a maneira como qual a coroa aplicava suas políticas

¹⁷⁶ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 86.

¹⁷⁷ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 86.

¹⁷⁸ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 86.

administrativas em Angola, ele era contra as práticas mercantilistas tradicionais colocadas para a região, enaltecia a agricultura como economia chave para o desenvolvimento local, valorizava o ensino e criticava de uma forma mais geral a política de povoamento partindo do pressuposto de desvalorização da colônia ao serem enviados para a povoarem pessoas consideradas impróprias, como os degredados.¹⁷⁹

Difícilmente a *Policia* e os bons costumes poderiam prosperar naquela colônia, sendo, como era, continua a remessa de homens degredados incapazes de promover uma sociedade civil segundo padrões de civilidade comumente aceites. É importante sublinhar que, pela escrita deste governador, a invocação do Brasil - onde a “Povoação e a Policia cada dia cresce” - serve para sublinhar a profunda clivagem que se estabelecera entre as duas colônias. Na verdade, na década de 1750, Brasil e Angola, apesar de todas as suas diferenças, haviam sido pensados e colocadas como alvos paritários de uma política reformista. No final do século, as diferenças haviam sido agudizadas, ao ponto de, ainda segundo Miguel Antonio de Melo, ser preciso repensar Angola.¹⁸⁰

No fim do século XVIII e início do XIX a pretensão de tornar Angola um Brasil teria fracassado na visão desse governador, aquela terra seria pra ele totalmente diferente de qualquer outra conjuntura colonial, o que se mostrava nela era impossibilidade de colonização, segundo o governador era “preciso repensar Angola”.

De acordo com Guedes¹⁸¹, é no período mariano e de regência de D. João VI que há um maior índice de produção de documentação, esse governo em Angola se insere nesse levante produtivo. Segundo Santos, esse período ficou marcado por recolher muitas informações sobre Angola:

Data de 1797 o envio de “cartas circulares” a todos os capitães e regentes dos presídios e distritos onde eram indexados cerca de 15 *items*, relativos a informação muito variada sobre as jurisdições, a recolher e enviar para Luanda. Quer dizer, não se trata de identificar através de explorações científicas o espaço a dominar, ou simplesmente a conhecer, mas antes de descrever e quantificar o poder colonial. É impressionante a quantidade de relatórios e mapas realizados ao longo deste governo, em especial no que toca ao planalto e capitania de Benguela. A cartografia da colônia, com a delimitação dos seus limites, e também visada, por incentivo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. No plano da sistematização de informação aproxima-se do perfil apresentado para D. Antonio Alvares da Cunha, incluindo, o cuidado posto com a organização dos arquivos de Luanda, (Secretaria e

¹⁷⁹ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 87-89.

¹⁸⁰ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 90.

¹⁸¹ GUEDES, Roberto Ferreira. Exóticas denominações in ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. SILVA, Gian Carlo de Melo. RIBEIRO, Marília de Azambuja. *Culturas e sociabilidades no mundo Atlântico*, 2012.

Junta da Fazenda). A componente naturalista, acrescenta-se nas competências de governo. Colheitas de amostras de produtos vegetais e minerais, e seus usos médicos, cabem ao governador de Angola e aos capitães-mores. A sistematização dos conhecimentos acerca das minas de Angola, conduz Miguel Antonio de Melo a uma investigação histórica, arquivística e também da tradição oral. O próprio governador e autor de extensos e exaustivos relatórios, onde foi sistematizada informação botânica, histórica e etnográfica.¹⁸²

Sistematização do conhecimento sobre a colônia, essa é a máxima do governo de D. Miguel Antônio de Melo, a relevância da coleta de informações é entendida em seu nível mais profundo, porque não era o simples levantamento de informações quantitativas, mas qualitativas, a partir delas se conhecia o potencial da colônia.

Essa transição de um século para o outro se mostra perturbadora para a história da colônia de Angola, expomos no início desse capítulo que Pombal via a colônia não mais como feitoria, mas como reino, pois é durante esse período que Angola perde seu status de reino (atribuído anteriormente por Pombal), já não se enxergava mais as características tão produtivas e diferenciadas vistas inicialmente, o contexto já era diferente no âmbito internacional, e isso influenciava no âmbito colonial, internamente se enfrentava a dificuldade em manter as povoações do sertão e as próprias estruturas coloniais.¹⁸³

Em suma, o comando desses governadores foi de grande valia na história da colônia, pois a partir de seus posicionamentos políticos e administrativos que se tornou possível a produção de conhecimento sobre a população que lá habitava o que possibilita nossa análise documental. É importante salientar que durante anos coexistiram ideias reformistas, escravização e tráfico de escravos, logo as relações internas e produtivas (quanto a documentação) estavam sujeitas e expostas a manipulações para seu proveito, o tráfico atinge a África em suas questões mais profundas e não poderia deixar de ser colocado aqui por paradoxo da civilidade tão defendida pelos portugueses.

A restauração administrativa em Angola ocorria seguindo certos parâmetros de elaboração e aplicabilidade durante fins do século XVIII, os mesmos eram seguidos nas diversas áreas de domínio portuguesas. Constitui-se como intento da pesquisa a busca por uma padronização dos levantamentos populacionais feitos em Angola durante o período já destacado (Governo de D. Miguel Antônio de Melo – 1797 á 1802), a fim de entender como e em que contexto se davam as classificações expostas nos mapas populacionais, elencamos

¹⁸² SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005, p. 90-91.

¹⁸³ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola*, 2005.

nesse capítulo algumas documentações que serão a partir de então minuciosamente descritas e analisadas.

Os documentos que serão destacados aqui foram produzidos durante o governo de Dom Miguel Antônio de Mello (1797-1802), que refletem parte da política pombalina, mas que entram pelo reinado de D. Maria I juntamente com as reformas por ela administradas. Segundo Marcílio:

A Ordem Régia de 21 de outubro de 1797 introduz mudanças nas técnicas censitárias, enriquecendo sobremaneira as informações, dando caráter universal, rigorosamente padronizados e homogêneos às formas de se comporem as listas, obedecendo a modelos de formulários e de mapas gerais a serem montados com base nas listas nominais de cada município.¹⁸⁴

Antes desse marco na elaboração dos registros censitários introduzido no governo de D. Maria I, a produção de documentação também era realizada, porém de uma forma mais geral e menos cerceada pelo governo, por exemplo, os escravos por vezes não eram contabilizados, assim como menores de sete anos também não¹⁸⁵, utilizando como exemplo um estudo sobre a capitania de São Paulo em que Marcílio expõe como eram feitos os censos nessa parte da colônia brasileira, tomamos por base as alterações feitas na política de recenseamento portuguesa, que inicialmente não eram universais:

Não estavam incluídos os escravos. Negligenciou-se ainda a contagem das crianças, menores de sete anos. A intenção – parece – era de se conhecer a distribuição espacial dos habitantes pelas vilas então existentes e, sobretudo, os que poderiam ser úteis, imediatamente, para a produção, defesa militar, ocupação da terra, para o governo ou para a administração local.¹⁸⁶

Desconhecia-se a importância econômica em que estavam envolvidas as possibilidades de se contar também nesses censos e mapas populacionais os escravos, se a unidade básica de um censo era o indivíduo, saber quantos existem em condição de escravos trabalhando para pessoas livres que da mesma forma produzem em benefício da localidade e conseqüentemente da coroa era imprescindível, contabilizar os escravos era uma forma de medir a produção de rendimentos, sendo assim não demora até que nos levantamentos passem a registrar o número de escravos nas vilas.

¹⁸⁴ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*, 2000, p. 47.

¹⁸⁵ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*, 2000.

¹⁸⁶ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*, 2000, p. 45.

Os conteúdos das documentações variavam de acordo com a localidade e os interesses de quem as comandavam¹⁸⁷, os modelos de censos e mapas populacionais se remodelavam de acordo com a região, mas isto não exclui uma padronização. Como salienta Guedes ao tratar de classificações de cor em um de seus estudos:

As orientações e critérios classificatórios oriundos de Lisboa nem de longe expressam a nomenclatura de cor utilizada por povos e súditos das conquistas/colônias, uma vez que estes usavam um leque mais amplo de expressões de cor. Sendo assim, ainda que a demanda da Coroa portuguesa gerasse ou estimulasse classificações de cor, com conotações sociais ou não, os critérios classificatórios locais ampliaram os vocábulos empregados e, por conseguinte, indicam hierarquias para muito além das qualificações branco, preto e mulato sugeridas em modelos de mapas de população vindos de Lisboa.¹⁸⁸

Assim como as classificações de cor poderiam estar sobre uma carga de hierarquia e conotações sociais, acreditamos que a forma de fazê-las também poderiam denotar uma hierarquização ou ainda ser indicativo de um comportamento ou prática social de se contabilizar alguns e se excluir outros. Ao classificar as classificações buscamos entender o porquê certos grupos eram contados minuciosamente, enquanto outros eram excluídos de certas listas nominativas e mapas, assim como grupos tem mais informações e descrições, enquanto outro grupo não. Seria isto uma prática político-econômica da coroa ou um costume local, ou ainda um misto de ambos? Em nossa análise buscaremos entender essa prática.

Para se pensar em hierarquização e classificação nessa época deve-se levar em conta um fator crucial determinante de diferenciação, principalmente na África, a escravidão¹⁸⁹, mesmo que metrópole e colônia seguissem orientações hierárquicas provindas do antigo regime ainda assim eram readaptadas as situações locais e nesse caso a escravidão era um fator presente nos domínios além-mar dos portugueses, sendo assim, a ideia de escravidão abria caminho para noções ainda mais fundamentadas na desigualdade¹⁹⁰. “O tráfico de cativos e a escravidão moderna orientaram distinções jurídicas (livres, forros e escravos) e cores (branco, preto, negro, pardo, mulato, cabra, fusco, fula, etc.), mas adaptadas a critérios

¹⁸⁷ GUEDES, Roberto. *Exóticas denominações de cor e temas angolanos em fontes lusófonas* (Reino de Angola, XVII e XIX). Projeto apresentado ao CNPq 2012 para renovação de Bolsa de Produtividade. Aprovado. Projeto também financiado pela FAPERJ, sob título *Cor e outros temas angolanos em fontes lusófonas (Séculos XVII-XIX) / Jovem Cientista FAPERJ*. 2012.

¹⁸⁸ GUEDES, Roberto. *Exóticas denominações de cor*, Projeto apresentado ao CNPq 2012 para renovação de Bolsa de Produtividade. Aprovado, 2012, p. 3.

¹⁸⁹ GUEDES, Roberto. *Exóticas denominações de cor*, Projeto apresentado ao CNPq 2012 para renovação de Bolsa de Produtividade. Aprovado, 2012.

¹⁹⁰ GUEDES, Roberto. *Exóticas denominações de cor*, Projeto apresentado ao CNPq 2012 para renovação de Bolsa de Produtividade. Aprovado, 2012.

locais.”¹⁹¹ Ao observar esses critérios nos censos populacionais abre-se uma margem para pensar o que guiava os critérios de classificações mais gerais como a dos mapas, quais eram seus fatores determinantes?

Como defende Karl Polanyi¹⁹² política e economia eram fatores indissociáveis em sociedades pré-capitalistas. Numa orientação da coroa denominada *Coleção das Providências, Leis e Ordens que restauraram a Navegação, o Comércio, a Polícia, e a Disciplina Militar dos Reinos d'Angola, Congo, Benguela, Loango, e Presídios daquela utilíssima parte da África, dos grandes estragos em que S. Majestade a achou quando sucedeu na Coroa destes Reinos, e motivos, que constituíram o espírito de cada uma das ditas Leis, Ordens e Providência*¹⁹³, encontramos o que pode ser tido por retrato dessa indistinção entre política e economia, tomamos por exemplo esse episódio de abertura para o livre comércio de escravos nos sertões africanos contra o monopólio jesuíta, uma das leis referidas nesse documento se justificava por:

Um dos primeiros e principais objetivos dos chamados Jesuítas desde a sua entrada em Portugal foi o de usurparem e fecharem a benefício da sua insaciável cobiça todos os sertões dos Domínios Ultramarinos deste Reino (...) Em sua força, os jesuítas fizeram formar para o governo de Angola o Regimento de 12 de Fevereiro de 1676, no qual se proibiram expressamente (...) que pessoas algumas, que não fossem os seus Negros descalços, entrassem nos Sertões daquele continente. Desde então até o presente reinado Felicíssimo, os referidos sertões ficaram fechados com um absoluto monopólio dos referidos Jesuítas.¹⁹⁴

A decisão de abrir os sertões para o comércio e tirar das mãos dos jesuítas o monopólio refletem posicionamentos político-econômicos típicos de sociedades do Antigo Regime, medidas políticas eram tomadas de acordo com o andamento da economia e vice versa, assim como aconteceu nesse episódio podemos perceber que a produção de censos e mapas populacionais não seguem somente orientações políticas, seguem ao mesmo tempo direcionamentos econômicos, o que explicaria em grande parte momentos de maior efervescência de produção documental especificando certos elementos, e momentos de menor produção de documentos, assim como a contabilização de escravos e bens entrando e saindo das colônias, longe de ser somente um registro populacional os censos refletiam o discurso

¹⁹¹ GUEDES, Roberto. *Exóticas denominações de cor*, Projeto apresentado ao CNPq 2012 para renovação de Bolsa de Produtividade. Aprovado, 2012, p.7.

¹⁹² POLANYI, Karl. *A Grande Transformação* 2000.

¹⁹³ AHU, Angola, Códice 555.

¹⁹⁴ AHU, Angola, Códice 555.

político e administrativo de um grupo que poderia estar carregado de fins econômicos e de diferenciação social.

Foi o que ocorreu nas classificações dadas por jesuítas e por agentes do governo nas listas nominativas analisadas por Guedes, enquanto em listas feitas por jesuítas predominavam algumas denominações de cores como: peças da índia; moleques; crias em pé; crias de peito e & ca, ao retirar das mãos de jesuítas o monopólio das negociações no sertão a coroa aboliu também algumas das denominações de cores dadas por eles, o que poderia ser uma jogada econômica que abriria mais possibilidades de vendas de pessoas, já que a classificação em que estavam inseridas poderia determinar o seu preço de compra e venda¹⁹⁵. Ao classificar as cores se hierarquizava e polarizava os pontos de apoio a jesuítas e agentes do governo:

Por enquanto, o que se pode afirmar é que a *Coleção das Providências* atribuiu cores a agentes políticos e mercantis – caracterizando negros descalços, jesuítas e contratadores como monopolistas *versus* negros calçados, brancos, crioulos e mulatos aliados a governadores em prol do livre comércio – e vocábulos específicos a cativos traficados. Cor, portanto, estava ligada a assuntos religiosos, mercantis e políticos, no período pombalino.¹⁹⁶

Um dos elementos que poderia ser um fator de modificações feitas nas documentações censitárias seria a apropriação de escrita pelos africanos, segundo Guedes, os agentes responsáveis pela confecção dos censos estavam abertos a adaptações de denominações, visto que as dadas pela coroa não conseguiam abranger a gama de cores responsáveis pela diferenciação não só física local, mas principalmente a separação em níveis sociais, segundo o autor:

Aquele &ca em meio a expressões de cor, não especificado na *Coleção das Providências*, era criado pelas populações locais, que se qualificava com um léxico mais amplo do que as qualidades de cor dos mapas (apenas branca, preta e mulata), a saber: pardo, baço, cor honesta, preto, fusco, negro, &ca. Assim, as três cores dos mapas não davam conta do amplo repertório cotidiano usado correntemente pela população e expresso nas listas de habitantes.¹⁹⁷

¹⁹⁵ GUEDES, Roberto Ferreira. Exóticas denominações in ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. SILVA, Gian Carlo de Melo. RIBEIRO, Marília de Azambuja. *Culturas e sociabilidades no mundo Atlântico*, 2012.

¹⁹⁶ GUEDES, Roberto. *Exóticas denominações de cor*, Projeto apresentado ao CNPq 2012 para renovação de Bolsa de Produtividade. Aprovado, 2012, p.11-12.

¹⁹⁷ GUEDES, Roberto. *Exóticas denominações de cor*, Projeto apresentado ao CNPq 2012 para renovação de Bolsa de Produtividade. Aprovado, 2012, p.12.

Ou seja, as manipulações ou adaptações poderiam ser feitas em diversos níveis de elaboração dos documentos censitários, nas listas nominativas de habitantes, seguindo até os mapas populacionais finais, apontando o discurso não só dos agentes e dos costumes locais, mas como poderiam sofrer alterações para fins diversos.¹⁹⁸

A população local também poderia se colocar como um entrave na confecção das listas e mapas populacionais, uma vez que tinham como agouro a contagem da população, isso fica expresso em correspondência partindo de Alexandre José Botelho de Vasconcelos, o então governador de Benguela, para D. Rodrigo de Souza Coutinho, secretário de governo na época, na carta fica registrado o esforço que o governador tinha que fazer para coletar as informações vista a fama que elas possuíam.

O [mapa] de numero 9º é da população desta cidade (...) cuja relação **organizei como pude por informações que mendiguei de muitos sertanejos**, e espero com maior clareza (...) dar nova relação a V Exa, logo que me chegarem as notícias que mandei indagar por um sargento em cada uma das províncias, e que pedia a cada um de seus capitães mores (...) Cada Soba tem vários sobetas seus vassallos, segundo a sua opulência, e cada sobeta governa uma ou mais povoações, algumas com muita gente, que verdadeiramente se lhe não sabe o número certo, **pelo agouro que nisso tem e o não contarem**, além do grande número de povos que há e extensão de terreno que tem (...) [grifos do autor]¹⁹⁹

A produção dos censos por vezes era lenta exatamente por percalços como esses, documentos que eram solicitados pela coroa só eram entregues anos depois e mesmo assim poderiam não estar completos devido a certas circunstâncias como a mencionada acima.

Nos próximos tópicos segue o trabalho com as fontes da pesquisa, analisaremos o enunciado dos mapas populacionais gerais feitos em vários distritos e presídios de Angola. Nos enunciados buscaremos temas que estavam em destaque na época como o recrutamento e composição dos militares das localidades, as classificações e indícios de padronização e moldes seguidos. Prosseguiremos a pesquisa ordenando as divisões/classificações que eram feitas nas documentações as separando para entender sua composição e importância.

¹⁹⁸ Guedes dá exemplo de versões da mesma correspondência que sofreram alterações para se adaptarem as leis que faziam restrições de acesso aos sertões africanos, para mais informações vide obra citada.

¹⁹⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Angola, Avulsos, CX 87, doc 51 b. Apud GUEDES, Roberto. *Exóticas denominações de cor*, Projeto apresentado ao CNPq 2012 para renovação de Bolsa de Produtividade. Aprovado, 2012, p.14.

2. Os Mapas populacionais e censos no Governo de Dom Miguel Antônio de Melo (1797-1802)

Como supracitado, o governo de D. Miguel Antônio de Melo é um marco para estudar a administração portuguesa nos territórios africanos, visto que a colônia e a metrópole atravessavam por momentos diferentes dos anteriores, o governo já não enxergava na colônia o seu crescimento produtivo ou ainda sua rentabilidade, começava a se notar o fracasso do projeto pombalino, de centralização administrativa, já em épocas posteriores.

A conjuntura era adversa, o governador era conhecido por seu caráter crítico quanto a aplicabilidade das práticas administrativas e econômicas na colônia, o foco do governador era no desenvolvimento local a partir de suas práticas regionais, como a agricultura, e não pelo mercantilismo tradicional. Angola já não tinha o mesmo peso e rendimentos de antes, Portugal passava por uma reestruturação e realocação frente às outras potências europeias.

Porém, ao contrário do que se possa imaginar, a produção de documentação censitária deu um salto, foi um dos períodos em que mais se produziram censos e mapas populacionais, incentivados pela coroa e com novas normas, essas documentações passam por uma reforma em sua estrutura, ao que parece “a orientação governativa provém do período pombalino, mas a feitura de listas de habitantes propriamente ditas é mais recorrente a partir do período de Dona Maria I”²⁰⁰, ou seja, as orientações dadas por Pombal foram efetivamente postas em prática nos períodos posteriores.

Os censos e mapas populacionais que nos propomos a analisar são estruturas feitas a mão por agentes do governo português, esses agentes poderiam ser pessoas da localidade que eram designadas a fazer os censos, geralmente os responsáveis por esse levantamento pertenciam a algum seguimento militar, religioso, eram autoridades ou poderiam ser pessoas especificamente enviadas para tal tarefa.

As classificações gerais estavam dispostas seguindo modelo de tabela, contendo subdivisões, o anexo a seguir consiste em uma imagem de uma documentação em sua composição original:

²⁰⁰ GUEDES, Roberto. *Exóticas denominações de cor*, Projeto apresentado ao CNPq 2012 para renovação de Bolsa de Produtividade. Aprovado, 2012, p. 9.

Nessa primeira parte da pesquisa daremos destaque aos enunciados de cada mapa, destacando o tema de cada um, se o mesmo tem um enfoque militar, ou ainda econômico, buscaremos uma padronização dos enunciados, alguma conotação político-econômica ou ainda militar.

Destacamos os mapas dos distritos e presídios a seguir, por serem as localidades mais citadas nas documentações e autores os quais tivemos acesso, são cinco mapas elaborados para as cidades de Luanda, Icolo, Encoge, Muxima e Caconda. Vejamos a composição do enunciado de cada um desses mapas:

Quadro 1 - Sobre os títulos que anunciam o conteúdo dos mapas populacionais.

Cidade, Distrito ou Presídio	Ano de elaboração do Mapa	Enunciado do Mapa
Luanda	1799	Mapa do estado da povoação da cidade de São Paulo de Assunção Capital do Reino de Angola o qual tirou por ordem do illmo e Exmo Snr Governador e Capitão General [grifo meu] do dito Reino Dom Miguel Antonio de Melo o coronel das ordenanças da mesma Cidade. José de Abreu Castelo Branco Pimentel.
Icolo	1798	Mapa do Distrito do Icolo, e Bengo relativo ao estado dele no ano próximo passado de 1798, e ao em que fica no 1º de Janeiro do corrente feito segundo as Ordens, e Modelo dado pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dom Miguel Antonio de Mello, Governador e Capitão mor General [grifo meu] do Reino de Angola e suas Conquistas.
Encoge	1798	Mapa do Presídio de São José do Encoge relativo ao estado dele no ano próximo passado de 1798, e ao em que fica no 1 de janeiro do corrente, feito segundo as ordens e modelo dado pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dom Miguel Antonio de Melo Governador e Capitão General [grifo meu] do Reino de Angola e suas conquistas.
Muxima	1798	Mapa do Presídio de Muxima relativo ao estado dele no ano próximo passado de 1798, e ao em que fica no 1 de janeiro do corrente, feito segundo as ordens e modelo dado pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dom Miguel Antonio de Melo Governador e Capitão General do Reino de Angola e suas conquistas.
Caconda	1799	Mapa do Presídio de Caconda relativo ao estado dele no ano próximo passado no 1 de janeiro do corrente, feito segundo as ordens e modelo dado pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dom Miguel Antonio de Melo Governador e Capitão General do Reino de Angola e suas conquistas.

As localidades evidenciadas estavam sobre a jurisdição do governador de Angola D. Miguel Antônio de Melo, de acordo com os enunciados o conteúdo dos mapas relataria o estado em que se encontravam as cidades e seguiam claramente as ordens enviadas pelo governador e capitão geral, a informação passada pelos enunciados elencados confirmam a prerrogativa de um modelo pré-determinado para a elaboração dos censos, as informações que deveriam ser levantadas pelos agentes portugueses eram passadas pelo governador ao secretário de Estado e Assuntos ultramarinos ou diretamente ao principal órgão de controle das colônias portuguesas, o Conselho Ultramarino, que tinha jurisdição sobre todos os assuntos, de qualquer espécie referentes as regiões do ultramar, incluindo o Estado da Índia, São Tomé, Guiné, entre outras regiões. Todas as correspondências elaboradas no ultramar, incluindo os censos, eram encaminhadas para o Conselho que regulamentava esses documentos atribuindo a eles números de registro, datas de partida dos documentos que iriam para a metrópole.²⁰¹ Dos registros os quais tivemos acesso parte deles, nesse caso as notícias de presídios, estavam endereçadas ao próprio governador, enquanto, os mapas populacionais não trazem a informação para quem ou qual instituição estariam se reportando.

Era papel dos conselheiros que faziam parte da instituição ajudar ao soberano quanto as principais decisões a serem tomadas no ultramar, formulavam políticas e garantiam que fossem implementadas de acordo com a vontade real, eles aconselhavam “o monarca quanto as nomeações, passava as provisões, patentes e despachos dessas nomeações e revia os requerimentos de mercês em reconhecimento de serviços prestados no ultramar antes de os enviar ao monarca com a devida recomendação.”²⁰² O papel do Conselho e dos conselheiros era de vital importância para o bom funcionamento do vasto império.

Além do estado os enunciados mostram o ano em que foram elaborados os mapas gerais, nas amostras retiradas a maioria dos documentos estão completos no ano seguinte do seu pedido: “Mapa do Presídio de Muxima **relativo ao estado dele no ano próximo passado de 1798, e ao em que fica no 1 de janeiro do corrente** [1799] [grifo meu]”, ou seja, a preparação dos censos ocorria durante o ano e após o recolhimento das listas nominativas, e documentos referentes ao controle de natalidade e morte, além de

²⁰¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT e CHAUDHURI, *História da expansão portuguesa*, v. 3, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1998, p. 169-192.

²⁰² RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In BETHENCOURT e CHAUDHURI, *História da expansão portuguesa*, v. 3, p. 169.

documentos de controle de produção e comércio dos terreiros, onde possivelmente era feito um levantamento e reunião de dados para elaborar um mapa reorganizando as informações para compor um apanhado geral dos números da localidade.

Importante aferir que em alguns mapas não havia somente contagens de populações simplesmente divididas por cor, os documentos tem uma divisão precisa quanto a ocupação das pessoas, a hierarquização não acontecia somente nas listas nominativas ela estava presente nos mapas populacionais, o que para nós poderia ser compreendido como uma forma de refletir o discurso hierárquico e desigual presente no antigo regime, entendemos que para a coroa a hierarquização não era somente uma forma de classificação e qualificação de pessoas presentes na colônia, era um recurso rico, hierarquizava-se para apontar possibilidades de se utilizar da população, como vimos anteriormente, população era praticamente sinônimo de riqueza e conhecê-la em sua estrutura básica era essencial, as categorias típicas do modelo que vimos acompanhando de mapas populacionais ao longo da pesquisa nos revelam muito a respeito dos interesses de Portugal em África, vejamos a seguir.

Analisemos o mapa populacional que foi elaborado para Luanda, a classificação das pessoas é dada seguindo o critério de ocupação (profissão que desempenhavam), cargos eclesiásticos, militares e administrativos, cada qual é disposto em seu número geral na coluna referente ao que fazia, por exemplo, o mapa vem dividido em corpos militares pagos com sua infantaria, artilharia e cavalaria, com suas subdivisões de cargos como oficiais de patente, oficiais inferiores e soldados entre várias das subdivisões de cargo que tinham no meio militar:

Quadro 2 - Seguintos militares presentes em Luanda – Mapa populacional de Luanda, 1799. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Corpos Militares Pagos												Plana &c												Secretaria							
Infantaria no Quartel e fora				Artilharia no Quartel e fora				Cavalaria no Quartel e fora				Comandantes						Oficiais Reformados						de Governo		Milicia				Ordnenanças	
oficiais de patente	oficiais inferiores	Tambores e Pifanos	soldados	oficiais de patente	oficiais inferiores	Tambores e Pifanos	soldados	oficiais de patente	oficiais inferiores	Trombetas	soldados	Ajudantes de Ordenanças	de São Miguel	de São Francisco do Penedo	de São Pedro	Sargento mor	Capitão	Tenente	Alferes	Secretario	oficiais maior e menor	Capitao de guarda	Capitao mor das Ilhas	oficiais de patente	oficiais inferiores	Tambores e pifanos	soldados	oficiais de patente	oficiais inferiores		
30	82	22	590	3	8	3	78	5	6	1	63	2	1			1	1	1	1	1	2	1	1	29	63	7	238	15	17		

Assim também dividiam o corpo eclesiástico com suas separações dos que trabalhavam em conventos, cidades, capelas, curas, clero secular e etc.

Quadro 3 - Religiosos presentes em Luanda – Mapa populacional de Luanda, 1799. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Religiosos de diversas regras que existem nos conventos desta cidade			Dignidades eclesiasticas e conegos						Professores e mestres de Meninas		
No de S Antonio	No de S José	No de N S do Carmo	Deao de Conegos	Vigario da Praia	Curas	Capelas de Agonia e nazaret	sacerdotes seculares	Meninos do couro	Da Gramatica	De ler	De costurar
3	4	3	11	1	2	2	9	12	1	2	2

Os cargos administrativos também somam o cálculo, contabilizando ministros, escrivães, tesoureiros, juízes, oficiais da alfandega, mestres, negociantes, patrões mores.

Quadro 4 - Cargos administrativos e ofícios de Luanda – Mapa populacional de Luanda, 1799. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

2	Ministros de Vara branca
2	Escrivão e Contador Geral da Junta da Fazenda
2	Pagadores das tropas e de miudos
3	Tesoureiros da Alfandega, Junta da Fazenda e Ausentes
5	Escruturarios da Junta da Fazenda
6	Escrivães do judicial e provedeoria
11	Empregos civis na camara
2	Juizes do terreiro
9	Oficiais da Alfandega
3	Oficiais de Botica
26	Mestres de Navios ou Gente do Mar
4	Negociantes sem empregos
1	Patrao mor do Porto
1	Porteiro e Alcaide
416	Oficiais mecanicos de diversas classes

Além do registro de condição social, livre ou escravo, da cor, seguindo os padrões brancos, pardos e pretos (ou ainda brancos, pretos e mulatos), o registro de nascimentos e mortes naquele ano até a data de entrega, número total de homens e mulheres presentes na localidade.

**Quadro 5 - Nascimento, mortes, condição, qualidade, sexo das pessoas de Luanda
 Mapa populacional de Luanda, 1799. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx
 91. Doc 41.**

		condições		qualidades			Sexos	
nascidos no ano de 1798 ate os dias de hoje								
Mortos no dito tempo								
		Livres	Escravos	brancos	pardos	pretos	Homens	Mulheres
245	184	3651	4362	998	1186	5829	3620	4393

O mapa também registra o número de habitantes vindos de outros lugares, os que não estavam presentes na localidades e que haviam viajado para outra região, o número de casamentos, assim como o total de habitantes que estavam presentes em Luanda.

Quadro 6 - Pessoas vindas de outros lugares e ausentes para os mesmos lugares, casamentos e total de habitantes de Luanda – Mapa populacional de Luanda, 1799. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Vindos da Europa, Brasil e Sertão	45
Ausentes para a Europa, Brasil e Sertão	123
Casamentos	27
Total dos Habitantes presentes	7747

Os diversos tipos de moradia e suas estruturas (palha, telha, alugada ou não):

Quadro 7 - Sobre os tipos e estruturas de moradias em Luanda – Mapa populacional de Luanda, 1799. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 4

Casas			
De telha	De palha	Com alugadores	Sem alugadores
434	736	1024	146

O mapa de Luanda não classifica cada pessoa por critérios de cor, diferente do mapa elaborado para Icolo que além das divisões por cargos traz a divisão pelo o que os classificaria em critério de “qualidades” direcionadas as divisões por atividades que exerciam, por exemplo, entre os “ofícios mecânicos” demonstrados no quadro abaixo:

Quadro 8 – Ofícios mecânicos classificado por qualidade - mapa populacional de Icolo. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

		Ofícios Mecânicos												
		Carpinteiros	Serralheiros	Ferreiros	Pedreiros	Oleiros de fazer telha	Oleiros de Fazer panela	Sapateiros	alfaiates	Barbeiros	esteiros	Saqueiros	Quindeiros ou Cesteiros	
Qualidade	Branços			1										
	Pretos	30		3	4		25	2	5	3	86	64	56	
	Mulatos													
	Total	30	0	4	4	0	25	2	5	3	86	64	56	

Cada ofício ilustrado no mapa de Icolo traz o número de pessoas que desempenhavam aquela função, divididos em grupos considerados brancos, pretos ou mulatos, sendo notória a presença de pretos em número superior ao de brancos e mulatos (não existentes nesse caso nos ofícios mecânicos do Distrito de Icolo) no levantamento da população da cidade, o que seria importante na composição final da estrutura local, ter poucos brancos poderia ser um indício de distanciamento entre metrópole e colônia, visto que a política inicial pensada por Pombal exigia um nível de aculturação dos africanos. Nas práticas administrativas portuguesas esse envolvimento do africano nos assuntos político-econômicos só seria possível com a presença do branco europeu que, segundo algumas teses, levaria a civilidade a esses povos.

Os demais mapas seguem basicamente o mesmo modelo e estrutura, vejamos a composição dos mesmos atentando as divisões por categorias presentes em cada um deles²⁰³:

²⁰³ Devido a extensão dos mapas a imagem vem dividida em três partes que juntas formam o mapa populacional elaborado e catalogado em banco de dados, seguindo a estrutura original, transcrito em formato de tabela Excel.

Mapa Populacional do Distrito de Icolo

Quadro 9 – Mapa populacional de Icolo, 1797. 1º parte. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Distrito do Icolo e Bengo 4 de Janeiro de 1798		Paisanos																						
		Igrejas		Casas		Eclesiasticos					Idades				Estados			Naturalidades			Condição		Órfãos	Todos os paisanos
		paróquias	ermidas	De pedra e cal	De palha	Presbíteros	Diaconos	subdiáconos	De ordens menores	De prima tonsura	Militares	Ate 7 anos	de 7 a 14 anos	de 14 ate 25	mais de 25	Solteiros	Casados	viuvos	Americanos	Africanos	Europeus	livres		
2	1	7	5271	1					2		1		12	10	2		8	2	3	13		1	13	
Qualidade		Branços		0					1	836	876	926	3304	4138	92			5942		4483	1459		5942	
		Pretos		0					1	20	13	20	46	47	19		8	91		97	2	12	99	
Qualidade		Mulatos		0					1	20	13	20	46	47	19		8	91		97	2	12	99	
				1	0	0	0	0	4	856	890	946	3362	4195	113	0	16	6035	3	4593	1461	13	6054	

Quadro 10 – Mapa populacional de Icolo, 1797. 2º parte. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Mulheres															
Idades				Estados			Naturalidades			Condição				Todas as pessoas de ambos os sexos	Sovas Vassallos
Ate 7 anos	de 7 a 14 anos	de 14 ate 25	mais de 25	Solteiros	Casados	viuvos	Americanos	Africanos	Europeus	livres	Escravos	Órfãs	Todas as mulheres		
			1		1		1			1			1	14	
832	716	1392	4059	5364	85	2	6999			4620	2379		6999	12941	12
5	13	20	43	43	16	4	81			81		8	81	180	
837	729	1412	4103	5407	102	6	7081	0	0	4702	2379	8	7081	13135	12

Quadro 11 – Mapa populacional de Icolo, 1797. 3º parte. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

														Diferenças do último mapa			
Civis		Ofícios Mecânicos															
almoxarife	Escrivão	Carpinteiros	Serralheiros	Ferreiros	Pedreiros	Oleiros de fazer telha	Oleiros de Fazer panela	Sapateiros	alfaiates	Barbeiros	esteiros	Saqueiros	Quindeiros ou Cesteiros	Entraram	Sairam	Nasceram	Morreram
				1										1			
	1	30		3	4		25	2	5	3	86	64	56	1170	160	450	292
0	1	30	0	4	4	0	25	2	5	3	86	64	56	1171	160	450	292

Mapa Populacional do Distrito de Encoge

Quadro 12 – Mapa populacional do Distrito de Encoge, 1798. 1º parte. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Presidio de Encoge 21 Janeiro de 1799		Paisanos																							
		Igrejas		Casas		Eclesiasticos					Idades				Estados			Naturalidades			Condição				
		paróquias	ermidas	De pedra e barro	De palha	Presbiteros	Diáconos	Subdiáconos	De ordens menores	De prima tonsura	Militares	Até 7 anos	de 7 a 14 anos	de 14 ate 25	mais de 25	Solteiros	Casados	Viúvos	Africanos	Americanos	Europeus	livres			Escravos
1		3																							
Qualidades		Branços		1					5				5	4				2	3					9	
		Pretos							83	300	200	250	385	1990	19	5	3125			2050	750	1	14940		
		Mulatos							9	40		5	5	10	1	1	69	2				4	87		
		Total		1	0	0	0	0	97	340	200	255	395	2004	20	6	3194	4	3	2050	750	5	15036		

Quadro 13 – Mapa populacional do Distrito de Encoge, 1798. 2º parte. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Mulheres														Todas as pessoas de ambos os sexos	Dembos e Souvas Vassallos
Idades				Estados			Naturalidades			Condição		Órfãs	Todas as mulheres		
Até 7 anos	de 7 a 14 anos	de 14 ate 25	mais de 25	Solteiras	Casadas	Viúvas	Africanos	Americanos	Europeus	Livres	Escravos				
														9	
350	400	300	480	2300	21	6	2327			4500	1650	1	9805	24745	6
			4			4						3	7	94	
350	400	300	484	2300	21	10	2327	0	0	4500	1650	4	9812	24848	6

Quadro 14 – Mapa populacional do Distrito de Encoge, 1798. 3º parte. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

														Diferenças do último mapa			
Civis		Ofícios Mecânicos															
Almoxarife	Escrivão	Carpinteiros	Serralheiros	Ferreiros	Pedreiros	Oleiros de fazer telha	Oleiros de Fazer panela	Sapateiros	Alfaiates	Barbeiros	Esteireiros	Saqueiros	Quindeiros ou Cesteiros	Entraram	Sairam	Nasceram	Morreram
					1									1	7		1
1		6		8			15	4	5	5	35		200		51	200	250
	1	1							1							2	1
1	1	7	0	8	1	0	15	4	6	5	35	0	200	1	58	202	252

Mapa Populacional do Distrito de Muxima

Quadro 15 – Mapa populacional do Distrito de Muxima, 1798. 1º parte. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Presidio de Muxima 1 Janeiro de 1799											Paisanos													
	Igrejas		Casas		Eclesiasticos				Idades				Esatdos			Naturalidades			Condição					
	paróquias	ermidas	De pedra e cal	De palha	Presbíteros	Diáconos	Subdiáconos	De ordens menores	De prima tonsura	Militares	Até 7 anos	de 7 a 14 anos	de 14 ate 25	mais de 25	Solteiros	Casados	Viúvos	Africanos	Americanos	Europeus	Livres	Escravos	Órfãos	Todos os paisanos
									4				1		1				1				1	
									48	97	86	102	341	607	12	7	626			626	214	3	849	
									6	28	28	16	6	54	20	4	77	1		78		4	82	
									58	125	114	118	348	661	33	11	703	1	1	704	214	7	932	

Quadro 16 – Mapa populacional do Distrito de Muxima, 1798. 2º parte. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Mulheres														Todas as pessoas de ambos os sexos	Sovas Vassallos
Idades				Estados			Naturalidades			Condição		Órfãs	Todas as mulheres		
Até 7 anos	de 7 a 14 anos	de 14 ate 25	mais de 25	Solteiras	Casadas	Viúvas	Africanos	Americanos	Europeus	Livres	Escravos				
														4	
116	99	168	392	373	13	25	775			775	231	22	1028	1919	8
29		21	11	34	20	7	61			61		4	65	154	
145	99	189	403	407	33	32	836	0	0	836	231	26	1093	2077	8

Quadro 17 – Mapa populacional do Distrito de Muxima, 1798. 3º parte. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

														Diferenças do último mapa			
Civis		Ofícios Mecânicos															
almoxarife	Escrivão	Carpinteiros	Serralheiros	Ferreiros	Pedreiros	Oleiros de fazer telha	Oleiros de Fazer panela	Sapateiros	Alfaiates	barbeiros	Esteireiros	Saqueiros	Quindeiros ou Cesteiros	Entraram	Sairam	Nasceram	Morreram
1	1	7		12	2			3	2	2	102	51	40	23	23	54	50
																2	
1	1	7	0	12	2	0	0	3	2	2	102	51	40	23	23	56	50

Mapa Populacional do Distrito de Caconda

Quadro 18 – Mapa populacional do Distrito de Caconda, 1798. 1º parte. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Presidio de Caconda 1 Janeiro de 1799		Paisanos																	
		Igrejas	Casas	Presbiteros	Militares	Idades				Estados			Naturalidades			Condição		Órfãos	Todos os paisanos
		paróquias	De palha			Até 7 anos	de 7 a 14 anos	de 14 ate 25	mais de 25	Solteiros	Casados	Viúvos	Africanos	Americanos	Europeus	Livres	Escravos		
1		323																	
Qualidades		Branços	1	8				17	17	6		1	2	16				17	
		Pretos		72	16	28	18	46	128	3	2	180	2		3468	1597	9	5182	
		Mulatos		19	30	49	36	54	55	21	2	180	4					42	211
		Total	1	99	46	77	54	117	200	30	4	361	8	16	3468	1597	51	5410	

Quadro 19 – Mapa populacional do Distrito de Caconda, 1798. 2º parte. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Mulheres															
Idades				Estados			Naturalidades			Condição				Todas as pessoas de ambos os sexos	Sovas Vassallos
Até 7 anos	de 7 a 14 anos	de 14 ate 25	mais de 25	Solteiras	Casadas	Viúvas	Africanos	Americanos	Europeus	Livres	Escravos	Órfãs	Todas as mulheres		
		1	1	1					1			3	4	30	
18	30	18	15	4	4	4	81			5412	2130	8	7631	12885	31
20	46	35	57	15	19	12	158				1	54	213	443	
38	76	54	73	20	23	16	239	0	1	5412	2131	65	7848	13358	31

Quadro 20 – Mapa populacional do Distrito de Caconda, 1798. 3º parte. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Ofícios Mecânicos					Diferenças do último mapa			
Civis								
Almoxarife	Escrivão	Ferreiro	Alfaiate	Sapateiro	Entraram	Sairam	Nasceram	Morreram
1			1		2	1		2
		1	3	5			211	118
	1		3	2			17	
1	1	1	7	7	2	1	228	120

3. A importância das categorias classificatórias nos mapas populacionais dos censos para a Coroa Portuguesa

Os mapas supracitados foram elaborados seguindo divisões precisas, cada uma com um peso e importância para a coroa, lembrando que a premissa base na confecção desses mapas era a de conhecer seus novos territórios e vassallos, o que supomos possibilitaria a implementação de políticas administrativas mais adaptáveis a realidade local daquela região sobre o domínio português.




Atestamos nos mapas que o método de elaboração dos documentos seguiam divisões e subdivisões que envolviam aspectos militares, religiosos e econômicos, seguindo uma metodologia quantitativa e qualitativa demográfica.

Dividindo a estrutura das classificações expostas nos mapas populacionais temos seis principais critérios encontrados nas diversas amostras que analisamos, são eles: 1.Militares; 2. Religiosos; 3.Cargos civis, administrativos e ofícios; 4.Condição, estado, nacionalidade e qualidades de cor; 5. Sexo e faixa etária e por fim 6.Diferença comparativa com o último mapa do ano produzido anteriormente. Todos, presumimos, critérios de classificações bem pensados que atendiam ao discurso social e político da coroa na época.

Primeiro, se expunha os aspectos em categorias gerais bem selecionadas, em seguida apontava-se suas subdivisões para então contabilizar classificando as pessoas que compunham essa categoria, nos exemplos abaixo temos a estrutura por divisão em categorias gerais:

Quadro 21 – Clero no mapa populacional do Distrito de Benguela, 1799. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Eclesiásticos				
Presbíteros	Diáconos	subdiáconos	De ordens menores	De prima tonsura
1				
1				
2	0	0	0	0

 Título Expondo Categoria Geral
 Subdivisões da Categoria divididas em cargos desempenhados e origem religiosa
 Classificação em qualidades de cor e total de pessoas por categoria

Quadro 22 – Mulheres e suas classificações no mapa populacional do Distrito de Novo Redondo, 1798. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Mulheres													
Idades				Estados			Naturalidades			Condição		Órfãs	Todas as mulheres
Até 7 anos	de 7 a 14 anos	de 14 ate 25	mais de 25	Solteiras	Casadas	Viúvas	Africanos	Americanos	Europeus	Livres	Escravos		
		2			2		2			2			2
1	3	4	18	25	1		45			46	68		211
2		1	2	2	2	1	5			5			5
3	3	7	20	27	5	1	52	0	0	53	68	0	218

→ Títulos Expondo Categoria Geral e critério classificatório
 → Subdivisões da Categoria as classificando
 → Classificação em qualidades de cor e total de pessoas por categoria

Classificação por Faixa etária Classificação por Estado Civil Classificação por Nacionalidades Classificação por Condição social

O quadro exposto acima das mulheres do distrito de Novo Redondo tem no mesmo seguimento duas categorias classificatórias, tendo por critério sexo e faixa etária além de condição, estado, nacionalidade e qualidade de cor, sendo a qualidade de cor comum a todos as categorias classificatórias. Vejamos o exemplo a seguir, que apresenta o número de homens presentes na região do Distrito de Dande, que assim como o quadro das mulheres de Novo redondo também apresenta as mesmas classificações:

Quadro 23 – Homens paisanos no mapa populacional do Distrito de Dande, 1798. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Paisanos													
Idades				Estados			Naturalidades			Condição			
Até 7 anos	de 7 a 14 anos	de 14 até 25	mais de 25	Solteiros	Casados	Viúvos	Africanos	Americanos	Europeus	Livres	Escravos	Órfãos	Todos os paisanos
			9		3	1		3					
904	337	398	1848	3518	11	2				3105	427		3532
9		1			1	1	7	3					
913	337	399	1857	3518	15	4	7	6	0	3105	427	0	3532

→ Títulos Expondo Categoria Geral e critério classificatório

→ Subdivisões da Categoria as classificando

→ Classificação em qualidades de cor e total de pessoas por categoria

Classificação por Faixa etária Classificação por Estado Civil Classificação por Nacionalidades Classificação por Condição social

Atentamos para a descrição da categoria masculina como “Paisanos”, a palavra segundo o dicionário de Rafael Bluteau de 1720 significaria natural da mesma terra, conterrâneos.²⁰⁴ Portanto, os homens listados nesse segmento seriam pessoas nascidas naquela localidade.

²⁰⁴ BLUTEAU, Rafael, 1638-1734. *Vocabulario Portuguez e Latino*, Vol. 6, Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade. Lisboa, 1720, p. 187-188.

Classificar pessoas em critérios de cor poderia ter predisposições econômicas e militares, assim como demarcar essas cores enquadrando-as nas atividades que exerciam poderiam levar a coroa a conhecer o número de pessoas capacitadas a serem convocadas para a guerra, aumentando o efetivo de soldados se preciso, o quadro acima demarca o número total de homens de determinada região, sendo indicador para a coroa do seu número de homens em idade ativa e possíveis candidatos a servir a coroa militarmente. O quadro abaixo é ainda mais preciso quanto a capacidade (ou não) desses homens para o serviço militar, dependendo da habilidade que o mesmo dispunha em seu trabalho cotidiano.

Quadro 24– Ofícios Mecânicos no Mapa populacional do Distrito de Massangano, 1799. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Ofícios Mecânicos											
Carpinteiros	Serralheiros	Ferreiros	Pedreiros	Oleiros de fazer telha	Oleiros de Fazer panela	Sapateiros	Alfaiates	Barbeiros	Esteireiros	Saqueiros	Quindeiros ou Cesteiros
4		5	12	60	52	5	13	5	52	22	
4	0	5	12	60	52	5	13	5	52	22	0

→ Título Expondo Categoria Geral de ofícios atribuídos aos homens
 → Subdivisões da Categoria as classificando por atividades
 → Classificação em qualidades de cor e total de pessoas por categoria

Visto a importância dos militares na proteção dos domínios e interesses da própria coroa, saber o número de homens que estariam em idade de recrutamento era essencial, a organização da instituição já contava com a participação de homens da localidade, segundo Ariane Cruz:

A organização militar ditada por Lisboa compreendia três segmentos militares: a tropa regular ou de primeira linha, composta por oficiais que recebiam soldo e que tinham a função de defender o território contra inimigos externos em caso de guerra; as tropas auxiliares ou

milícias responsáveis por manter a segurança interna do território, sendo consideradas reservas das tropas de primeira linha, quando estas estavam mobilizadas para a guerra; e os corpos de ordenanças, formados pela população local, que se destinavam a manter a segurança local.²⁰⁵

Os mapas geralmente trazem o número total de moradores os dividindo em sexo feminino e masculino além de classificá-los por faixa etária. Contabilizar as mulheres e sua faixa etária era atestar a capacidade reprodutiva das mesmas, já o número de homens e suas idades serviriam para aferir tanto suas possibilidades de rendimentos econômicos como as de se engrossar as camadas militares.

Muitos mapas tem fins militares, ou são considerados mapas gerais em que os segmentos militares já vinham sendo contabilizados, incluindo as ordenanças, como no exemplo abaixo do mapa geral de Luanda:

²⁰⁵CRUZ, Ariane Carvalho da. *Militares e militarização no Reino de Angola*, 2014, p. 93.

Quadro 25 – Corpo militar presente em Luanda - Mapa populacional geral do Distrito de Luanda, 1799. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Corpos de Militares Pagos																						Secretaria de Governo		Milícia				Ordenanças				
Infantaria no Quartel e fora				Artilharia no Quartel e fora				Cavalaria no Quartel e fora				Comandantes			Oficiais Reformados																	
oficiais de patente				oficiais de patente				oficiais de patente				Ajudantes de Ordenanças				de São Miguel			Sargento mor	Capitão	Tenente	Alferes	Secretario	oficiais maior e menor	Capitao de guarda	Capitao mor das Ilhas	oficiais de patente	oficiais inferiores	Tambores e pifanos	soldados	oficiais de patente	oficiais inferiores
30	82	22	590	3	8	3	78	5	6	1	63	2	1			1	1	1	1	1	2	1	1	29	63	7	238	15	17			

Entretanto, tal fato não exclui o interesse da coroa em saber quantos restantes na população poderiam ser recrutados, desempenhar outra atividade qualquer não impedia o indivíduo de ser convocado para engrossar o efetivo militar.

As atividades dos corpos de ordenança estavam mais voltadas à defesa local e seu sistema de recrutamento abrangia toda a população masculina entre 18 e 60 anos não recrutada pelas outras forças. Tais homens estavam sujeitos à convocação automática e permanente para as ordenanças, mesmo não recebendo instrução militar regular. Neste caso, o serviço militar era secundário, pois somente em graves perturbações os homens eram convocados, abandonando suas outras atividades.²⁰⁶

Portanto, ao observar os mapas populacionais percebemos que, mesmo que estes não fossem de cunho militar, poderiam ter significações e resultados com interesses militares, assim como um peso econômico, como o caso das informações sobre os ofícios desempenhados na colônia, isto também serviria para indicar a coroa em que segmento de trabalho estaria mais concentrado os rendimentos de certa atividade, ou ainda qual segmento da população dividida por critério de cor produziria mais a coroa entre brancos, pretos e mulatos, cientes dessas informações poderiam concentrar seus investimentos para extrair deles ainda mais recursos.

Entretanto, o que questionamos ao analisar o critério de “qualidades” definido pelo governo português é quanto à limitação das denominações de cores nessa fase dos recenseamentos, porque nas listas nominativas encontramos tantas variedades de cores, enquanto nos mapas gerais as denominações mantêm uma divisão básica? É uma questão que precisa ser pensada e aprofundada, pois, de acordo com Guedes, cor “estava ligada a assuntos religiosos, mercantis e políticos, no período pombalino.”²⁰⁷ Cor seria um indício de poder, visto que, os cargos administrativos e militares são em sua grande maioria ocupados por brancos, e não qualquer brancos, segundo Russell-Wood a preferência de desempenho dos cargos por brancos vindos da metrópole era fator presente em todas as partes do império português, e motivo de grande desgaste entre os moradores locais e a administração portuguesa.²⁰⁸

²⁰⁶ CRUZ, Ariane Carvalho da. *Militares e militarização no Reino de Angola*, 2014, p. 94.

²⁰⁷ GUEDES, Roberto. *Exóticas denominações de cor*, Projeto apresentado ao CNPq 2012 para renovação de Bolsa de Produtividade. Aprovado, 2012, p. 12.

²⁰⁸ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In BETHENCOURT e CHAUDHURI, *História da expansão portuguesa*, v. 3.

Portanto, o levantamento de dados seguindo uma metodologia bem orientada pela metrópole serviria como um grande indicador de suprimento das necessidades tanto da coroa quanto locais e de investimento colonial, a própria palavra classificar já tem em seu significado uma carga de hierarquização.

A definição nos dicionários atuais denota o ato de classificar como: distribuir em classes ou respectivos grupos, de acordo com um sistema ou método de classificação; determinar a classe, ordem, família, gênero e espécie; por em determinada ordem, arrumar.²⁰⁹ No dicionário dos anos de 1789 e 1720, elaborados, respectivamente, por Antônio de Moraes e Rafael Bluteau, a palavra classificar remete a “por em certa ordem”²¹⁰. Ou seja, o termo teria significados diferentes para as épocas em que estaria sendo utilizado, todavia, por em certa ordem não exclui o caráter classificatório ou ainda desigual dessa ordenação. As pessoas que entravam nas listas nominativas, mapas populacionais ou notícias de presídios tinham algo para contribuir com a sociedade que os cercavam, ou ainda a servir a coroa, seja politicamente, economicamente ou militarmente.

O caso da utilidade das mulheres nos mapas populacionais é um retrato da classificação como um discurso que seguia a mentalidade de seus pares e de sua época. Vejamos partes dos mapas a seguir:

²⁰⁹ XIMENES, Sérgio. Minidicionário Ediouro da Língua portuguesa. 2. Edição reformulada. São Paulo – Ediouro, 2000, p. 219.

²¹⁰ SILVA, Antônio de Moraes, 1755-1824; BLUTEAU, Rafael, 1638-1734. *Diccionario da lingua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*, Vol. 1, Na officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1789, p. 278.

Quadro 26 - Classificação das mulheres no Mapa populacional de Pundo Andongo - 1798. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Mulheres													
Idades				Estados			Naturalidades			Condição		Órfãs	Todas as mulheres
Até 7 anos	de 7 a 14 anos	de 14 até 25	mais de 25	Solteiras	Casadas	Viúvas	Africanos	Americanos	Europeus	Livres	Escravos		
1	1						2					2	2
	7	37	74	15	58	8	113			30	534	2	113
9	11	19	41	22	39	11	79				1	7	79
10	19	56	115	37	97	19	194	0	0	30	535	11	194

Quadro 27 - Classificação das mulheres no Mapa populacional de Ambaca - 1799. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Mulheres													
Idades				Estados			Naturalidades			Condição			
Até 7 anos	de 7 a 14 anos	de 14 até 25	mais de 25	Solteiras	Casadas	Viúvas	Africanos	Americanos	Europeus	Livres	Escravos	Órfãs	Todas as mulheres
					1		1			1			1
1327	572	384	14636	16919	57		16976			16976	2218	4	19198
1327	572	384	14636	16919	58	0	16977	0	0	16977	2218	4	19199

Quadro 28 - Classificação das mulheres no mapa populacional de Caconda - 1799. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Mulheres													
Idades				Estados			Naturalidades			Condição		Órfãs	Todas as mulheres
Até 7 anos	de 7 a 14 anos	de 14 até 25	mais de 25	Solteiras	Casadas	Viúvas	Africanos	Americanos	Europeus	Livres	Escravos		
		1	1	1					1			3	4
18	30	18	15	4	4	4	81			5412	2130	8	7631
20	46	35	57	15	19	12	158				1	54	213
38	76	54	73	20	23	16	239	0	1	5412	2131	65	7848

Se observarmos os quadros acima podemos notar que ao contrário das classificações dadas aos homens nos mapas populacionais, destacando detalhes como a ocupação ou ainda cargos eclesiásticos, militares ou administrativos, as mulheres são contadas de forma mais generalizada abarcando apenas divisões de qualificação como a idade, estado, naturalidade e condição. Excluía-se dos mapas as explicações quanto a ocupação ou ainda bens que elas poderiam ter, sabendo que as mulheres eram um número expressivo na colônia africana e que muitas delas desempenhavam papéis sociais relevantes, ocultar informações como essas poderia ser ao mesmo tempo prejudicial e vantajosa a coroa, pois ao passo que se subestimava o trabalho desempenhado pela mulher, também poderiam tirar um proveito econômico dele, sem que fosse oficialmente contabilizado e qualificado. Como poderia ocorrer com o ofício das quitadeiras já tão estudado pela historiografia especializada e que nos demonstra um papel econômico vital das mesmas, que circulavam pelas ruas das cidades e participavam no comércio e processo do tráfico, além das ricas donas citadas em documentos da época e que exerciam um poder local incontestável,²¹¹ entre outras histórias de mulheres que tinham uma participação e papel ativo na sociedade e que deixavam de ser classificadas de maneira mais qualitativa, pelo menos nos mapas populacionais analisados.

Os critérios religiosos também são encontrados nos mapas, por certo que a presença dos padres, vigários e paróquias eram de suma importância para Portugal por serem os mesmos os principais responsáveis por registrar e oficializar algumas informações como nascimento, batismo, morte, ou seja, os religiosos eram um dos incumbidos pela aculturação do povo africano aos costumes portugueses, assim como os grandes propagadores do cristianismo, uma das premissas iniciais principais para a expansão e estabelecimento dos portugueses em terras além mar. Contabilizar e classificar os religiosos das diversas ordens era conferir e atestar a cooperação ativa dos mesmos para o desenvolvimento da empresa colonizadora.

Por fim cada mapa tem uma avaliação geral de suas produções econômicas trazendo quadros específicos de quantidade de animais, produtos que eram produzidos na região, sendo

²¹¹ Para mais informações sobre a ação das mulheres na colônia e nas sociedades de antigo regime. Cf. CAPELA, José. *Donas, senhoras e escravos*. Porto, Edições Afrontamento, 1995. HAVIK, Philip. *Comerciantes e Concubinas: sócios estratégicos no comércio Atlântico na Costa da Guiné*. In actas do II RIHA (Segunda Reunião Internacional de História de África: A Dimensão Atlântica da África.). Rio de Janeiro, 1996. PANTOJA, Selma. Dimensão Atlântica das Quitadeiras. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. PANTOJA, Selma Alves. *Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII*. Revista História Unisinos, vol. 14, n° 3, setembro/dezembro de 2010.

a classificação de acordo com a produção local em cada mapa, além de um quadro apresentando as despesas anuais divididas por segmentos eclesiásticos, militares, civis e a soma total dessas mesmas despesas. Observe os quadros a seguir:

Quadro 29 – Classificação de produção no Mapa populacional de Caconda - 1799. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

	Animais de diferentes espécies	Vacum		Miúdos		
		bois	vacas	carneiros e ovelha	bodes e cabras	porcos
		1185	3897	327	5014	Vários
Diferentes do ultimo	aumentaram	104	144			
	diminuíram					

Quadro 30 – Classificação de produção no Mapa populacional de Encoge - 1799. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

diferentes do ultimo ano	Diversas produções	Farinha de Mandioca		milho		feijão		Azeite				lã de palma		algodão		anil	
		ezeques	cazongueis	ezeques	cazongueis	ezeques	cazongueis	De palma	de amendoim	palma	arrobas	arreteis	arrobas	arreteis	arrobas	arreteis	
houve de mais		100	3	900	2	500	3	200		150		6	15	2	3		
houve de menos				1098		2497		100		50				1			

Quadro 31 – Levantamento anual de despesas no Mapa populacional de Pundo Andongo - 1798. AHU, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Cx 91. Doc 41.

Despesa			
Eclesiastica	Militar	Civil	Soma
80000	3156550	103673	3340223

Essas informações anexadas aos mapas populacionais serviam para garantir o controle de produção anual em cada distrito, além de fazerem um levantamento das despesas que Portugal tinha com os segmentos base da sua manutenção na colônia, o comparativo com o ano anterior abria uma margem de análise dos rendimentos da localidade para a coroa, assim como o controle de entrada e saída de pessoas e de nascimento e morte davam a Portugal a noção de quantos súditos eles tinham e quanto de efetivo poderiam contar para engrossar sua economia.

Outra informação determinante nos censos realizados por Portugal e por vezes ignorada pelos autores que analisam esse tipo de documentação é a que se refere a categoria “sobas e vassalos” (aparecendo nos documentos ora “sovas vassalos” ora “sovas e dembos”) que vimos em todos os mapas e também nas notícias de presídios as quais tivemos acesso, constatamos no primeiro capítulo que os sobas eram personagens de vital importância para o acesso dos portugueses as terras conquistadas, a administração de Portugal na África só era possível com a colaboração dos sobas, quando esses sobas aceitavam as condições do contrato de vassalagem, seja espontaneamente ou de forma forçada, ele era obrigado a cooperar com a cadeia administrativa do qual passava a fazer parte e ajudar na manutenção das terras sobre sua jurisdição.

Contudo, a rebeldia de alguns sobas era um dos fatores que mais prejudicava a ação dos portugueses em solo africano, e essa preocupação está presente nos documentos censitários, os sobas avassalados eram contabilizados nos documentos assim como os rebeldes, vejamos a lista elaborada no Presídio de Muxima, para o ano de 1797:

2ª Rellação dos sovas vaçalos de Sua Magestade que vivem na Vizinhança e Jurisdição deste Prezidio e pagão o dízimo neste prezidio, e dos sovas rebelados da Guiçama que não reconhece vasalagem a Sua Magestade e não se acha nem huns em guerra. Feita a 24 de agosto de 1797.

Cappitam dos sova hé	
Dom Sebastiam Lourenço	Sova Caculo Cahango
Dom Antonio Agostinho	Sova Cacubeizongo
Dom Domingos João	Sova Mbuço Uagonga
Dom Bento João	Sova Guionzo Queadondo
Dom Miguel Francisco	Sova Capata Samafa
Dom Miguel Andre	Sova Ambelle Deuma
Dom João Tomaz	Sova Guiagonga
Dom Antonio Gregorio	Sova Guiza Aotumbo

Sovas rebelados da Guiçama
 Dom Manuel de Noronha Sova Muxima Guitagonbe
 Sova Guixica Quiaombo Senhor de huma Lagoa regulada ao Dizimo real e
 proibe pescadores a não pescarem
 Sova Guimare Quiaçonga
 Sova Guitobolo Quiamucumgolo
 Sova Cagimo Caçala
 Sova Guingo Amucambo
 Sova Golla Amubebo
 Sova Guimone Quiacavunga
 Sova Samba linda
 Sova Cacoba e Aquimone
 Sova Gando Amuquiama
 Sova Bombe Aquichombe
 Sova Guiculo Quisquimone Senhor de huma mina grande de sal que so elle
 se aproveita e seos [borrado] pela sua utilidade.²¹²

A lista exposta acima elenca os sobas que estariam submissos ao contrato de vassalagem, cruzando dados das Notícias do Presídio de Muxima com o do mapa populacional produzido no ano de 1798 referente ao ano de 1797 (ano de confecção do documento Notícias de Presídio de Muxima) também para a mesma localidade, encontramos o mesmo número referente aos sobas avassalados, contudo, o mapa populacional exclui a categoria “sobas rebeldes” classificada no outro documento, talvez seja porque para os elaboradores fosse mais importante reportar os sobas obedientes para que as relações entre ambas as partes fossem mais solidificadas, enquanto outras medidas poderiam ser tomadas com os desordeiros. Percebe-se no documento supracitado a influência reportada pelo alferes Lourenço Joaquim de Santa Anna que os sobas tinham sobre os territórios por eles dominados, especificando, por exemplo, as atitudes de alguns desses sobas rebeldes como o soba Guixica Quiaombo, que dispunha de uma lagoa, mas regulava sua utilização, proibindo a pesca, ou ainda a atitude do soba Guiculo Quisquimone proibindo a utilização de sua mina de sal. O alferes ainda destaca em colunas distintas 1º os sobas vassalados, seus respectivos nomes portugueses e africanos; e 2º os sobas rebeldes com seus nomes típicos africanos, sem

²¹² IHGB, Notícias do Presídio de Muxima do Reino de Angola 1797. DL 31. 08. fl. 11, 11v.

alteração, sinal da não sujeição a coroa. Os casos de rebeldia e subversão dos sobas são notificados em diversas partes da África sobre o domínio português, em referência a alguns sobas de Caconda João da Costa Frade, faz alusão a uma mudança de comportamento repentina dos sobas já vassallos de Portugal:

“Todos estes Sovas tem cada hum de por su m^{tos} Souvetas agregados e sugetos a elles, todos obediência as ordens q’ lhe erão intimadas deste prezidio concernentes não só ao Real Servisso, mas tambem a particulares como restituir escravos alheios e pagas de outras dívidas, porm agora já não obedecem como de antes fazião, uzando de ameassas aos moradores e já não querendo entregar-lhes os escravos q’ fogem a estes e se lhes vão acoitar nas suas Sibatas e mto principalmte os Sovas caluquembe, e Fendi q’ são os piores e Cabessas q’ induzem os outros pa as desordens pois são aparentados com todos os Sovas grandes, e o Sova Caluquembe quando foi a guerra ao Ambo passou todos os movimentos ao inimigo, como foi notorio pois o commde. se fiava dele e não foi castigado nem ne’hum dos asima ditos e a desobediencia ‘ agora se conhece hé depois q’ aqui correm as notas de Bamga. de q’ a tropa se retira.”²¹³

Todavia, não eram registrados nos documentos somente maus comportamentos em relação aos sobas, pois aqueles obedientes a Coroa tinham sua atitude reconhecida, os registros trazem ainda informações sobre qual ação dos sobas, nesse caso os sobas do Bongo e do Tinde, estariam por beneficiar a Coroa naquele momento: “Estes 2 Sovas ficão no caminho de Benguela e são os que dão carregadores para os Diarios de Tropa deste Prezidio, tanto na hida como na volta, e não se tem conhecido desobediência.”²¹⁴ A afirmação feita pelo escrivão atesta que a boa relação entre os portugueses e os sobas se fazia necessária para garantir o andamento dos intentos portugueses, o fato dessa parcela da população com poder político e diplomático estar representado nos documentos censitários analisados expõe o quanto os censos tinham um cunho não só quantitativo, mas qualitativo na medida em que, qualifica os envolvidos, seja de forma política, econômica, militar ou religiosa, tendo então bases para agir nas mais diversas áreas que envolviam a sua expansão e colonização.

Em suma, as categorias elencadas durante esse capítulo são de vital importância para o controle português sobre seus domínios e atendiam aos anseios lusos pensados desde os primórdios da colonização. A fase em que esses documentos foram produzidos, durante o governo de Dom Miguel Antônio de Melo (1797-1802), foi uma época de grande esforço na

²¹³ Relação de Sovas do Presídio de Nossa Senhora da Conceição de Caconda, 1797. IHGB - DL. 31.5 fl.12.

²¹⁴ Relação de Sovas do Presídio de Nossa Senhora da Conceição de Caconda, 1797. IHGB - DL. 31.5 fl.12.

produção de documentos censitários, talvez pela necessidade ainda maior de conhecer e explorar (no sentido duplo de conhecer e retirar ao máximo seus recursos econômicos) os territórios que estavam sobre sua jurisdição. Por tal fator defendemos que o discurso censitário presente nos documentos de censo analisados ao longo deste capítulo estão intimamente ligados a mentalidade hierarquizante em voga na época, o que está nitidamente visível na própria prática censitária. Separar, qualificar e segregar os seguimentos demarcando quem poderiam ou não entrar na contagem demográfica populacional nos serve de indícios que apontam para um discurso social fixado em um expansionismo e protecionismo de suas posses abalado pelo surgimento de novas ideias em um mundo que desde as descobertas, passando pela expansão e tentativas de efetivação da colonização estava em constante mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar um lado da História entre Portugal e Angola ainda pouco explorado no Brasil, os trabalhos com documentos censitários sempre foram utilizados de maneira a entender outras áreas de estudo, ou seja, como fontes de comprovação de números de entrada e saída de produção, de mão de obra, de contingente militar, mas estudos específicos sobre as formas de se fazer o censo na África são escassos. Esta pesquisa intentou preencher um pouco dessa lacuna em aberto nos nossos estudos.

Sabemos que o tema tem uma grande amplitude e que estamos longe de saná-lo, pois ainda será preciso muitas discussões e reflexões a respeito para que os documentos censitários sejam compreendidos como fonte de discurso e não apenas como fonte para inspirar outras áreas de estudo que o envolvam, a chance de se estudar esse tipo de documentação abre caminhos infinitos, assim como sua análise traz possibilidades de se entender a sociedade que a utilizava, nesse caso os portugueses, assim como aquela que a recebia, nesse caso os africanos.

Ao longo do trabalho abordamos um pouco da Angola e Portugal, em um primeiro momento discutimos as origens do Ndongo, para compreendermos como estava organizado o espaço que futuramente viria a ser a Angola para os portugueses, conhecemos sua estrutura político-social, a sua percepção de poder e mundo, seus líderes, sua cultura e modo de vida. Analisamos como os portugueses influenciaram e foram influenciados pela cultura e costumes africanos, defendemos que o que havia na época do encontro e permanência dos portugueses na África por séculos era uma coexistência de poderes que possibilitava uma troca de saberes e apropriação da cultura do outro de forma intensa, o que abria caminho para um relacionamento por horas mais tranquilo e por vezes hostil, a exemplo dos sobas, os grandes colaboradores da política de administração portuguesa quando concordavam em firmar o contrato de vassalagem e cooperar com os intentos portugueses, mas que poderiam ser grandes entraves quando se colocavam contra a presença portuguesa, não são poucos os relatos de rebeldia e insubmissão dos sobas não vassalos ou já vassalos, isto porque ser um vassalo era ter sua soberania sobre as pessoas da região ameaçada, mas mesmo um soba avassalado dispunha de poderes na região que dominava, e isso também é evidente nas documentações.

A coexistência de poderes e a ressignificação de estruturas já estabelecidas possibilitou uma cooperação importante para os portugueses no desenvolvimento da empresa colonial, a palavra chave em relação à administração em Angola era *adaptação*, o jogo de

poder estava firmado e o mantinha equilibrado quem sabia como lidar com todos os envolvidos.

Todavia, para ter uma resposta satisfatória a rede de cooperação que Portugal empreendia ao firmar acordos com os poderes locais era preciso uma política de reconhecimento da localidade e das pessoas passíveis de vassalagem, foi durante esse processo e principalmente na administração do tão conhecido marquês de Pombal que a informação passou a ter ainda mais importância na empresa de exploração territorial e colonização na África, era preciso conhecer os seus domínios para então se implementar novas políticas, fossem elas econômicas, militares ou de diplomacia. Um projeto teria sido formulado, em meados do século XVIII, para que Angola pudesse ter um bom desenvolvimento, isso devido à ameaça de tomada, por parte de outros países, constante que rondava a região, Portugal não poderia perder as terras africanas que tinha e que era tão importante para o sustento da mão de obra escrava na colônia do Brasil.

O intuito de Pombal e seus colaboradores era de civilizar o território a luz de uma maior racionalidade administrativa com inspirações iluministas, mas como governar pressupõe método e informação a máxima passa a ser a coleta de dados pelos agentes reais espalhados pela colônia. Todavia, a coleta de informações não era uma tarefa fácil, visto que, demandava tempo e pessoas para tal feito, a falta de contingente adequado para se governar em Angola foi um dos maiores problemas para Portugal. A saída para a coleta de informações foram de início (século XVI) os religiosos como demonstram muitas fontes com relatos de padres viajantes sobre a África, e posteriormente, já em nosso recorte, os militares, também nem sempre capacitados por serem homens de guerra e não intelectuais, mas que foram largamente utilizados para a coleta de dados nos setecentos já que eram eles os representantes da coroa em maioria no território, a informação naquele momento era imprescindível para o controle político e econômico da região.

A coexistência de poderes locais africanos e portugueses refletia na administração local e abria possibilidades para adaptações de leis e projetos vindos da metrópole, é sobre esse contexto que entramos nos censos realizados em Angola no final do século XVIII. Essa pesquisa teve por finalidade analisar os censos produzidos por Portugal em Angola como uma forma de discurso social, estando presentes nesse discurso reflexos de discursos políticos, econômicos e até militar.

Escolhemos precisamente o governo de Dom Miguel Antônio de Melo (1797-1802) por ser um governo com características diferenciadas, nos afastamos dos governadores que

são sempre foco de estudos por parte da historiografia especializada como o governo de Dom Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, que ficou conhecido como o “Pombal de Angola”. Curiosamente, o governo de Dom Miguel Antonio de Melo (1797-1802) tem uma alta produção de documentos censitários, talvez pela prática ter sofrido uma consolidação ao longo dos anos até chegar em seu governo, diferente dos outros governos que passavam por um entusiasmo quanto aos rendimento e valor das terras africanas, nesse governo se enxergou o fracasso do projeto pombalino de tornar Angola um segundo Brasil, o governador tinha opiniões fortes sobre aquela parte do domínio português e alegava ser preciso repensar Angola. A sistematização do conhecimento sobre a colônia para o seu melhor domínio era a chave desse governo que enfrentava um panorama de mudanças, as estruturas coloniais começavam a dar seus primeiros indícios de ruir e certamente o governador sentia essa pressão interna e externa.

No terceiro e último capítulo analisamos as fontes de vários distritos que estavam sobre a jurisdição deste governador, a saber: Caconda, Novo Redondo, Massangano, Dande, Cambambe, Pundo Andongo, Ambaca, Icolo, Encoge e Muxima. As documentações censitárias selecionadas foram principalmente mapas populacionais e notícias de presídios, utilizadas para a análise estrutural e do conteúdo classificatório presente nos documentos, destacamos nas fontes as categorias que eram classificadas pelos agentes nos censos e que eram de grande valia aos intentos reais, constatamos que não era qualquer pessoa que entrava para a relação de documentos censitários, elas deveriam ter um peso para a coroa, fosse ele político, caso dos sobas; econômico, caso dos ofícios mecânicos, homens em idade produtiva e dos levantamentos de produção locais e despesas; militares, caso dos registros de patentes em alguns mapas gerais, ou do contingente masculino presente nos distritos que poderiam servir em caso eminente de ameaça interna ou externa a região; ou ainda eclesiástico, a saber e contabilizar parte importante da empresa colonizadora que era a propagação do evangelho. Aferimos também ao longo da análise o discurso social hierarquizante típico de sociedades do antigo regime e que se mantem mesmo em transição a modernidade, o grande marco dessa persistência de costumes feudais está na prática de vassalagem, registradas nos documentos censitários, tanto nos mapas quanto nas notícias de presídio são destinadas sessões que destacam os sobas vassalos da Coroa, apontando sua subordinação ou rebeldia.

Ao final desta pesquisa podemos entender a maneira de se fazer o censo em Angola, o mesmo atendia a pré-requisitos importantíssimos para a manutenção do império português, seguiu um método e estrutura ditados e delimitados pelo órgão máximo da Coroa no ultramar,

o Conselho Ultramarino, para onde também partiam as documentações produzidas para verificação final e regulamentação, para então serem enviadas a Portugal, era de responsabilidade dos agentes do reino, principalmente os capitães mores, a produção desse tipo de documentação, sua relação com a sociedade em que deveria fazer o levantamento contava muito para o bom andamento da produção, visto a desconfiança que muitos africanos tinham em serem contabilizados em censos.

Percebemos ao longo da pesquisa que os mapas gerais seguem um sistema mais rígido do que os outros tipos de documentos censitários, os últimos estavam abertos a observações e comentários de quem os escreviam (como as notícias de presídio destacadas), eram documentos mais flexíveis, que permitam uma margem de adaptação às particularidades locais, como denominações de cores, contagem de vassallos insubordinados e suas atitudes contra a Coroa, ou ainda demarcação de distâncias territoriais, ou cooperação de sobas as tropas militares portuguesas. Enquanto que os mapas populacionais seguiam uma estrutura fixa, mantendo sua forma original com as suas categorias características (dentre elas: 1.Militares; 2. Religiosos; 3.Cargos civis, administrativos e ofícios; 4.Condição, estado , nacionalidade e qualidades de cor; 5. Sexo e faixa etária e por fim 6. Diferença comparativa com o último mapa do ano produzido anteriormente).

Em suma, a flexibilidade e adaptação são marcos da administração portuguesa não só em território africano, respeitar os limites do costume do outro, reinterpretar regimentos, decretos e instruções vindos da metrópole faziam parte de uma manutenção necessária ao império. Como defende Russell-Wood²¹⁵, o estudo na dimensão mais humanizada dos governantes e agentes do reino revela uma face que nega uma impessoalidade e rigidez administrativa, as pessoas a serviço da coroa não estavam inertes a sociedade a sua volta, ao contrário elas passavam a fazer parte dela, foram precisamente as qualidades de flexibilidade e adaptação que permitiram a manutenção durante tanto tempo de um império tão vasto, e os documentos censitários são grande indícios de uma política administrativa adaptável, na medida em que eram produzidos para atender as demandas locais, sendo assim o discurso censitário reflete o discurso social e político aberto a mudanças e transformações para o eficaz desenvolvimento tanto do centro como da periferia. O que acontecia em Angola era a coexistência de poderes, influência cultural e de tradição mútuas no nível mais profundo, partindo da agência de ambos no processo de colonização.

²¹⁵ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In BETHENCOURT e CHAUDHURI, *História da expansão portuguesa*, v. 3.

FONTES E REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **Fontes Manuscritas**

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

AHU, Angola, códice 555.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Luanda, 6 de janeiro de 1798, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Luanda, 4 de janeiro de 1799, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Icolo, 4 de janeiro de 1798, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Novo Redondo, 1 de janeiro de 1798, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Novo Redondo, 1 de janeiro de 1799, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Massangano, 1 de janeiro de 1798, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Massangano, 1 de janeiro de 1799, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Encoge, 21 de janeiro de 1798, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Encoge, 21 de janeiro de 1799, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Dande, 1 de janeiro de 1798, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Cambambe, 1 de janeiro de 1798, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Cambambe, 1 de janeiro de 1799, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Muxima, 1 de janeiro de 1798, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Muxima, 1 de janeiro de 1799, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Pundo Andongo, 1 de janeiro de 1798, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Pundo Andongo, 1 de janeiro de 1799, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Ambaca, 1 de janeiro de 1798, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Ambaca, 1 de janeiro de 1799, Caixa 91, documento 41.

AHU, CCU, Avulsos Angola, Caconda, 1 de janeiro de 1798, Caixa 91, documento 41.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGB, DL 31.05.

IHGB, DL 31.06 Doc. 110.

IHGB, DL 31.08 Doc. 112.

IHGB, DA2G4 N°8.10

Referências Bibliográficas

- **Artigos, Teses e Livros**

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. SILVA, Gian Carlo de Melo. RIBEIRO, Marília de Azambuja. Orgs. *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Cultura política, governo e jurisdição no Antigo Regime e na América portuguesa: uma releitura do ofício de vice-rei do Estado do Brasil” in: AZEVEDO, Cecília. [et al] Orgs. *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro, editora FGV, 2009.

BLUTEAU, Rafael. 1638-1734. *Vocabulário Portuguez e Latino*, Vol. 6, Oficina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade. Lisboa, 1720.

CAPELA, José. *Donas, senhoras e escravos*. Porto, Edições Afrontamento, 1995.

CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

CARVALHO, Flávia Maria de. *Sobas e homens do rei: interiorização dos portugueses em Angola (séculos XVII e XVIII)*. Edufal, Maceió, 2015.

COUTO, Carlos. *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII. Subsídio para o Estudo da sua Actuação*. Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.

CURTO, José. *Álcool e escravos: o comércio luso-brasileiro de álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c.1480-1830) e seu impacto nas sociedades da África central ocidental*. Lisboa: Vulgata, 2000.

CRUZ, Ariane Carvalho da. *Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII)*. 2014. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Departamento de História, 2014.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), p. 823-838, 2001.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina (Política e Monarquia Ilustrada)*, Ensaio 83. São Paulo, Editora Ática, 2ª Ed. 1993.

FALCON, Francisco José Calazans. RODRIGUES, Claudia. Orgs. *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

- FRAGOSO, João. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Orgs) *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: século XVI – XVIII*. Rio de Janeiro. Mauad X, 2002.
- FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- FERREIRA, Roquinaldo A. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. A dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree Doctor of Philosophy in History. University of California: Los Angeles, 2003.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GUEDES, Roberto. Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no Reino de Angola (Segunda metade do século XVIII). In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo.(Org.). *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. 1ed.Recife: Editora Universitária, 2012.
- HEYWOOD, Linda M. *Slavery and its transformation in the Kingdom of Kongo:1491-1800*. The Journal of African History, 50.
- HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal. Século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.
- HESPANHA, António Manuel. A constituição do império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. S. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI a XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HESPANHA, Antônio Manoel. *Os Imbecillitas: As bem aventuras da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Minas Gerais: Annablume, 2010.
- HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007.
- LOVEJOY, Paul E. *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa*. 2nd ed. New York: Cambridge University Press, 2000.
- LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836). São Paulo: Hucitec, 2000.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

- MEILLASSOUX, Claude. *The Anthropology of Slavery: The Womb of Iron and Gold*. Translated by Alide Dasnois. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- MILLER, Joseph C. *Way of death. Merchant capitalism and the angolan slave trade, 1730-1830*. Wisconsin, Wisconsin University Press, 1988.
- MILLER, Joseph. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In Selma Pantoja e José Flávio Sobra Saraiva (orgs.). *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- MONTEIRO, Nuno G. *D. José: na sombra de Pombal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *Textos militares e mercês numa Angola que se pretendia "reformada": um estudo de caso dos autores Elias Alexandre da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda*. Tese doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. Rio de Janeiro, 2015.
- PAIVA, Eduardo França. IVO, Isnara Pereira.(Org.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo, Annablume, Belo Horizonte: PPGH UFMG; Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2008.
- PANTOJA, Selma. Dimensão Atlântica das Quitandeiras. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- PANTOJA, Selma Alves. *Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII*. Revista História Unisinos, vol. 14, nº 3, setembro/dezembro de 2010. p. 237-242.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Editora Campus, 2º ed. Rio de Janeiro, 2000.
- REVEL, Jaques. *Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado*. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 45 set./dez. 2010.
- RIBEIRO, Mônica da Silva. *"Se faz preciso misturar o agro com o doce": a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América portuguesa (1748-1763)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT e CHAUDHURI, *História da expansão portuguesa*, v. 3, Lisboa, Círculo dos Leitores. p. 169-192.
- SANTOS, Catarina Madeira Santos. *Um governo "polido" para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 - c.1800)*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa, 2005.

- SANTOS, Catarina Madeira. *Escrever o poder: os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu*. Revista de História 155 - 2ªed. - 2006.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Juca. A economia do império português no período pombalino. In: FALCON, Francisco José Calazans. RODRIGUES, Claudia. Orgs. *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- SILVA, Antônio de Morais, 1755-1824; BLUTEAU, Rafael, 1638-1734. *Diccionario da lingua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*, Vol. 1, Na officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1789.
- THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.
- WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba, 2009.
- WAGNER, Ana Paula. *Moçambique e seu “diminuto número de habitantes”*: Recenseamentos da população da África Oriental portuguesa, no último quartel do século XVIII. *Diálogos, DHI/PPH/UEM*, v. 11, n. 1/n. 2, p. 239-266, 2007.
- XIMENES, Sérgio. *Minidicionário Ediouro da Língua portuguesa*. 2. Edição reformulada. São Paulo – Ediouro, 2000.